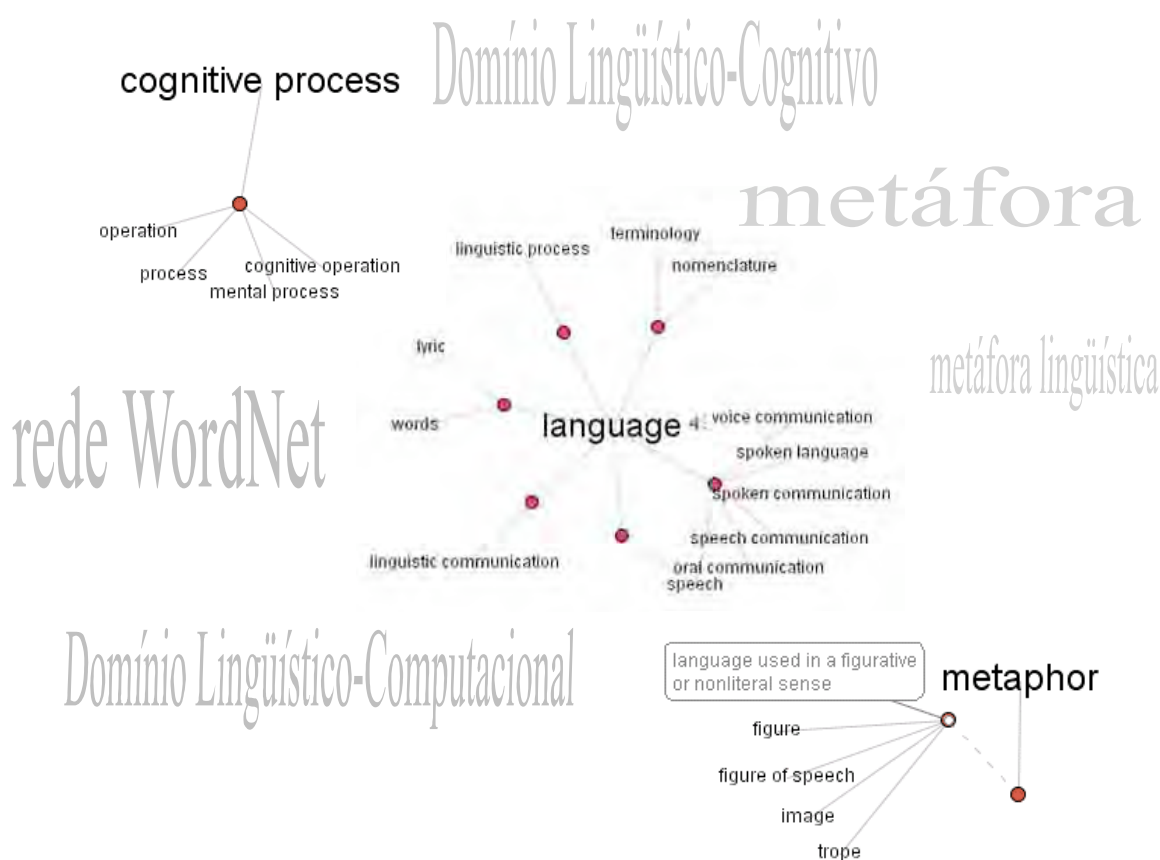


A metáfora e a sua representação em sistemas de processamento automático de línguas naturais



Ana Eliza Barbosa de Oliveira

Ana Eliza Barbosa de Oliveira

A metáfora e a sua representação
em sistemas de processamento
automático de línguas naturais

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista – Campus de Araraquara, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Letras (Área de Concentração: Linguística e Língua Portuguesa).
Orientador: Prof. Dr. Bento Carlos Dias da Silva.

Araraquara
2006

Ana Eliza Barbosa de Oliveira

A metáfora e a sua representação
em sistemas de processamento
automático de línguas naturais

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista – Campus de Araraquara, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Letras (Área de Concentração: Lingüística e Língua Portuguesa).

Data da aprovação: 14 de março de 2006.

Membros da comissão examinadora:

Prof. Dr. Bento Carlos Dias da Silva

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP - Araraquara

Prof. Dr. Antonio Suarez Abreu

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP - Araraquara

Prof. Dra. Roberta Pires de Oliveira

Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC - Florianópolis

Dedicatoria

*À minha mãe,
que me ensinou a maturidade*

*Ao meu pai,
que me fez compreendê-la*

Aos meus avós

À minha irmã

Ao Maurício

Agradecimentos

Ao professor **Bento Carlos Dias da Silva**,
pela oportunidade, confiança, sabedoria e orientação,
sem os quais não seria possível esse primeiro vôo.
À **UNESP/FCL**, co-autora de minha formação.
À **FAPESP**, pelo apoio e suporte financeiro.

Resumo

Este trabalho tem como proposta (i) o estudo da metáfora *per se* (em oposição, por exemplo, a um estudo aplicado da metáfora) da perspectiva lingüística, isto é, o estudo da metáfora enquanto uma expressão da linguagem natural e (ii) a investigação de uma representação formal da metáfora para fins de implementação em sistemas de processamento automático de línguas naturais. A metodologia que norteia o desenvolvimento da proposta, que se insere em um contexto interdisciplinar, focaliza dois domínios: o Domínio Lingüístico-Cognitivo, em que se investiga a expressão lingüística e o suporte cognitivo da metáfora, ou seja, a metáfora enquanto um produto resultante de recursos lingüísticos e não-lingüísticos; e o Domínio Lingüístico-Computacional, em que se investiga a representação formal da produção e da interpretação da metáfora para fins computacionais. Como delimitadores dessas investigações, adotam-se os seguintes enfoques: Retórico-Filosófico, Interacionista, Semântico, Pragmático, Cognitivista e Computacional.

Palavras-chave: Metáfora. Domínio Lingüístico-Cognitivo. Domínio Lingüístico-Computacional. Representação formal. Processamento automático de línguas naturais. WordNet.

Abstract

This MS thesis concerns the study of metaphor *per se*, (as opposed to applied metaphor) from the linguistic point of view, and the investigation of a formal metaphor representation for Natural Language Processing systems. The overall methodology focuses on two domains: a Cognitive-Linguistic Domain, in which we investigate the metaphor linguistic expression and its cognitive import, i.e., metaphor as a linguistic product and as a non-linguistic mechanism; and a Computational-Linguistic Domain, in which we investigate a formal representation for the metaphor production and interpretation. The theoretical approaches that constrain the scope of this work are: philosophical-rhetoric, interactionist, semantic, pragmatic, cognitive and computational assessment to metaphor.

Key-words: Metaphor. Cognitive-Linguistic Domain. Computational-Linguistic Domain. Formal representation. Natural Language Processing. WordNet.

Lista de figuras

Figura 1: Representação esquemática da desativação do significado literal e da ativação do significado figurado.....	37
Figura 2(i): Ilustração dos traços comuns e dos traços distintos de uma metáfora.....	60
do tipo “A é B”.....	60
Figura 2(ii) e (iii): Ilustração, no diagrama de Venn, da partição e da fusão dos conjuntos de traços, respectivamente, dos exemplos metafóricos “A geada é um manto de prata” e “A geada é um pesadelo”.....	60
Figura 3: Interação entre foco e frame.....	70
Figura 4: Filtragem “ver como”.....	70
Figura 5: Representação da imagem mental do conceito LEÃO.....	82
Figura 6: Representação da projeção conceptual do mapeamento MACHADO→OBRA DE MACHADO.....	92
Figura 7: Representação da projeção conceptual do mapeamento entre os domínios fonte GUERREAR e alvo ARGUMENTAR.....	93
Figura 8: Codificação da metáfora em uma rede WordNet.....	111
Figura 9: Representação formal do campo semântico de “argumentar”.....	113
Figura 10: Representação simplificada da relação entre os campos lexicais “argumentar 9” e “guerrear x” e de seus respectivos campos semânticos S1 e S2.....	115
Figura 11: Representação simplificada da relação entre os campos lexicais “argumentar 9” e “guerrear x” e o campo semântico S.....	115

Lista de quadros

Quadro 1: Sistematização e representação da metáfora enquanto produto e enquanto processo.	119
Quadro 2: Tratamento lingüístico-computacional da metáfora no âmbito do PLN.	119

Sumário

A EXPRESSÃO LINGÜÍSTICA E O TRATAMENTO COMPUTACIONAL DA METÁFORA.....	12
1 Apresentação	13
2 Introdução.....	17
3 Metodologia.....	20
4 Estrutura da dissertação.....	21
EQUACIONAMENTO DO DOMÍNIO LINGÜÍSTICO-COGNITIVO.....	22
Seção 1 – As faces <i>literal e figurada</i> da linguagem.....	23
1.1 A oposição clássica literal/figurado e as dimensões semântica e pragmática.....	26
1.2 Minimizando a oposição literal/figurado	32
1.3 A oposição literal/figurado do ponto de vista psicolinguístico	39
Seção 2 – O “pensamento retórico-filosófico” da metáfora.....	49
2.1 Uma versão do pensamento retórico-filosófico.....	54
2.2 A representação linguística da metáfora	59
Seção 3 – A metáfora como um instrumento de criação de conhecimentos.....	65
3.1 A representação do conhecimento metafórico.....	67
Seção 4 – O tratamento semântico e a face pragmática da metáfora	75
4.1 Caracterização semântica da metáfora.....	75
4.2 Caracterização da metáfora como um ato de fala	78
Seção 5 – O modelo cognitivista da metáfora	82
5.1 A dimensão linguístico-cognitiva da linguagem	82
5.2 O processamento conceptual e a manifestação linguística da metáfora	87
EQUACIONAMENTO DO DOMÍNIO LINGÜÍSTICO-COMPUTACIONAL	96
Seção 6 - A representação formal da metáfora.....	97

6.1 Definindo a metáfora para fins representacionais.....	97
6.2 Especificando a representação formal da metáfora	100
6.3 Análise das propostas de representação da metáfora dos enfoques tradicional e interacionista, no âmbito do PLN.	101
6.4 A estrutura lingüística da rede WordNet.....	107
6.5 A codificação da metáfora nas redes wordnets.....	108
6.6 Proposta de representação formal da metáfora.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS.....	120
APÊNDICE A - Descrição da montagem do campo semântico de “argumentar”.....	126

**A EXPRESSÃO LINGÜÍSTICA E O TRATAMENTO
COMPUTACIONAL DA METÁFORA**

1 Apresentação

Quando começamos a desenvolver esta pesquisa não tínhamos idéia do empreendimento ou do desafio que é compreender cientificamente a metáfora. Por estarmos demasiado influenciados pelos óculos da Estilística ou imbuídos pelo pensamento retórico tradicional, ou talvez por não darmos a importância devida aos estudos interdisciplinares, o fato é que a metáfora foi analisada ora com desprezo, ora com estranheza, ora com dúvida, ora com incerteza. Elucidar a própria definição da metáfora, em muitos momentos, constituiu um grande enigma mesmo dentro de uma única abordagem.

Investigar a estrutura lingüístico-cognitiva da metáfora significou para nós desafiar os limites e instigar as barreiras das diferentes abordagens que, de uma maneira ou de outra, associam-se à metáfora: filosófica, lingüística, psicolingüística, cognitivista, antropológica e computacional. Tais abordagens, que tantas vezes pareciam “dissecar” a metáfora, cada qual segundo um ângulo ou um viés particular (conforme os princípios teóricos de cada corrente), quantas vezes não constituíram um impasse frente ao desdobramento dos nossos estudos. Fundamentalmente por projetarem ou focalizarem a metáfora de ângulos também diversos – como uma estratégia retórica ou estilística particular (cf. MILLER, 1993; LEVIN, 1993), como um ato de fala (SEARLE, 1979), como um fenômeno de natureza cognitiva (LAKOFF; JOHNSON, 1980; LAKOFF, 1993), como um processo interacionista (BLACK, 1962, 1979; INDURKHYA, 1992), ou ainda como uma combinação dessas perspectivas (KITTAIY, 1987), digeríamos e ao mesmo tempo repelíamos a linguagem metafórica. Tais ângulos, cujos reflexos podem ser apreciados na linguagem, que fazem da metáfora um fenômeno multifacetado, desviaram e transferiram facilmente o nosso interesse para uma ou para outra abordagem.

Mas essa pluralidade de visões e esse cenário em efervescência, que parecem decorrer das várias facetas da metáfora, fizeram-nos pensar na metáfora como um fenômeno complexo *multidimensional* (ORTONY, 1979) e no seu estudo como uma investigação multidisciplinar.

Em face à multidimensionalidade da metáfora, filtramos e restringimos o escopo do estudo visando uma aplicação aos estudos do processamento automático de línguas naturais (PLN). Em outras palavras, promovemos uma investigação desse enigmático fenômeno vislumbrando a possibilidade de representá-lo formalmente em um léxico computacional voltado para o PLN. Aliás, foi pensando essencialmente nessa dimensão lingüístico-computacional que surgiu a proposta, a forma e a estrutura desta dissertação.

Mencionamos que a motivação crucial que desencadeou a proposição e o desenvolvimento de um projeto de mestrado, resultou das atividades de IC-CNPq realizadas como parte do projeto “A face lingüística da rede Wordnet para o português do Brasil (Wordnet.Br)” (DIAS-DA-SILVA, 2002; DIAS-DA-SILVA ; MORAES, 2003; DIAS-DA-SILVA, 2003). A base de unidades lexicais que constitui a rede Wordnet.Br é composta por palavras e expressões do português brasileiro estruturadas em função das relações de sinonímia e antonímia, em semelhança à estruturação da base da rede WordNet de Princeton (MILLER ; FELLBAUM, 1991) - rede original construída para o inglês norte-americano. A rede Wordnet.Br deverá conter, também em consonância com a rede WordNet, a especificação das relações de hiponímia, meronímia, causa e acarretamento.

Foi, então, pensando em como codificar a “metaforicidade” das palavras e expressões na base lexical da Wordnet.Br que começamos a refletir sobre a possibilidade de representar a informação de natureza metafórica em recursos léxico-computacionais voltados para o PLN.

Em um dos trabalhos (OLIVEIRA, 2003) escritos durante o estágio de IC, discutimos as principais dificuldades enfrentadas durante as atividades de filtragem e construção de parte da base da Wordnet.Br. Dentre as dificuldades, a maior parte delas concerniam essencialmente à eliminação de inconsistências semântico-lexicais com as quais nos deparamos no processo de construção da base. Essas inconsistências, em geral, resultavam do fato de a base lexical sobre a qual a nossa análise era efetuada ter sido re-utilizada de um recurso anterior: a Base do TeP - Base do Thesaurus Eletrônico para o Português do Brasil, descrita em Dias-da-Silva et al. (2003). Esse recurso, por ter sido construído a partir de dicionários, não continha, muitas vezes, as palavras e expressões figuradas usuais. No trabalho mencionado, um dos exemplos que apresentamos para ilustrar e apontar essa problemática particular refere-se aos adjetivos “emergente” e “descolado”. A grande interrogação era: como representar, na base da rede Wordnet.Br, o adjetivo “emergente” com o sentido de “que ou quem se encontra em ascensão econômica e social” e “que ou o que se encontra supostamente no rumo do desenvolvimento” (HOUAISS, 2001), (“países *emergentes*”; “mercado *emergente*”)? Como representar o adjetivo “descolado” com o sentido de “habilidoso na solução de questões, no trato com outrem”, astuto, esperto (“é um sujeito *descolado*, sempre consegue o que quer”)? Tal trabalho, na verdade, nada mais era que um prenúncio, na época pouco consciente, do que planejaríamos estudar poucos meses mais tarde.

Somado a esses, acrescentaríamos dezenas de outros exemplos igualmente corriqueiros de linguagem não literal, tais como: “Ele vive tentando destruir o seu casamento”; “Roberto partiu o meu coração”; “A professora deve sempre economizar

saliva”; “Joana é a mais maritaca da turma”; “Ela tem um bom coração”; “Precisamos encontrar nossas almas gêmeas”; “Roger é uma tartaruga para fazer provas”; “Temos que participar dos grandes desencontros promovidos pela prefeitura”, etc.

Foi pensando em exemplos como esses que começamos a refletir sobre a própria natureza da linguagem figurada e, em particular, da linguagem metafórica. Como somos capazes de produzir e de interpretar as metáforas? Que tipos de conhecimento delinearíamos o processamento metafórico? A metáfora, manifestada lingüisticamente, seria uma característica semântica, uma propriedade inerente ao discurso ou uma atividade cognitiva? Como ela deve ser analisada? No nível das palavras, dos sintagmas, das frases, dos enunciados ou dos textos? Como esboçar e como restringir o escopo das metáforas?

Essencialmente instigados por tais questões, que indagam e dialogam com o próprio processo cognitivo e, em última instância, com a própria estrutura de uma língua, é que começamos a indagar e a analisar como por trás de um fenômeno tão presente no dia-a-dia dos falantes há pensamentos e concepções instigantes tão distintos.

Em busca de respostas a tais indagações e com o intuito de, ao menos, compreender as questões acerca do processamento computacional da linguagem metafórica, investigação que pode propiciar uma melhor compreensão dos fatos que delimitam o fenômeno metafórico, ainda tão enigmático, é que desenvolvemos esta pesquisa.

Para desenvolver esse empreendimento, analisamos a metáfora de dois domínios complementares: do Domínio Lingüístico-Cognitivo e do Domínio Lingüístico-Computacional, (DIAS-DA-SILVA, 1996, 2003). No primeiro domínio, contextualizamos as principais questões e aspectos que delimitam o que se poderia denominar “literalidade” e “figuratividade” da linguagem: analisamos, então, como a distinção literal/figurado é tradicionalmente concebida e como é contemporaneamente refletida. Em seguida, propomos uma sistematização da metáfora, que deve delimitar os princípios que norteiam a produção e a interpretação desse fenômeno, por meio da análise das concepções: (i) retórico-filosófica, (ii) interacionista, (iii) semântica, (iv) pragmática e (v) cognitivista. No segundo domínio, a partir do estudo promovido no domínio anterior, investigamos como a metáfora pode ser formalmente representada para que possa ser modelada no âmbito do PLN.

A importância do estudo de natureza lingüístico-cognitiva da metáfora, para esta pesquisa, está na investigação de uma representação formal da metáfora enquanto processo e enquanto produto que seja consistente com uma formalização e uma modelagem computacional. Por pressupor a inter-relação de um conjunto de conhecimentos específicos (Filosofia, Lingüística, Psicologia, Psicolingüística, Neurolingüística, Lingüística Cognitiva,

Neurologia, etc.) que, no âmbito dos estudos metafóricos voltados para o PLN, estão ainda pouco conectados, com esta pesquisa, pretendemos abrir perspectivas de análise à multifacetada investigação do processo metafórico e minimizar barreiras que divorciam os estudos da metáfora dos estudos do PLN.

2 Introdução

Que função a metáfora desempenharia na linguagem? Como seria caracterizada e que papel ela exerceria na mudança semântica? A metáfora seria um fenômeno cognitivo e, portanto, uma parte do aparato conceptual humano (LAKOFF ; JOHNSON, 1980; LAKOFF, 1993)? Ou, antes de ser um fenômeno, a metáfora seria um processo de interação entre conceitos (BLACK, 1962, 1979)? A metáfora deveria ser caracterizada como um instrumento cognitivo ou como um recurso lingüístico resultante de relações retórico-estilísticas? Enquanto mecanismo lingüístico, ela seria, ainda, uma qualidade eminentemente semântica (COHEN, 1993) ou uma propriedade pragmática (SEARLE, 1979; DAVIDSON, 1978)? A metáfora seria um fenômeno essencial à linguagem (KITTAI, 1987) ou uma operação fundamental do pensamento (LAKOFF ; JOHNSON, 1980)? A metáfora seria um problema de significado, de estilo, de efeito (SADOCK, 1993), de uso ou de convenção? A metáfora seria um mecanismo de aproximação e de levantamento de similaridades ou um mecanismo responsável pela criação de conhecimentos e similaridades (BLACK, 1962, 1979; LAKOFF ; JOHNSON, 1980; INDURKHYA, 1992; WAY, 1991)? A metáfora seria um fenômeno, um uso, uma operação acessória e desviante da linguagem literal (LEVIN, 1993; FREEMAN, 1991) ou significaria, ela própria, aquilo que as palavras em sua interpretação mais literal significam (DAVIDSON, 1979)?

Enigmática e complexa, misteriosa e fascinante, a metáfora, a partir da década de setenta, tornou-se a esfinge da linguagem, a pedra angular dos estudos lingüísticos e lingüístico-cognitivos. O que é a metáfora? Antes de ser esfinge, e nós, longe de sermos Édipo, a metáfora é investigada, nesta pesquisa, (a) como um recurso de aproximação, (b) como um processo de criação, (c) como um efeito de sentido, (d) como um ato de fala, e (e) como um fenômeno de estruturação. Em outros termos, como um modo de transferência de similaridades (paradigma retórico-filosófico), como um meio de interação de idéias (paradigma interacionista), como uma forma de interpretação (paradigma semântico), como um tipo de uso da língua (paradigma pragmático), e como um modo de co-relação de conceitos (paradigma cognitivista).

O objetivo do estudo das dimensões retórico-filosófica, interacionista, semântica, pragmática e cognitivista da metáfora é fundamentar a proposta de uma representação formal da metáfora que possa ser modulada em sistemas de PLN. Na representação formal, pressupomos dois níveis: um primeiro nível, em que investigamos a representação da

metáfora em termos lingüísticos, isto é, nas dimensões lexical e frasal de uma língua, e um segundo nível, em que investigamos a metáfora em termos não lingüístico, isto é, nas dimensões psicolingüística e cognitiva, em função, por exemplo, de entidades e estruturas conceptuais.

Para percorrer esse exercício de conceituação e de representação da metáfora, que deve dar conta de sua descrição lingüística e psicolingüística, ou seja, da metáfora enquanto produto e enquanto processo, adotamos como fundamentação metodológica a estratégia global de trabalho de Dias-da-Silva (1996, 1998 e 2003), que se alimenta dos estudos lingüístico-cognitivos e lingüístico-computacionais. No grupo de estudos lingüístico-cognitivos (ou o da sistematização de conhecimentos lingüísticos e lingüístico-cognitivos) a nossa tarefa é apresentar a sistematização dos enfoques retórico, lingüístico e psicolingüístico, que projetam a metáfora sob os diferentes ângulos, dando destaque, porém, à sistematização dos esquemas de representação e interpretação da linguagem metafórica que possam viabilizar o processamento lingüístico-computacional da metáfora. No grupo de estudos lingüístico-computacionais (ou o da proposição de representações formais desses conhecimentos lingüísticos), subsidiados pelos estudos do primeiro grupo, o nosso desafio é sistematizar as questões que envolvem a representação computacional da metáfora no âmbito do PLN. Tais sistematizações devem delimitar parâmetros para a proposição de uma representação formal da metáfora.

A grande motivação de promover um estudo de cunho lingüístico-computacional da metáfora, que pode contribuir com a especificação e delimitação de aspectos que delineiam a codificação metafórica em sistemas de PLN, decorre da hipótese de que tais sistemas, ao constituírem também um modo de investigação dos fatos da língua (DIAS-DA-SILVA, 1996), oferecem um eficiente espaço para construção e teste de modelos lingüísticos e de processamento da linguagem (FELLBAUM, 1999). Assim, as análises lingüísticas voltadas para o PLN (EILTS ; LÖNNEKER, 2002; ALONGE ; CASTELLI, 2003; ALONGE ; LONNEKER, 2004 a,b; LÖNNEKER ; EILTS, 2004; LONNEKER, 2003; FASS, 1991; GERRIG, 1989; GIBBS, 2001; INDURKHYA, 1987; MASON, 2004; MARTIN, 1990, 1992; WAY, 1991; JURAFSKY ; MARTIN, 2000) servem, em nossa pesquisa, de fonte de reflexão sobre os dados e fatos lingüísticos, reflexão que pode sublinhar novas perspectivas de análise à multifacetada investigação da metáfora.

Portanto, conforme sublinhado, do ponto de vista lingüístico-cognitivo, esta pesquisa deve contribuir com a síntese das faces lingüística e lingüístico-cognitiva da metáfora, investigadas segundo as abordagens retórico-filosófica, interacionista, semântica, pragmática

e cognitivista. Do ponto de vista lingüístico-computacional, a relevância da pesquisa está na investigação da proposição de uma representação formal da metáfora passível de ser computacionalmente codificada.

3 Metodologia

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa desenvolve-se em um contexto interdisciplinar que relaciona conhecimentos construídos em duas grandes áreas: a Linguística e o PLN. Adota-se, então, a metodologia de trabalho em linguística computacional proposta por Dias-da-Silva (1996, 1998, 2003), que fatora a investigação em três domínios complementares, o Domínio Lingüístico (em que se aborda a sistematização do conhecimento lingüístico e lingüístico-cognitivo), o Domínio Lingüístico-Computacional (em que são propostas representações formais dessa sistematização) e o Domínio Computacional (em que as representações são codificadas em um programa de computador), sendo que cada um desses domínios envolve um conjunto de atividades e competências específico a cada especialidade.

No **Domínio Lingüístico**, neste trabalho especificado como o “Domínio Lingüístico-Cognitivo”, analisamos as linguagens “literal” e “figurada” e, em particular, a metáfora. Em linhas gerais, no que concerne à investigação das instâncias literais e figuradas da linguagem, apresentamos e discutimos os principais aspectos que delineiam as noções de literalidade e de figuratividade, dos pontos de vista tradicional e psicolingüístico. A discussão de tais questões, que serve de base para a introdução da investigação da metáfora, é, como já se disse, seguida da análise das perspectivas: (i) retórico-filosófica, (ii) interacionista, (iii) semântica (iv) pragmática e (v) cognitivista. Esses enfoques mostram-se relevantes para a análise da metáfora pois, ao enfocarem as diferentes dimensões da metáfora, não a circunscreve em um único domínio, não direcionando, como consequência, a sua investigação no âmbito do PLN.

No **Domínio Lingüístico-Computacional**, investigamos propostas de sistematização e de representação da metáfora em sistemas voltados para o PLN. Em particular, especificamos uma proposta de representação formal da metáfora, dos pontos de vista lingüístico-cognitivo e lingüístico-computacional, no âmbito das redes wordnets.

No **Domínio Computacional**, estão as atividades próprias ao informata. As atividades desse domínio, que consistiriam na codificação das representações propostas no domínio anterior em programas de computador, extrapolam os limites deste projeto, motivo pelo qual não são desenvolvidas.

4 Estrutura da dissertação

Nesta primeira parte, apresentamos as questões que impulsionaram a proposição deste trabalho e especificamos o contexto e a metodologia que nortearam o seu desenvolvimento.

Na primeira seção da segunda parte, iniciamos os estudos no Domínio Lingüístico-Cognitivo por meio da análise das faces “literal” e “figurada” da linguagem. Em particular, discutimos alguns dos aspectos que delineiam as instâncias literal e figurada do ponto de vista lingüístico (tradicional) e da ótica psicolingüística. Na segunda seção, dando início ao trabalho de sistematização e de representação da metáfora, analisamos a concepção retórico-filosófica da metáfora que a descreve como um recurso lingüístico de aproximação e de transferência de similaridades. Na terceira seção, examinamos a metáfora como um instrumento cognitivo de interação entre duas idéias e de criação de conhecimentos, através da análise do enfoque interacionista. Na quarta seção, investigamos a metáfora das dimensões semântica e pragmática. A partir da caracterização da metáfora como um produto lingüístico, refletimos, respectivamente, sobre os efeitos metafóricos de sentido e sobre a sobreposição e confluência de enunciados (literal e metafórico). Na quinta seção, finalizamos a investigação do Domínio Lingüístico-Cognitivo através da análise da metáfora do enfoque cognitivista. A partir da análise da dimensão lingüístico-cognitiva da linguagem, investigamos o processamento conceptual e a manifestação lingüística da metáfora como um mecanismo de co-relação entre domínios.

Na sexta seção, terceira parte da dissertação, abordamos as questões que consideramos essenciais no Domínio Lingüístico-Computacional. Discutimos alguns dos aspectos que delineiam a representação formal da metáfora. Em particular, examinamos como a metáfora é comumente tratada nos sistemas computacionais voltados para o PLN e como estudos propõem codificá-la no âmbito das redes wordnets. Por fim, analisamos uma proposta de representação formal da metáfora em um léxico computacional.

Na quarta parte da dissertação, apresentamos as considerações finais, as conclusões e os resultados obtidos na pesquisa.

**EQUACIONAMENTO DO DOMÍNIO LINGÜÍSTICO-
COGNITIVO**

Seção 1 – As faces *literal* e *figurada* da linguagem

Por que preferimos ou simplesmente usamos com frequência a ironia, os atos indiretos de fala, as expressões idiomáticas e as metáforas na linguagem cotidiana? Por que usamos palavras, expressões e frases para, conforme sugerem alguns autores, querer dizer algo diferente do que elas realmente significam?

Como a ironia é capaz de exprimir, por meio de uma asserção contrária ao significado da sentença, concepções e crenças particulares, estereótipos, filosofias e valores convencionais? Como analisar o fato de as frases “Nossa, ela é tão comportada!” (empregada para referir-se a um mau comportamento) e “Que amigo você é!” (empregada para referir-se a um comportamento de inimigo) refletirem o modelo (o conceito) que temos, respectivamente, de bom comportamento e de amizade, por meio de uma visão igualmente estereotipada de mau comportamento e de falsa amizade? Será que tais frases, nesses contextos, podem ser entendidas de forma diferente? A frase “Nossa, ela é tão comportada!”, dentro de uma mesma situação discursiva, poderia significar “Ela é muito comportada.”?

Se uma pessoa diz “Você poderia me passar a salada?”, durante uma refeição, será que ela quer saber se a pessoa para quem a pergunta está sendo direcionada tem a habilidade de realizar o ato de passar a salada, ou será que a mesma está pedindo, implicitamente até mesmo de forma imperativa, para que a pessoa passe a salada, realizando, assim, um ato indireto de fala? Não há dúvidas acerca da positividade desta última interpretação. Mas como um pedido pode ser expresso por um não pedido? Ou ainda, como uma pergunta pode comunicar uma ordem?

Como explicar que a frase “Na hora H, ele sempre chuta o pau da barraca” exprime o que diz? Por que as expressões idiomáticas, isto é, expressões convencionais em que o significado pretendido é frequentemente difícil ou impossível de ser recuperado a partir das palavras que as compõem, “invadem” e penetram com tanta frequência o universo lingüístico cotidiano?

Por que acharíamos estranho se quiséssemos conhecer uma pessoa e alguém nos mostrasse uma fotografia apenas do corpo dessa pessoa? Por que, quando queremos conhecer alguém, esperamos ver o seu rosto? Como tomamos o rosto pela pessoa? Se o rosto representa a pessoa, por que o noivo não pede o rosto da noiva, mas a sua mão, em casamento? Como o

nosso universo lingüístico cotidiano pode ser tão influenciado, em última instância, pelos “efeitos” metonímicos?

Como interpretar a frase “O meu trabalho é uma prisão”? Por meio do levantamento das características mais prototípicas de prisão, podemos dizer que a intenção do falante-enunciador é dizer que seu trabalho é sufocante, confinado, não gratificante, etc. Mas, não seria precisamente o *etc.* que refletiria a força emotiva (CACCIARI, 1998; SEARLE, 1979), o poder cognitivo (LAKOFF; JOHNSON, 1980; BLACK, 1979; KITTAY, 1989; SADOCK, 1993), o efeito (SADOCK, 1993), a eficácia (HARRIES, 1978), o *insight* (BLACK, 1979), o *creative uptake* (RICHARDS, 1936), o próprio sentido ou a própria razão da metáfora?

Sadock (1993, p.44) sustenta a idéia de que a linguagem figurada é uma das fontes mais produtivas da mudança lingüística. E acrescenta: se re-analisarmos e decomposermos as chamadas figuras de retórica em traços literais, tal processo resultará na fonte mais produtiva e mais importante da mudança semântica. Seguindo essa estratégia, poderíamos perguntar: e se simplesmente não pensarmos na literalidade, haveria mesmo assim uma mudança semântica?

Buscar a natureza literal e figurada da linguagem é tentar compreender os princípios e os aspectos que delineiam a produção, a compreensão e a interpretação das diferentes linguagens; é tentar alcançar seus papéis e suas funções; é buscar os níveis ou os planos de significação de uma língua; é admitir a existência de dois diferentes e contrastantes tipos lingüísticos. Mas, por que aceitar a divisão literal/figurado? Por que não admitir simplesmente a existência de uma única linguagem e atribuir toda a sua variedade e heterogeneidade à recursividade lingüística ou à proficiência cognitiva? Como delimitar com precisão a divisão literal/figurado?

O estudo da linguagem figurada é frequentemente instigado pelo seu estatuto, de um lado, de linguagem padrão (*normal*) e, de outro, de linguagem desviante (*especial*) (cf. KATZ, 1998, p.19), fato que dificilmente se verifica nos estudos da linguagem literal – a linguagem normal por excelência. Mas por que atribuir uma normalidade ao que tradicionalmente se rotula “literal” e uma especialidade ao que tradicionalmente se rotula “figurado”? Por que tantos autores se referem à linguagem literal como a linguagem padrão e à linguagem figurada, como a linguagem não-padrão? (cf., por exemplo, KATZ, 1998).

Investigar e discutir tais questões requer, primeiramente, o exame e a avaliação da própria natureza do que constitui a literalidade e a figuratividade da linguagem, ou seja, o que deve ser considerado propriamente literal e o que deve ser considerado propriamente figurado

na linguagem? Em outras palavras, em que planos ou níveis (semântico, pragmático, psicológico, etc.) deve ser especificada, se ela existir, a oposição literal/figurado?

Neste trabalho, discutiremos a oposição literal/figurado essencialmente por meio da investigação de dois percursos: (i) o que percorre o que designamos “níveis de significação lingüística”, isto é, os níveis em que são atribuídas a instância literal e a instância figurada da linguagem; e (ii) o que conduz aos estágios do processamento, isto é, o da produção e o da compreensão (considerando uma igualdade básica entre ambos ou desconsiderando uma diferença significativa entre os mesmos) dos significados literal e figurado.

Para investigar o primeiro percurso, buscamos a oposição ‘literal/figurado’¹ do ponto de vista da Lingüística. Discutimos, em particular, os conceitos de ‘significado literal’ e de ‘significado não-literal’ à luz de princípios tradicionalmente estabelecidos (dependência de contexto, condições-verdade, composicionalidade, dentre outros) e evidenciamos como a dicotomia literal/figurado aponta para a distinção entre a Semântica e a Pragmática. Mostramos, por meio de exemplos, como a oposição literal/figurado é facilmente enfraquecida e como há autores que propõem modificá-la.

No segundo percurso, evidenciamos, do ponto de vista da Psicolingüística, como a oposição literal/figurado é fortemente criticada e rejeitada e como ela pode ser substituída. Investigamos esse percurso por meio da análise de modelos que teorizam o processamento da linguagem; em particular, discutiremos o *Modelo Pragmático Padrão*, o *Modelo de Acesso Direto* e a *Hipótese de Saliência Gradativa*. Mostramos como a literalidade cede espaço para um conceito de significado mínimo e como a figuratividade (se analisada da ótica tradicional) pode ganhar um estatuto de literalidade.

¹ Considerando que o ‘figurado’ é, de algum modo, o ‘não-literal’, e que o ‘não-literal’ é, em algum sentido, o ‘figurado’ (cf. ARIEL, 2002), assumimos, neste trabalho, o ‘figurado’ indistintamente como sinônimo de ‘não-literal’. Assim, a oposição literal/figurado equivale à tradicional-clássica oposição literal/não-literal, ou ainda à oposição não-figurado/figurado.

1.1 A oposição clássica literal/figurado e as dimensões semântica e pragmática

A central presupposition of our culture is that the description and explanation of physical reality is a respectable and worthwhile enterprise (...) reality could, and should, be literally describable. Other uses of language were meaningless for they violated this empiricist criterion of meaning. (ORTONY, 1993, p.1, ênfase acrescentada)²

The literal, in the classical story, is the indispensable sacred rock that forms the bulk of our language and thought....
...[The] literal meaning (...) has been defined in terms of an idealized and oversimplified model of language and thought, one that is defined by a cluster of convergent conditions. (LAKOFF, 1986, p.292, ênfase adicionada)³

Definido como um tipo de *semântica pré-teórica* (ARIEL, 2002, p. 362), descrito como um valor fixo e verdadeiro e caracterizado pela clareza, precisão e ausência de ambigüidade, o significado literal de uma forma lingüística é originalmente considerado o significado lingüístico. De acordo com a definição clássica, o significado lingüístico é direto, gramaticalmente especificado, sentencial, necessário e livre de contexto, sendo, em princípio, não eliminável (é cancelado, por exemplo, nos casos de ironia).

Essa definição, ou conforme sugere Ortony, essa *pressuposição de nossa cultura* ou, nos termos de Lakoff, esse *modelo idealizado e simplista de linguagem e de pensamento*, advém da tese composicional tradicional que caracteriza a teoria semântica clássica. Segundo essa teoria, o significado de uma expressão complexa é determinado pelos significados de seus constituintes e pelas regras que os combinam, isto é, em função do significado dos morfemas componentes e das regras sintáticas de composição. Essa tese, que focaliza a centralidade do significado literal, sustenta que um conjunto de condições necessárias e suficientes (tais como, independência de contexto, composicionalidade e condições de verdade⁴) deve ser preenchido para que um significado seja considerado literal.⁵

² "Um pressuposto central de nossa cultura é que a descrição e a explicação da realidade física é um empreendimento respeitável e gratificante (...) a realidade poderia, e deveria, ser literalmente descritível. Os outros usos da linguagem seriam desprovidos de significação porque eles violariam esse critério empírico do significado."

³ "A literalidade, do ponto de vista da tradição clássica, é a indispensável pedra angular que fundamenta a linguagem e o pensamento. O significado literal tem sido definido em termos de um modelo idealizado e simplificado da linguagem e do pensamento, definido em termos de um aglomerado de condições convergentes."

⁴ Admitir o princípio de valor de verdade como condição necessária para determinar o significado literal significa admitir uma conexão entre a gramaticalidade e a composicionalidade, ou seja, entre os significados

Já o significado figurado, enquanto um significado não-composicional, indireto, e pragmático (extralingüístico), por *violar os critérios empíricos do significado* (literal) é originalmente definido como um *uso lingüístico não significativo* (ORTONY, 1993, p.1). Entendido como a contraparte ou como o *complemento* nitidamente distinto (e inferior) do significado literal (ARIEL, 2002, p. 362), o significado figurado é ainda não sentencial, por estar associado ao enunciado e ao falante, e dependente do significado literal, por ser derivado da combinação entre significados literais, processos (cognitivos) gerais de inferência e aplicações contextuais. Os significados figurados clássicos são a metáfora, a ironia, os atos de fala e as implicaturas conversacionais (ARIEL, 2002, p. 363).

Somada a essas características, outras propriedades que não pertencem propriamente à definição clássica, mas que são comumente associadas aos significados literais e figurados podem ser assim especificadas: (i) o significado literal é automático e obrigatório, enquanto o significado não-literais é não-automático e opcional; (ii) o significado literal é o significado não-marcado, ou a norma, e é o significado freqüentemente usado; (iii) o significado não-literais é gerado apenas quando o significado literal é não plausível (ARIEL, 2002, p. 364).

Tais diferenças conduzem às seguintes implicações de natureza psicológica: (a) o significado literal é acessado primeiramente, enquanto o significado figurado demora mais tempo para ser acessado; (b) os significados literal e figurado resultam de diferentes processos ou processamentos.⁶

Tendo em vista tais considerações, especificamos a oposição literal/figurado em função da distinção Semântica/Pragmática. Apenas evidenciamos, anteriormente, que alguns autores apresentam a relação semântica-pragmática de modo simplista, conforme faz Gibbs (1994, p.4-5), ao argumentar que a semântica é ainda vista na Lingüística, na Lógica e na Filosofia, como o estudo do significado literal, enquanto o significado figurado é atribuído à Pragmática. Nesse contexto, enquanto a Semântica é definida como o estudo do significado, isto é, da relação entre o signo lingüístico e a referência, a Pragmática é entendida como o estudo da relação entre os signos lingüísticos e seus usuários, ou seja, do signo no contexto.

Para explicarmos as relações entre literalidade e semântica e entre figuratividade e pragmática, designamos os significados ‘literal’ e ‘figurado’, respectivamente, como

lingüísticos/semânticos (codificados na língua) e os significados semânticos referenciais (significados especificados em termos de valor de verdade.) (ARIEL, 2002, p. 387).

⁵ As condições tradicionais necessárias e suficientes são preenchidas de acordo com os seguintes julgamentos: a linguagem convencional do cotidiano é sempre literal; todos os assuntos podem ser compreendidos literalmente; apenas a linguagem literal pode ser julgada verdadeira ou falsa; todas as definições dadas no léxico de uma língua são literais; todos os conceitos usados na gramática de uma língua são literais. (LAKOFF, 1993, p. 204)

⁶ Detalharemos tais implicações na subseção 1.3.

‘significado lingüístico’ e ‘significado pragmático’. Tal distinção sugere que a entidade ‘significado’ seja decomposta em duas modalidades ou, posto diferentemente, sugere a existência de duas instâncias significativas: uma instância lingüística ou semântica, que enfatiza o universo semântico ou o conhecimento lingüístico (codificado/internalizado pelo falante) do significado, e uma instância não lingüística, ou pragmática, que enfatiza o uso, isto é, o universo contextual e situacional do significado (nessa instância inclui-se o conhecimento extralingüístico, isto é, o conhecimento enciclopédico). O paralelo estabelecido entre o significado semântico (lingüístico) e o literal, e entre o significado pragmático (extralingüístico) e o não-literal, que foi essencialmente difundido nos anos oitenta e noventa (cf., por exemplo, DASCAL, 1987), não descarta, entretanto, a idéia de que a linguagem literal exerça também funções pragmáticas.

Considerando a distinção proposta, analisamos as instâncias lingüística (literal) e pragmática (figurada) à luz dos modelos semânticos (lingüísticos) e dos modelos não semânticos (não-lingüísticos) (cf. KATZ, 1993).

A principal diferença entre ambos é uma questão formal de modelo: enquanto os modelos semânticos lidam com os significados das formas lingüísticas, os modelos não semânticos enfatizam o uso das formas lingüísticas (cf. KATZ, 1993, p. 25-28). Tal concepção advém da visão estreita, de um lado, de uma semântica da palavra, que analisa o significado no nível da unidade *per se*, e, de outro, de uma pragmática da frase, que analisa o significado no nível do enunciado. Assim, evidenciamos o *modo* como cada um concebe e descreve os dois tipos de significado, porque ele é que é responsável pela diferença que a literatura tem estabelecido entre ambos.

Em geral, nas teorias semânticas, de modo semelhante ao contraste do tipo norma/desvio, a linguagem (ou significado) literal é responsável pelo direcionamento e pelo comando da produção da linguagem normal ou comum, e a linguagem figurada, por conseqüência, constitui um problema semântico que resulta da ampliação ou do “desvio” do significado literal; já nas teorias não-semânticas, o contraste literal/figurado é preenchido pela instância enunciativa, ocorrendo entre o que as palavras significam literalmente e o que os falantes pretendem comunicar ou expressar por meio do uso de tais palavras - esta última instância significativa que seria responsável pela produção do significado figurado.

As teorias semânticas, em particular, avaliando a literalidade e a figuratividade como um par dicotômico verdadeiro-falso, consideram o significado literal como um significado proposicional (responsável pela especificação do valor de verdade de uma palavra ou frase), referencial (no sentido de ser considerado o único meio, claro, objetivo e verdadeiro de

designar a realidade), lingüístico (codificado) e independente de contexto (possui um valor fixo); exemplos: “O sábado antecede o domingo”, “Os bondes movem-se sobre os trilhos”, “A terra gira em torno do sol”. Já o significado figurado é visto como um significado secundário (não fundamental), decorrente do uso (ampliado e sobreposto) do significado literal, com valor variável e dependente de contexto e, de certa forma, falso, no sentido de *violar o critério empírico* (cf. epígrafe de Ortony) da nomeação da realidade. São exemplos: “Os políticos se deliciaram com um piquenique de política”, “A vida vem em ondas como o mar”, “Os espíritos de porco ainda serão alimentados com lavagem”.

Já as teorias não-semânticas equiparam a oposição literal/figurado à distinção dizer/implicar. Para essas teorias, sustentadas principalmente por psicólogos e filósofos da linguagem (cf. SADOCK, 1993; SEARLE, 1979), o significado literal refere-se a ‘o que é dito’, ou seja, ao significado lingüístico (isto é, semântico), e o significado figurado refere-se a ‘o que é (de fato) expresso’, ou seja, ao significado do enunciado ou do discurso (significado pretendido ou implicado). Assim, para essas teorias, uma frase do tipo “Rafaela é uma exímia motorista!”, enunciada de forma irônica, isto é, para expressar um sentido contrário ao afirmado, possui, ao mesmo tempo, dois significados, o *significado da frase* e o *significado do enunciado* (SEARLE, 1979). Estabelecendo a distinção entre o que o enunciado significa e o que ele pode (ser usado para) significar, tem-se, respectivamente: “Rafaela é uma exímia motorista” e “Rafaela não é uma exímia motorista”. Frente a tal distinção poderíamos, entretanto, perguntar: como um enunciado pode ter significações opostas?

Na Lógica Matemática, se uma frase F significa X e, se significar X, pressupõe não significar Y e vice-versa, ou posto diferentemente, se X anula Y e Y anula X, como F pode significar X e Y simultaneamente? Considerando a instância literal/ composicional semanticamente bem-formada e a instância figurada/não-composicional semanticamente anômala, como diferenciar essas duas instâncias do significado ou, em outras palavras, como diferenciar o significado semântico do significado pragmático? E como o significado pode extrapolar os limites da semântica? Como dizer, por exemplo, que o significado significativo não significa, enquanto o significado não significativo significa? Mas então, o que seria o significado?

A grande questão que parece estar em jogo, além da noção composicional do significado, que constitui um dos principais focos de concordâncias e dissonâncias entre lingüistas, filósofos e psicólogos, diz respeito à própria noção ou ao próprio conceito de “significado”, admitido em geral, como a noção exemplificada em “O que X significa?”,

“Qual é o significado de ‘trapizonga’?”. Apesar de ser a noção clássica ou o sentido mais tradicional de “significado”, Lyons (1977, p.1,2) ressalta que esse é apenas um dos sentidos que delinea esse conceito complexo. Esse sentido, que segundo o autor, é explicado e entendido em relação à noção de “significação” ou em relação à semântica, não reflete, por exemplo, as noções de intenção, extremamente relevantes à interpretação de muitos sentidos de “significado” e “significar”. Segundo Morris (1964 apud LYONS, 1977 p.3, 4) a *noção de intencionalidade parece ser não menos importante que a da significação no complexo de noções inter-relacionadas que estão por trás do “significado”*.

Por exemplo, as frases “Há uma mulher que vira homem” e “As palavras em sua boca sempre perdem seus sentidos” pressupõem (semântica e pragmaticamente falando), de algum modo, a possibilidade de dizer uma coisa e significar outra. Mas, como alguém pode usar uma combinação de palavras para querer dizer algo diferente do que as palavras significam? Como uma mulher pode virar um homem e como uma palavra pode simplesmente perder o seu significado? Segundo Leech (1974 apud LYONS, 1977, p. 1), é possível conceber que o significado lingüístico possa ser entendido ou explicado em termos de outros tipos de significados não-lingüísticos.

Assim, tais frases ilustram oposições entre pelo menos três instâncias significativas ou entre três sentidos de “significado”: (i) a instância da significação ou, conforme sugere a teoria dos Atos de Fala, a *locução*; (ii) a instância da intenção ou *ilocução*, que se refere à força (intenção) que o falante atribui ao conteúdo expresso; e (iii) a instância do discurso ou *perlocução*, que se refere ao efeito que o falante produz sobre o ouvinte no discurso. Segundo Lyons, o que as palavras e as frases de uma determinada língua significam, em termos do que os falantes querem dizer nessa língua, é apenas uma derivação do *uso* de tais palavras e frases. Assim, a noção da comunicação pressupõe as noções de significação e de intenção; logo, a noção de “significado” deve também pressupor, e de igual forma, tais noções.

Tendo em vista essas considerações, ficamos tentados a dizer que o que distingue as teorias semânticas das teorias não-semânticas diz respeito à noção, que cada uma pressupõe, de significado e de como a comunicação acontece.

Assim, uma nova oposição emerge: a oposição entre a “forma lingüística” e o “conteúdo significativo” ou simplesmente, entre a *forma* e o *significado* (SADOCK, 1993, p. 48). Segundo Sadock, compreender a relação, sustentada por um ramo da lingüística moderna, entre *forma* e *significado* significa entender, pelo menos intuitivamente, o que as frases de uma língua significam, enquanto oposto ao o que elas podem ser usadas para significar. Em outras palavras, é importante diferenciar quando os aspectos da comunicação em um

enunciado são “alcançados” sozinhos, pelas convenções semânticas do sistema lingüístico, e quando tais aspectos são conseguidos de forma indireta por meio da recorrência a um ou outro processo. Seguindo esse raciocínio⁷ é fundamental identificar quando uma frase é ambígua, para então, atestada a ambigüidade, averiguar quando seus componentes estão ou não gramaticalmente associados com os seus respectivos significados (lingüísticos). Assim, analisando a frase “Joana é uma verdadeira rocha de Gibraltar” (SADOCK, 1993, p.48) deve-se ter conhecimento para dizer quando esse tipo de frase é verdadeira ou quando é falsa na conjuntura onde Joana é, de fato, uma pessoa (leal) e não uma formação geológica. Mas como diferenciar as convenções diretas, nomeadamente semânticas, das convenções indiretas, não-semânticas ou criadas pelo falante?

Segundo o próprio Sadock (1993), a oposição forma/significado é pouco plausível, essencialmente por ser demasiado intuitiva e pouco precisa. O autor sugere, então, que a literalidade e a figuratividade devam ocorrer, respectivamente, entre *significado* e *efeito*, da seguinte forma: o significado convencional representaria o significado literal e o efeito não convencional ou figurado representaria a instância figurada. Assim, em uma situação de ambigüidade, em que um termo pode ser, ao mesmo tempo, interpretado de forma figurada ou literal, como, por exemplo, os termos “nascer” e “pôr-do-sol” na frase “Cada dia vivencia-se um nascer e um pôr-do-sol”, Sadock sugere que os termos, que margeiam a ambigüidade, sejam *neutros* (ou não marcados) no que se refere à atitude do falante (na frase, representados pelos sentidos literais de “nascer” e “pôr-do-sol”), e que, apenas figurativamente, esses termos adquiram uma força adicional nomeadamente conotativa – não-neutra ou marcada (no caso, “nascer” e “pôr-do-sol” usados de forma figurada para referir respectivamente ao ‘nascer’ e ao ‘morrer’ ou ainda à ‘vida’ e à ‘morte’).⁸

Levando em conta o fato de que o significado literal é também “o que é dito” e que o “o que é dito” está intimamente *relacionado* ao significado convencional das palavras, conforme evidencia Grice (1978 apud ARIEL, 2002, p.362), a distinção sugerida por Sadock, parece-nos, entretanto, nada mais que a própria oposição literal/figurado (sustentada pelas teorias não-semânticas), descrita em outros termos.

Evidenciamos que há teóricos que não distinguem os tipos literal e figurado, descartando a existência dessa oposição (cf. DAVIDSON, 1978), alegando que a chance de se estabelecer esse tipo de oposição *imbuída de princípios* é, no mínimo, *remota* (GIBBS, 1989,

⁷ A oposição em questão parece confluir com a visão de que uma teoria semântica deve ser baseada nas intuições dos falantes sobre o que é dito (KAPLAN, 1989, In: GIBBS, 2002, p. 482-483).

⁸ Apresentamos outras visões na subseção 1.2.

p.250), ou enfatizando que as fronteiras entre elas são difusas o suficiente para considerar a dicotomia uma *ilusão psicológica* (cf. TURNER, 1998, p.60). Outros teóricos ainda explicam que a complicação da oposição literal/figurado está nos próprios termos ‘literal’ e ‘figurado’ que, por si só, são difusos. Segundo Gibbs et. al. (1993, p. 388-389) o significado literal pode ser contrastado com o significado poético, com o uso não-convencional, com o significado baseado em contexto e com a linguagem em que conceitos de ‘verdade’ e ‘falsidade’ não podem ser calculados.

Finalizamos esta subseção evidenciando que enquanto a linguagem literal for considerada a *pedra angular* ou a *medida da linguagem e do pensamento* (LAKOFF, 1986, p.292), e a linguagem figurada, um fenômeno *estritamente pragmático, desviante* ou *ornamental* (GIBBS, 1994, p.5), a oposição literal/metafórico não constituirá problema para a teoria tradicional da metáfora.⁹ (cf. GIBBS, et al, 1993).

1.2 Minimizando a oposição literal/figurado

(...) it is usually assumed that the term **literal** can be unproblematically contrasted with the terms **metaphorical** or **figurative**. But only the nonmetaphorical definition of literal meaning specifically contrasts literal meaning with metaphoric meaning (GIBBS, et al., 1993, p. 389).¹⁰

A crença na dicotomia absoluta literal/figurado, baseada nos parâmetros clássicos, tem sido fortemente criticada pelos pesquisadores (conforme evidenciamos nesta subseção). Visando à modificação do conceito de significado literal e da própria oposição literal/figurado, lingüistas, filósofos e psicólogos, a partir do levantamento das restrições (falhas e problemas) dessa visão dicotômica da linguagem, propõem diferentes concepções para apreender e suprir a oposição. Os que seguem a concepção tradicional da linguagem evidenciam a necessidade de se repensar o significado literal de forma mais moderada, como um significado que não precisa ser caracterizado como um conjunto de princípios, mas que deve antes, ser determinado por um ou por outro princípio (DASCAL, 1987; POWELL, 2002). Já os que se colocam em posição avessa à teoria tradicional, evidenciam a necessidade da reformulação das duas noções. Argumentam que essas noções admitem uma gradação,

⁹ Se a metáfora é definida como um tipo de desvio lingüístico e se o desvio se opõe ao literal, a oposição literal/metafórico não constitui problema para as visões mais tradicionais (cf. seção 2).

¹⁰ "(...) assume-se, em geral, que o termo **literal** pode ser contrastado, sem maiores problemas, com os termos **metafórico** ou **figurado**. Entretanto, apenas a definição não-metafórica do significado literal contrasta, de modo específico, os significados literal e metafórico."

conforme sejam mais ou menos salientes, freqüentes, familiares, convencionais, etc. (GIORA, 1997; ARIEL, 2002). Nesta subseção, portanto, discutimos o enfraquecimento da oposição literal/figurado sob os óculos dos re-visitadores da tradição. Apenas apontamos, anteriormente, os princípios clássicos que se impõem como condições para a determinação do literal e para a discriminação do figurado.

Gibbs et al. (1993, p.389) evidenciam que o termo “literal” possui pelo menos cinco significados diferentes, constituindo cada um, da perspectiva clássica, um princípio ou uma condição necessária para a rotulação de um significado como literal: (a) a *literalidade convencional*, em que o uso literal é contrastado com o uso poético, com o uso indireto, etc.; (b) a *literalidade do assunto*, em que assuntos particulares são geralmente tratados/discutidos por determinadas expressões; (c) a *literalidade não-metafórica*, ou linguagem diretamente significativa, em que a linguagem é entendida diretamente sem a intervenção de um termo ou de um conceito; (d) a *literalidade condições de verdade*, em que a linguagem abarca o mundo, isto é, pode referir aos objetos existentes de forma objetiva, ou de abarcar o mundo de modo verdadeiro ou falso; (e) a *literalidade independente de contexto*, em que o significado literal de uma expressão o é em um contexto “nulo” ou independentemente de qualquer situação comunicativa (GIBBS et al., 1993, p. 388-389; cf. também, LAKOFF, 1986, p. 292).

O enfraquecimento da oposição clássica literal/figurado à luz de tais princípios se deve, de um lado, à forte noção de literalidade, e, de outro, à conseqüente noção vaga e fraca de figuratividade. Para Gibbs et al. (1993, p.389) e Lakoff (1986, p.292), o significado metafórico só pode ser contraposto à noção de literalidade expressa em (c) acima, essencialmente porque os demais princípios podem servir igualmente de requisito para fatos lingüísticos literais e figurados.

Por exemplo, o significado literal, apesar de ser analisado em oposição ao significado figurado (como ao metafórico e ao irônico), é também, muitas vezes, considerado o significado convencional. Tal fato se torna problemático se acrescido da idéia de que algumas linguagens figuradas (então, não literais em algum sentido) são convencionais (literais em algum sentido), como, por exemplo, as metáforas mortas (ex.: “Ela é uma cobra”) e os pedidos indiretos (ex.: “Você pode me passar o sal?”, em um contexto em que o pedido do sal é relevante, e não a habilidade de passá-lo). Além disso, alguns significados não-figurados (então, literais em algum sentido) são inferidos (então, não-literais em algum sentido), como ocorre, por exemplo, com as implicaturas conversacionais (ex.: quando alguém diz “A sala está fria”, com o intuito de que o ar-condicionado seja minimizado/desligado). Outra questão concerne às condições ou ao valor de verdade que não encobre completamente a

convencionalidade (de uma palavra ou frase), o que significa, de um lado, a possibilidade de alguns significados codificados não contribuírem com as verdades condicionais das proposições expressas, e de outro lado, a possibilidade de alguns significados inferidos contribuírem com as condições de verdade das proposições expressas, conforme discutiremos adiante (ARIEL, 2002).

Tais questões, cujas inconsistências resultam da não especificação ou da especificação imprecisa das distinções que delineiam e separam as instâncias literal e figurada da linguagem, implicam, muitas vezes, a falta de consenso em relação à classificação da linguagem. Por exemplo, enquanto Lakoff e Johnson (1980) consideram as metáforas novas e também as metáforas convencionais instâncias não literais, outros lingüistas consideram os significados convencionais, incluindo alguns metafóricos (como as metáforas convencionais) instâncias literais. Porque refletem diferentes concepções de metáfora (e de literal), a falta de consenso, também refletida nas exemplificações “repetidas” ou ainda na ausência de exemplificações, conforme pudemos perceber em muitos dos artigos estudados, obscurece, muitas vezes, a investigação do campo sobre metáforas.

Apresentamos abaixo alguns dos problemas da forte noção dicotômica da linguagem, por meio da discussão, em particular, de algumas das condições tradicionalmente responsáveis pela rotulação do significado literal, a saber: independência de contexto, condições de verdade e composicionalidade. Evidenciamos como tais condições podem ser repensadas e como a noção de não-simultaneidade poderia amenizar muitas das inconsistências causadas pela obrigatoriedade de conformação a essas condições.

Quanto à independência de contexto, Searle (1978, p.208) argumenta que a condição *contexto nulo* é inaplicável, porque diferentes aplicações contextuais produzem diferentes condições de verdade. Para Searle, uma palavra é sempre interpretada à luz de um contexto determinado: o significado literal é necessariamente relativizado a um conjunto de considerações/suposições e conhecimentos, embora tal conjunto não faça parte do significado literal propriamente dito (o conhecimento cognitivo é não-intencional e não-representacional). De acordo com Ariel (2002, p.365), a única razão para pensarmos que as frases são, às vezes, interpretáveis sem referência a um contexto, é que as considerações contextuais envolvidas são tão fundamentais que parecem transparentes. Completando esse raciocínio, assume-se que o contexto determina também ‘o que é dito’ (tradicionalmente o significado literal) e não apenas ‘o que é (socialmente) implicado’(tradicionalmente o figurado) (SEARLE, 1978; DASCAL, 1987; GIBBS, 1984).

Quanto ao valor de verdade, Searle (1978) sustenta parcialmente a idéia tradicional de que a aplicação do significado literal (considerado lingüístico/semântico pelo autor) define as condições de verdade da proposição. Ele acredita que o valor de verdade é verificável na interpretação literal e não no significado literal. A relação entre valor de verdade e interpretação literal, assim como a relação linguagem e mundo, entretanto, não é tão simples. Por exemplo, considerando os enunciados A-C:

- A. “O sábado antecede o domingo” (com o mesmo significado de “Janeiro antecede Fevereiro”)
- B. “Vamos beber todas hoje porque amanhã é domingo” (pronunciado em uma roda de amigos em um sábado)
- C. “Este ano de 2005 terminou com 364 dias porque no final da Páscoa o domingo substituiu a sexta” (com referência a “O domingo de páscoa substituiu a sexta-feira da paixão”)

A análise de “domingo” nos enunciados A-C nos leva, respectivamente, à distinção: marca temporal (domingo é um dia da semana assim como segunda-feira, terça-feira, etc.), marca sócio-cultural (domingo, em nossa sociedade/cultura, é sinônimo de descanso, de folga do trabalho, assim como o “sábado” tem, dentre os dias da semana, a “carga social” mais pesada), marca histórico-religiosa (na religião cristã o domingo de páscoa simboliza a ressurreição de Cristo). Os enunciados A-B parecem sustentar a argumentação de Searle acerca do valor de verdade. E quanto ao enunciado C? A solidez da relação valor de verdade e interpretação literal é tão forte em C quanto em A e B? O enunciado C só pode ser interpretado de modo literal se “sexta” e “domingo” deixarem de ser “sexta-feira” e “domingo”, isto é, se forem libertos do ciclo temporal/semanal e inseridos no ciclo religioso. Nesse contexto, o domingo de páscoa pode eliminar a sexta da paixão à medida que simbolizam, respectivamente, a ressurreição e a morte, processos que se auto-excluem. No ciclo semanal, o domingo jamais eliminará a sexta (o ano nunca começará em fevereiro), já, vida significará sempre ‘não-morte’ e morte, ‘não-vida’. Fazer isso significa, entretanto, interpretar “sexta” e “domingo” de modo não literal. Então perguntamos: como a interpretação literal pode, em casos como esse, contribuir com o valor de verdade de uma expressão?

A condição de valor de verdade é fundamentalmente enfraquecida por Lakoff (1987) e Lakoff e Johnson (1980). Para esses autores, a frase “Temos que economizar tempo” só pode ser interpretada por meio da invocação ao conceito metafórico de TEMPO, conforme refletido no mapeamento TEMPO É DINHEIRO, que antes de abarcar a realidade, depende apenas do

modo como (tal conceito metafórico) estrutura a realidade (cf. subseção 5.2). Nesse contexto, como determinar as condições de verdade da frase em questão? Haveria uma interpretação literal para a frase “Temos que economizar tempo”?

Quanto à total composicionalidade, Bartsch (1996 apud ARIEL, 2002, p.370) diz que o significado literal nem sempre preserva sua composicionalidade, fundamentalmente porque nem sempre é possível determinar o que o significado de uma palavra é (por meio de sua composicionalidade). Por exemplo, ‘cortar’ em ‘cortar um bolo’ é, segundo Bartsch, diferente do significado geral e irreduzível ‘picar’ conforme expresso em ‘picar salsinha’. O autor diz: *um aspecto comum de um sub-conjunto desses [significados] é uma abstração secundária, artificial, ou uma generalização ao longo de contextos* (ibid, p.371). Assim, o significado sujeito ao princípio de composicionalidade é o significado de uma unidade maior, e não propriamente de uma unidade isolada. No caso do verbo “cortar”, tal unidade é o *verbo + o objeto*. Assim, “cortar” associa-se a significados minimamente diferentes, de acordo com o objeto referido, sendo todos igualmente literais (e dependentes do contexto) e estando todos listados em nosso léxico mental.

Em contraste àqueles que tentam substituir a definição, em particular, do significado literal, Dascal (1987), seguindo a mesma linha da concepção tradicional, mas de uma forma bem menos categórica e mais modesta, descreve uma versão “moderada” do significado (literal), nomeada “literalismo moderado”. Dascal propõe uma caracterização relevante, e não estreita, do significado literal, argumentando que nem todos os critérios (como os analisados) devem ser simultaneamente preenchidos para que um significado seja literal. Um de seus objetivos é apagar a *demanda excessiva localizada na noção de significado literal* (DASCAL, 1987, p.264) e, assim, amenizar a concepção clássica que assume que condições necessárias e suficientes são localizadas no significado literal.

Enquanto Dascal enfatiza a importância do contexto para a produção dos significados literais, ele não descarta, ao mesmo tempo, a possibilidade de eles serem gerados livremente do contexto. Outro ponto de discussão diz respeito ao valor de verdade: segundo o autor, o significado literal, antes de *determinar* todas as condições de verdade relevantes de uma frase, por exemplo, ele pode apenas *contribuir* com a especificação das mesmas. Quanto ao princípio da composicionalidade, Dascal, de modo similar, diz não haver problemas com a sua violação.

Assim, o significado literal é definido, por Dascal, como o significado ou a interpretação convencional de uma palavra, frase ou enunciado, constituindo *estágio obrigatório* no processo do entendimento, na medida em que é responsável por direcionar e

guiar o enunciatário às interpretações contextualmente apropriadas. Diz ele: *Ainda que não importe o quão pequena seja a sua contribuição frente ao conteúdo, [o significado literal] parece exercer um papel crucial no processo de interpretação, isto é, no papel de conduzir o ouvinte à identificação dos itens relevantes da informação contextual, que devem ser usados, para que se chegue a uma interpretação* (DASCAL, 1987, p.262). Confrontaremos essa visão na subseção seguinte.

Em se tratando de sentido figurado, Dascal (cf. também GREY, 2000) sugere a coexistência de dois tipos de significados: o significado primário ou literal, que está sempre disponível (por exemplo, o significado literal de “apagar”, exemplificado em “Depois da aula, ela apagou as anotações erradas”; “Ela apagou todos os arquivos de seu computador”; “Você precisa apagar esses fatos de sua memória”), e o significado secundário ou figurado, que está originalmente em estado de *penumbra* (GREY, 2000) (por exemplo, o significado figurado de “apagar”, ilustrado em “Ela apagou todas as suas decepções com um novo namorado”; “O homem apagou o indigente”; “Toda a esperança de Júlia foi apagada”; “A reportagem propositalmente apagou os momentos mais trágicos do acidente”, etc.). Assim, conforme ilustra a Figura 1, a figuratividade entra em cena quando o significado figurado se destaca e desativa o significado primário, que ocorre quando o mesmo se sobrepõe no contexto discursivo, promovendo, assim, a mudança semântica. O resultado, conforme argumenta Fonogy (apud DASCAL 1987, p. 271) é a existência de uma *interpretação desfavorável* que não pode, entretanto, ser excluída, e de uma *interpretação favorável* que, da mesma forma, não pode ser totalmente explicitada.

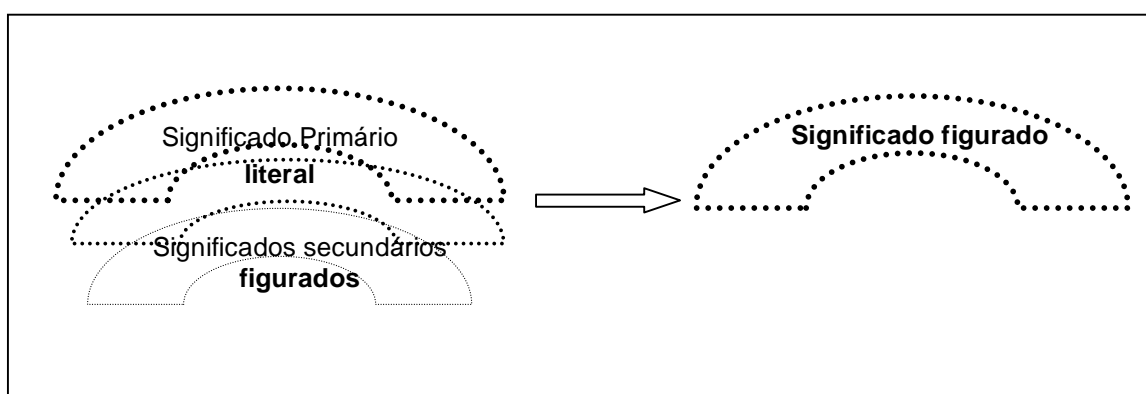


Figura 1: Representação esquemática da desativação do significado literal e da ativação do significado figurado.

Powell (2002, pp. 271-272), por sua vez, diz ser necessário conceber a visão tradicional do significado de forma ainda mais moderada. Sugere, então, pensar no *significado lingüístico* e não no conteúdo proposicional ou no valor de verdade de uma frase. Se

dissermos, por exemplo, que a expressão “mesa cinco” nas frases “A mesa cinco está ocupada” e “A mesa cinco pediu a conta” tem o mesmo significado em ambos os contextos, tal intuição, segundo Powell, deve operar no nível do significado lingüístico e não no nível do conteúdo de verdade, essencialmente porque “mesa cinco” não oferece a mesma contribuição às condições de verdade em ambos os contextos.

Mas, será que a expressão “mesa cinco” é, de fato, lingüística ou semanticamente idêntica em ambas as frases? Hahn e Markert (1999, p.135) parecem ser mais coerentes frente ao exemplo proposto. Eles sugerem que a expressão “mesa cinco” (na frase “A mesa cinco pediu a conta”), à medida que suporta “a pessoa ou pessoas que estão sentadas na mesa cinco” (um caso de metonímia), não pode ser interpretada a partir do significado lexical de suas unidades componentes, essencialmente porque essa expressão, na frase-exemplo, evoca um significado pretendido; logo, para esses autores, o que diferencia as interpretações literais e figuradas (como a metafórica e a metonímica) é fundamentalmente a distinção existente entre o significado lexical e o significado pretendido.

Mas então, como avaliar o conteúdo proposicional ou as condições de verdade de uma frase? Powell diz que a compreensão do valor de verdade de uma frase envolve dois processos: a decodificação lingüística e a inferência pragmática. Lyons (1981 apud, DIAS-DA-SILVA, 1996, p. 136), de modo similar, sustenta a idéia de que a semântica de condição de verdade pode ser considerada um complemento da pragmática. *Podemos asseverar negar ou conhecer uma proposição. Podemos ainda acreditar em proposições. Uma proposição pode até mesmo ser expressa por paráfrases distintas. É seu valor de verdade, entretanto, identificado como um ou outro dos dois valores – verdadeiro ou falso- é que é asseverado, negado ou conhecido.*

Em vista de tais análises parece não haver dúvidas de que, sem a especificação dos sentidos em que o literal e o figurado devem ser usados, não é possível distinguir, de modo consistente e consciente, as instâncias literais das instâncias metafóricas da linguagem.

1.3 A oposição literal/figurado do ponto de vista psicolinguístico

*One reason why many scholars believe that figurative language violates communicative norms is because they confuse the **processes** and **products** of linguistic understanding (GIBBS et al., 1993, p. 388)¹¹*

Estabelecemos, nas subseções anteriores, que o significado literal (tradicionalmente igualado ao significado lingüístico) resulta exclusivamente do processo de codificação lingüística, isto é, do conhecimento dos itens lexicais combinados por meio de regras da língua. Estabelecemos também que o significado figurado emerge dessa codificação e de inferências pragmáticas ou, em outras palavras, da combinação entre significados literais, processos cognitivos gerais de inferência e aplicação de tais processos às informações contextuais. Em resumo, da perspectiva tradicional, enquanto processos lingüísticos seriam suficientes para a determinação da literalidade, operações ou processos adicionais, não especificados ou não específicos à língua (SADOCK, 1993) seriam também usados na produção da figuratividade. Além disso, evidenciamos que, contrariamente ao estatuto comum ou normal atribuído à linguagem literal, a linguagem figurada é comumente caracterizada como uma linguagem desviante ou anormal, o que faz com que o figurado preencha papel secundário na produção e compreensão da linguagem. A linguagem literal, por outro lado, é assumidamente a mola mestra desse processamento, no sentido de ser responsável pela escolha, seleção e direcionamento de todo e qualquer enunciado lingüístico. Assim, uma das conclusões a que podemos chegar é que o significado literal, entendido como o significado lingüístico ou como o significado convencional, continua, mesmo nas versões mais moderadas da oposição literal/figurado (DASCAL, 1987; POWEL, 2002), assumindo papel essencial e obrigatório no processamento da linguagem, em detrimento do papel não-essencial ou secundário do significado figurado.

A obrigatoriedade do significado literal no processamento da linguagem é originalmente sustentada pela *Visão Pragmática Padrão* (cf. SEARLE, 1979, e também GIBBS, 2002, p. 459; GIORA, 2002, p.489). Tal visão, que parte da distinção entre o significado semântico (dito) e o significado expresso (comunicado), supõe que a fala figurada é sempre mais difícil de ser acessada/processada do que a fala literal, requerendo primeiramente a análise do que é dito literalmente (conteúdo obtido por meio do acesso à

¹¹ “Uma das razões pela qual muitos teóricos acreditam que a linguagem figurada viola as normas comunicativas é o fato de eles confundirem os **processos** e os **produtos** da compreensão lingüística.”

informação semântica), para depois reconhecer que o significado literal (ou o que o falante diz) é contextualmente inapropriado. Somente depois dessa constatação é que se pode inferir que há um significado adicional, consistente e coerente com o contexto.

Tal visão resulta da hipótese de que os processos lexicais são *impenetráveis*, isto é, não interagem, em um primeiro momento, com a informação contextual (GIORA, 2002, p.489). Assim, o *Modelo Pragmático Padrão* atribui prioridade temporal ao processamento do significado literal. Seguindo tal raciocínio, a compreensão inicial de ambos os tipos de linguagem, literal e não-literal, deve ser idêntica: (a) primeiramente deve-se acessar o significado literal do enunciado; (b) em seguida, quando não suficiente, deve-se procurar interpretações contextualmente plausíveis, através de inferências pragmáticas. Assim, enquanto a etapa (a) é suficiente para satisfazer uma interpretação literal, a linguagem não-literal requer um processo adicional em que ocorre um ajuste à informação contextual, resultando na derivação do significado contextualmente compatível. Seguindo esse raciocínio, mesmo se uma expressão como “ótima idéia” for enunciada em um contexto literalmente desfavorável (em um contexto irônico, por exemplo), ela será, de acordo com este modelo, interpretada inicialmente de forma literal (fase a). Quando a interpretação revela-se contextualmente desajustada (isto é, literalmente desfavorável), desencadeia-se o processo adicional (fase b), assumidamente considerado mais complexo, por requerer inferências adicionais. É assim que a fase b se encarrega de dar conta da re-interpretação e do ajuste contextual. No exemplo, essa fase responde pela interpretação irônica de “ótima idéia”, levando à interpretação contrária: “péssima idéia”.

Esse modelo, entretanto, tem sido desafiado por cognitivistas, psicolinguistas e também por certos lingüistas, por acreditarem que o significado literal nem sempre é integralmente e de início recuperado (ex. GIBBS, 1984) e por atribuírem papel fundamental à informação contextual no processamento da linguagem. Essas hipóteses fazem parte da abordagem designada *Visão do Acesso Direto* que será discutida mais adiante.

Partindo de considerações como essas, discutimos, nesta subseção, questões relacionadas à veracidade empírica das considerações sustentadas pelas teorias semânticas e pelas teorias não-semânticas, conforme apresentadas, fundamentalmente na análise da metáfora desenvolvida no âmbito da psicolinguística. Discutimos os principais problemas que a oposição tradicional apresenta e impõe aos fatos lingüísticos, por meio de uma análise dirigida ao processamento ou ao cômputo da linguagem.

Para tanto, é importante que se estabeleça a distinção entre “análise lingüística” e “compreensão da linguagem”. De acordo com Steen (1997, p. 59), a análise concerne à

“descrição e à explicação da função e da estrutura da linguagem”, já a compreensão, diz respeito ao “processo cognitivo”. Como, neste trabalho, investigamos a linguagem figurada e, em particular, a metafórica das dimensões lingüística e lingüístico-cognitiva, estamos interessados, usando os termos de Steen, na “análise” e na “compreensão” dessas instâncias, respectivamente, enquanto um produto lingüístico e enquanto um processo cognitivo. Como nas subseções anteriores discutimos o figurado em oposição ao literal, como uma linguagem especial e, portanto, como um produto lingüístico desviante (do produto literal), analisamos, aqui, a figuratividade como um mecanismo ou como um estágio da produção da expressão lingüística e, portanto, em certo sentido, como um processo. Mencionamos que essa caracterização de processo é diferente da caracterização esboçada por Steen, que será, em particular, analisada no âmbito da metáfora (cf. seção 5).

Assim, admitindo ainda uma oposição entre o literal e o figurado, será que o fato de as diferentes linguagens desfrutarem de diferentes papéis (estamos pensando, em particular, nos critérios tradicionais) implicaria a existência e o processamento de diferentes operações lingüísticas e cognitivas? Em outras palavras, será que operações intelectuais distintas intermediariam a produção e a interpretação das linguagens literal e figurada, conforme parecem sugerir modelos de processamentos seqüenciais da linguagem, como o *Modelo Pragmático Padrão* e autores como Giora (2002) e Giora e Fein (1999)? Ou, antes de serem processadas diferentemente, as linguagens literal e figurada compartilhariam os mesmos processos lingüístico-cognitivos (TURNER, 1998; GIBBS, 2002)? As frases “Pare o carro, eu quero descer” e “Pare o mundo, eu quero descer” seriam idênticas lingüística e cognitivamente?

Se, por um lado, atribuindo à linguagem figurada o rótulo especial ou incomum, pensar em um único e mesmo processo lingüístico-cognitivo nos parece até certo ponto questionável; por outro lado, como explicar o total e, à primeira vista, idêntico entendimento de frases (rotuladas literais e figuradas) como “Ela é uma grande amiga” e “Ela é uma cobra” ou ainda “Ela é uma amiga da onça”? Será que a convencionalidade por si só seria responsável por tal igualdade?

E, admitindo tais rótulos, seria positivo afirmar que a linguagem não-padrão (figurada) exigiria, contrariamente à linguagem padrão (literal), uma entrada (*input*) do sistema cognitivo mais geral (isto é, independente de uma língua específica) para ser compreendida? Será que, por exemplo, fatores/aspectos pragmáticos, inferências (contextuais, extra-contextuais, situacionais, etc.), conhecimento enciclopédico, fatorariam a compreensão da linguagem não-padrão, enquanto a linguagem padrão processaria apenas as informações ou

dados provenientes de um contato mínimo com as estruturas cognitivas gerais durante o processo de produção/compreensão da linguagem? E ainda, admitindo que a linguagem figurada requeira um esforço cognitivo maior para ser processada, será que ela demoraria mais tempo para ser acessada?

Muitos estudos mostram que os ouvintes/leitores podem freqüentemente interpretar figurativamente metáforas, ironias/sarcasmos, expressões idiomáticas, atos de fala indiretos, sem ter que primeiro analisar e rejeitar seus significados literais quando tais expressões são vistas em contextos reais (ex. GIBBS, 1984, 2002). Estudos semelhantes evidenciam ainda que a interpretação da linguagem figurada criativa pode igualmente ocorrer sem a análise preliminar do significado literal (GIBBS, 1989; cf. também GIORA, 2002 para uma visão contrária). Tais estudos, que negam a suposição de que o significado figurado deve ser computado posteriormente ao processamento do significado semântico/literal, hipótese que constitui o cerne da *Visão Pragmática Padrão*, privilegiam a *Visão do Acesso Direto* (cf., por exemplo, GIBBS, 2002, GIORA, 2002, p.489-90). Segundo essa teoria, a informação contextual afeta a compreensão de modo significativo: os falantes não encontram, de fato, significados literais de um enunciado por si relevantes, mas antes significados contextualmente apropriados (GIBBS, 2002). Assim, o contexto é fundamental não apenas para a determinação do significado figurado, mas para a determinação de toda e qualquer instância significativa (incluindo a literal). Tal suposição baseia-se na hipótese de que a informação pragmática exerce papel crucial na determinação ‘do que é dito’ (comumente considerado literal), idéia que elimina a possibilidade de que a interpretação figurada seja determinada em função de processos adicionais de inferência. Segundo Gibbs (1989, p.245) *não há razão para conceber o significado literal como uma parte especial e obrigatória do entendimento dos enunciados lingüísticos.*

Assim, de acordo com a *Visão do Acesso Direto*, a expressão “ótima idéia”, já exemplificada anteriormente, só pode ser analisada à luz de um determinado contexto, diferentemente do *Modelo Pragmático Padrão*, onde a interpretação literal é inicialmente processada independentemente de contexto. Considerando, então, dois contextos distintos, um assumidamente literal e um nitidamente irônico, tem-se: de um lado, a determinação da expressão “ótima idéia” como literal, em particular, quando analisada no contexto literal, e de outro, um significado figurado, particularmente irônico, quando “ótima idéia” é analisada em um contexto irônico (ex.: “Depois de sua ótima idéia tudo piorou”). Assim, em contextos similarmente robustos, as linguagens literal e figurada envolvem, segundo o modelo, processos iniciais equivalentes - a informação contextual interage com os processos lexicais

logo no início, concepção que rejeita totalmente a visão de que a interpretação literal de um enunciado seja computada antes que a interpretação não literal seja tentada, conforme sustenta o *Modelo Pragmático Padrão*.

Ainda de acordo com a *Visão do Acesso Direto*, os falantes podem até demorar mais tempo para entender uma expressão nova, mas tal fato decorre da dificuldade de integrarem a interpretação figurada com o contexto, e não porque estão primeiro analisando e rejeitando o significado literal da expressão (GIBBS, 2002). Mencionamos que os modelos *Pragmático Padrão* e o do *Acesso Direto* têm servido de base e de fonte para a derivação e proposição de outros modelos.

Contrariamente às crenças consensuais sustentadas no terreno da psicolinguística Giora (2002) e Giora e Fein (1999) evidenciam, por meio de testes experimentais, que as interpretações de muitas instâncias figuradas não são igualmente processadas às instâncias literais da linguagem. Giora e Fein (1999, p. 1601-1602), definindo o significado em termos da saliência, mostram que a interpretação metafórica envolve, em muitos casos, o processamento do significado literal quando a linguagem é usada de forma inovadora, como é o caso (i) das novas metáforas (ex.: “Lara é o batom da liberdade”), (ii) dos novos usos de expressões convencionais (ex.: “E assim, entre um bom dia e um mau dia José se foi por definitivo”), (iii) dos usos literais de expressões idiomáticas altamente convencionais (ex. “João torceu o tornozelo após chutar o pau da barraca”). As autoras provam, a partir da oposição saliente/não-saliente, que o processamento da linguagem figurada **só não requer o processamento inicial do significado literal quando significados figurados salientes** (convencionais, familiares, codificados, freqüentes) **são pretendidos** (ex.: “Ele estava de saco cheio de tanta reclamação”).

Interessada no estabelecimento do quê os *estágios do processamento* significam para os significados lexicais, Giora (1997) propõe uma *visão mais geral da compreensão da linguagem - a Hipótese da Saliência Gradativa*. Segundo essa hipótese, que mostra que a saliência do significado determina o tipo de processamento envolvido, a autora sugere substituir a noção de ‘literal’ e também de ‘metáfora convencional’ pela noção de “saliente”, definida em função do acesso (automático) da linguagem.¹² De acordo com essa hipótese,

¹² Segundo Giora (2002, p.491), *a saliência é uma questão de grau*: a freqüência e a familiaridade com os significados em uso é que determinam a saliência. Os significados salientes são acessados automaticamente e independentemente do contexto em que aparecem, sendo, às vezes, suprimidos em detrimento de significados menos salientes ou não-salientes. Os significados salientes são, sobretudo, significados convencionais, e se distinguem dos significados literais (tradicionais) por constituírem uma interpretação mínima (a que primeiro vem a mente) não devendo necessariamente conter referências próprias, podendo ser literal ou não-literal no sentido clássico.

uma expressão lingüística é considerada saliente quando sua interpretação pode ser computada automática e diretamente (dos significados lexicais), sem que inferências extras, baseadas em considerações contextuais sejam derivadas. *Inicialmente, a informação contextual tem um papel limitado (...) [o contexto] não afeta o acesso lexical e é, assim, ineficaz para bloquear os significados altamente salientes* (GIORA, 2002, p. 491). Assim, diferentemente da *Visão do Acesso Direto*, a *Hipótese de Saliência Gradativa* supõe que a informação contextual não exerce papel seletivo no estágio do acesso inicial: *é a saliência e não a informação contextual ou a literalidade que determina o processo envolvido inicialmente* (GIORA, 2002, p.493). Apenas quando os significados salientes são contextualmente incompatíveis que processos adicionais ou um contexto robusto é requerido.

À medida que tal hipótese considera que os significados salientes são processados/ativados inicialmente, sem que a informação contextual seja analisada, e que, por consequência, os significados menos salientes devem ser evocados apenas posteriormente, uma das grandes contrapartidas da *Hipótese de Saliência Gradativa* diz respeito ao processamento de ironias convencionais. Por exemplo, a interpretação da expressão “ótima idéia”, mesmo quando usada em um contexto irônico (ex.: “Depois de sua ótima idéia tudo foi de mal a pior”), deve envolver a ativação do sentido saliente (“boa idéia”), no caso, inapropriada, ao lado de seu sentido apropriado/irônico (“péssima idéia”).

Mencionamos que a *Hipótese da Saliência Gradativa* contraria a crença difundida entre psicolingüistas contemporâneos e psicólogos cognitivistas de que a linguagem literal e não-literal envolvem processos equivalentes (cf. GIORA ; FEIN, 1999, p. 1602; e cf. GIBBS, 2002 para uma visão contrária) e que o processamento da linguagem não-literal não necessita do processamento inicial do significado literal (conforme sugere GIBBS, 1980, 1984).

Segundo Gibbs (2002, p.468-469), é mais claro supor que os diferentes tipos de significado sejam ativados em diferentes pontos durante o processamento da linguagem figurada e não supor a atuação de tipos completamente diferentes de processamento. O autor busca em testes/estudos neuropsicológicos argumentos para sustentar sua tese.

Entretanto, a questão do processamento das linguagens literal e figurada ainda constitui uma incógnita dentre os estudos lingüísticos, filosóficos, psicológicos, e neurológicos. Parece não haver dúvidas de que o que distingue a literalidade e a figuratividade da perspectiva tradicional ou padrão (conforme evidenciamos por meio dos modelos semânticos e não semânticos, subseção 1.1) é fundamentalmente o fato de a primeira dever

ser, usando os termos de Levin (1988 apud FREEMAN, p. 147, 1991), apenas *compreendida* (*grasp*) enquanto a segunda dever ser *interpretada* (*construed*).¹³

Mas, se é certo que o significado literal deve ser apenas compreendido, então, como conseqüência, poderíamos dizer que ele não exerce nenhum papel no processo de interpretação da linguagem? Será que o significado literal teria papel ativo apenas na produção da linguagem e passivo na interpretação? Existiria tal distinção, isto é, o processamento da linguagem preencheria diferentes direções: uma para a produção, uma para a compreensão e uma para a interpretação?

Gibbs (1984, 2002) interroga a validade das teorias tradicionais da literalidade e da figuratividade e discute por que a suposição de que o cômputo do significado literal (entendido como o significado lingüístico) enquanto um estágio necessário e obrigatório no processamento da linguagem não literal tem pouca validade psicológica. Pensando nos principais aspectos que delineiam a concepção tradicional de significado literal, Gibbs questiona: como a análise do significado literal poderia, de fato, contribuir com o entendimento das mensagens não literais dos falantes? Por que as análises literais relacionam sempre palavras com palavras (simples) dentro, por exemplo, de uma frase irônica, e as análises figuradas relacionam, em geral, palavras com o significado figurado de toda a frase? Por que comparar o significado literal de uma palavra com o significado figurado do enunciado? Por que dizer que o significado literal refere-se ao que é dito, enquanto o significado figurado refere-se ao que é comunicado?

Por exemplo, analisando as frases enunciadas pelos interlocutores A e B (GIBBS, 2002, p. 457):

A: *Você irá à grande festa esse final de semana?*

B: *Você não ouviu que o Bob estará lá?*

podemos dizer que o interlocutor B, por meio de um enunciado literal, diz exatamente o que enuncia, ou seja, o enunciado diz exatamente o que a frase significa literalmente, (a frase “Você não ouviu que o Bob estará lá”, com o sentido tão literal quanto ao da frase “O cachorro late”), ou podemos dizer que além desse sentido, a frase também exprime a resposta (afirmativa ou negativa) frente à pergunta “irá à festa”, por meio da menção do fato de Bob ir à festa. Nesse caso, a intenção comunicativa, compartilhada por ambos os interlocutores, pode ser tanto (i) B vai à festa, pois Bob estará lá, ou (ii) B não irá à festa, pois Bob estará lá.

¹³ Segundo Levin (1988 apud FREEMAN, 1991, p.147), as metáforas literárias, definidas como *expressões que revelam um grau de desvio lingüístico em sua composição*, constituem atos criativos de interpretação (*conceive of*), em oposição aos outros tipos de metáfora, que constituem atos não-criativos de compreensão (*conceive*).

A exemplificação ilustrada evidencia um dos problemas que se impõe à forte noção tradicional de significado literal: como podemos inferir o que o falante quer dizer a partir do que ele diz literalmente?

De acordo com Gibbs, a visão do significado literal como equivalente ao que é dito ou ao significado semântico é incorreta. Ele diz que as palavras e frases possuem um significado (semanticamente) prototípico, ou um *significado mínimo*, que não é necessariamente o significado literal, decorrente da associação de uma palavra ou sintagma a um esquema pré-lingüístico, cognitivo ou a uma imagem. E acrescenta: aspectos significativos do que os falantes dizem, e não apenas o que eles totalmente comunicam, dependem profundamente de um rico conhecimento pragmático. Daí a necessidade de se reformular as noções de literal e de figurado. Rumelhart (1993, p. 76), de modo análogo, diz que os processos envolvidos na compreensão da linguagem não-figurada são não menos dependentes do conhecimento enciclopédico que os processos envolvidos na linguagem figurada.

Assim, Gibbs (1984, 2002) acredita que, durante o entendimento da linguagem normal/corrente, possivelmente dois tipos de informações ou conhecimentos pragmáticos são ativados: (i) o *conhecimento pragmático primário* - conhecimento profundo que faz parte do entendimento pragmático sobre o mundo; é o conhecimento que fornece uma interpretação ao o que os falantes *dizem*, e (ii) o *conhecimento pragmático secundário* – informação contextual que fornece uma interpretação do que os falantes *exprimem* no discurso.

Mas então, por que e como explicar o julgamento literal ou figurado de uma frase?

Segundo Gibbs, o que frequentemente favorece a classificação do significado de uma frase como literal é apenas um significado específico para a ocasião, em que o contexto é tão compartilhado ou tão familiar que não parece ser propriamente um contexto. Seguindo Fish (1980 apud GIBBS, 1984, p, 296), as pessoas julgam que uma frase possui um significado literal porque ela é isomórfica à situação em que é interpretada. É o que ocorre, por exemplo, com frases do cotidiano, como “Ele é um leão”; segundo Gibbs (1984, p.278) se essa frase for usada para referir, em um determinado contexto, à coragem do homem, e se tal intenção for reconhecida por todos os participantes da interlocução, a frase será classificada como literal e não como figurada. É o que ocorre, por exemplo, com as metáforas mortas ou congeladas.

Segundo Rumelhart (1979) a classificação de um enunciado como literal ou metafórico é semelhante ao julgamento que fazemos frente a um enunciado formal ou informal. É um julgamento que é, de fato, feito, mas não indica que diferentes processos de compreensão sejam envolvidos.

Partindo dessas suposições conclui-se que a pragmática, contrariamente ao que se acredita tradicionalmente, não é apenas usada no entendimento do significado pretendido pelos falantes, mas exerce antes, um papel essencial na interpretação dos enunciados.

Se Gibbs estiver certo ao dizer que a informação pragmática permeia todos os aspectos da interpretação de um enunciado, então, podemos dizer que nenhuma linguagem é por si só compreendida (no sentido de LEVIN, 1993), todas devem, embora em diferentes graus (levando em consideração que frases como “A coruja está no telhado”; “O bolo ficou gostoso”; “Essa dor de cabeça está me matando”; “Estou com fome de amor”; “Vamos dar o fora”, “Vamos fugir para um conto de fadas” etc., exijam diferentes esforços cognitivos conforme sejam mais ou menos corriqueiras), ser interpretadas (em função dos contextos em que aparecem).

Como, então, assegurar que o entendimento do que os falantes dizem e expressam envolve um rico conhecimento pragmático? Como afirmar que as pessoas devem, de fato, comumente processar o que os falantes dizem pragmaticamente como parte do entendimento do que os falantes exprimem? E ainda, haveria evidências empíricas capazes de distinguir o que os falantes dizem e o que eles exprimem?

Analisemos um exemplo descrito por Stern (2001, pp. 187-189), sobre o caso de uma jovem mulher (Maria) que sofre de anorexia nervosa, porque sua mãe a proibiu de continuar vendo o namorado. Durante o tratamento, Maria diz para si mesma “Eu não vou engolir isso”. Nesse contexto, se dissermos que a frase, interpretada metaforicamente, corresponde a “Maria não obedecerá à interdição de sua mãe”, estaríamos expressando adequadamente tudo o que Maria diz no enunciado? A resposta é sim e não. Sim, se Maria referiu-se apenas à interdição de sua mãe, ou seja, apenas a sua desobediência; não, se o seu pronunciamento contribuir com uma explicação de seu comportamento comestível. “Eu não vou engolir isso” pode se referir também a ambas as possibilidades.

Considerando que ambas as interpretações da frase “Eu não vou engolir isso” advêm de modo concomitante, a partir (utilizando os termos de Gibbs) do conhecimento pragmático primário acerca do processo “engolir” (enquanto “deglutir”) e do conhecimento pragmático secundário de “engolir” (enquanto “aceitar”), respectivamente manifestados pelo comportamento comestível e pela posição ou atitude do falante frente à situação, diríamos que o que foi dito e expresso deve ser analisado/considerado literal ou figurado (no caso, metafórico)?¹⁴

¹⁴ Mencionamos que a pertinência da pergunta se deve ao fato de “engolir” (enquanto “aceitar”) constituir uma metáfora morta, questionamento que seria inadequado se se tratasse de uma metáfora não convencional.

Evidenciamos que sem uma idéia precisa do que constitui as instâncias literais e as instâncias figuradas da linguagem, entendidas não em termos da dicotomia literal/figurado, mas antes à luz de um *continuum* motivado pelo conceito de saliência ou de convenção, conforme sugere Giora (2002), ou talvez definido por funções (lingüística, psicolingüística, filosófica e sociológica), conforme propõe Ariel (2002, p. 391-397), será difícil discutir o papel da linguagem figurada no processamento (produção e interpretação) da linguagem, e também, conforme sugere Gibbs, será difícil analisar o papel do significado literal na interpretação da linguagem figurada. É essencialmente na tentativa de minimizar dificuldades como essas que, para investigar a metáfora, transitamos inevitavelmente pelas várias dimensões do conhecimento.

Seção 2 – O “pensamento retórico-filosófico” da metáfora

Although positivism is officially dead, its influence is still very much with us and is one of the chief obstacles to an adequate understanding of metaphor. With few important exceptions... twentieth century thinking about metaphor has been emasculated, narrowed, and inhibited by logical positivism view of language and is therefore either hostile or patronizing toward figurative expression (JOHNSON, 1981 apud WAY, 1991, p.5).¹⁵

Concebida historicamente como um *signo deslocado* (KITTAI, 1989, p.13), a metáfora, na Retórica Clássica, foi (corretamente) descrita em termos de *desvio*, erroneamente atribuído, entretanto, apenas ao ato de *denominação* (RICOUER, 1978, p. 143). Usando o vocabulário de Aristóteles, a visão da “denominação desviante” advém do seguinte raciocínio: ao invés de dar a alguma coisa o seu *nome* próprio ou comum, alguém a designa por meio de um nome emprestado ou “estranho”, através do deslocamento ou da *transferência* de nome (cf. nota 5). A análise racional dessa transferência metafórica entende que a aproximação entre duas coisas se dá (i) por meio da similaridade objetiva entre elas, ou (ii) por meio da similaridade subjetiva entre as atitudes ligadas à sua apreensão. Tais casos refletem, respectivamente, a transferência lingüística¹⁶ motivada por uma relação de categoria, que, em geral, explicita uma relação de comparação, e a transferência analógica, motivada por uma relação conceptual de analogia, que, em geral, explicita uma relação de substituição.

Antes de especificarmos as relações de categoria e de analogia, evidenciamos que a noção de metáfora enquanto desvio da linguagem literal resulta da noção pré-teórica de significado literal, entendido como o único meio adequado para (a) expressar significados com precisão, (b) tornar proposições verdadeiras, (c) aduzir ao raciocínio verdadeiro, conforme já discutido na subseção 1.1. Dessa perspectiva, a metáfora, como as demais figuras de linguagem, com as quais constitui uma caixa de ferramentas de recursos expressivos, é vista como um método retórico de expressão, que pode ser igualmente manifestado de modo literal.

¹⁵ Embora o Positivismo esteja oficialmente morto, sua influência é ainda vivenciada e constitui um dos principais obstáculos para um entendimento adequado da metáfora. Com poucas e importantes exceções... o pensamento do século vinte sobre a metáfora foi castrado, restrito e inibido pela lente do positivismo lógico da linguagem e é, por isso, hostil e paternalista frente à expressão figurada.

¹⁶ O deslocamento lexical promovido pela metáfora não influencia nem altera o objeto renomeado. A visão tradicional da metáfora não promove uma re-conceptualização do mundo como pressupõe a visão interacionista, por exemplo (cf. seção 3).

De acordo com Way (1991, p.4), essa visão de linguagem e de metáfora é um legado filosófico herdado dos filósofos da linguagem ideal e dos positivistas lógicos. *For the ideal language philosophers, language was also essentially literal; but for them, expressions had meaning only insofar as they were subject to **verification**.* (...) *According to the positivists, the purpose of language was to describe reality literally, and to do so in such a way that could, in principle, be tested and verified.*¹⁷

Ao relacionar a significação lingüística ao princípio de verificação empírica, atribuíam-se à linguagem os papéis de nomear objetos ou eventos do mundo e de expressar relações lógicas entre eles.¹⁸ Nesse contexto, a língua, identificada como uma meta-língua, no sentido de ser usada para explicar/refletir o mundo, era concebida como um tipo de cálculo lógico. Daí as metáforas serem, do ponto de vista descritivo, inexpressivas - elas não possuíam valor de verdade, pois não podiam ser verificadas empiricamente (cf. WAY, 1991, pp. 4-5).

Mas, se a metáfora é um desvio do *estilo pleno e estritamente apropriado* da lógica ou da verdade pré-estabelecida, conforme sustenta Whately (1846 apud BLACK, 1962, p. 34) como ela deveria ser, de fato, interpretada?

Segundo Miller (1993, p.364), para que uma metáfora seja entendida, o conhecimento de fundo (*grounds*) nela lançado deve ser recuperado. Esse conhecimento, de acordo com o pensamento retórico-filosófico, nada mais é que as relações ou as semelhanças existentes entre o conceito expresso no texto e a concepção de mundo do leitor. Detectado o conhecimento de fundo da analogia pretendida ou do símile (com a ajuda do contexto), o leitor pode recuperar o caminho traçado pelo autor e assim alcançar o significado original. Entender uma metáfora, portanto, é decifrar um código, *desvendar um enigma* (BLACK, 1962, p.32). Não importa o quão obscuro o conhecimento de fundo de uma metáfora seja, ele precisa, de alguma forma, ser recuperado.

Um dos caminhos da recuperação se dá por meio da formulação das metáforas como frases comparativas: uma vez encontrada e interpretada, a comparação não é diretamente adicionada ao conceito textual, mas é usada de base para imaginar uma conjuntura minimamente divergente em que a declaração metafórica seja verdadeira (MILLER, 1993, p.373). Mencionamos que a definição de metáfora que está por trás de tal noção a caracteriza como

¹⁷ Para os filósofos da linguagem ideal, a linguagem também era essencialmente literal; mas, para eles, as expressões tinham significado apenas à medida que fossem sujeitas à verificação. (...) De acordo com os positivistas, o propósito da linguagem era descrever a realidade literalmente de modo que pudesse, por princípio, ser testada e verificada.

¹⁸ Uma expressão era considerada/avaliada como verdadeira se possuísse um correspondente material no mundo físico.

um mecanismo (lingüístico) de transferência de características (propriedades, atributos ou similaridades) de um objeto A para um objeto B. Exemplificamos como ocorre tal processo por meio das relações de categoria e de analogia, respectivamente.

Quando a metáfora é usada para aproximar dois objetos (eventos ou situações) similares (A e B) e quando o objeto a ser metaforizado (por exemplo, o objeto A) já possui um *nome* próprio (A'), a transferência (metafórica) entre tais objetos ocorre através da extensão/derivação do significado (de B') pela relação de similaridade objetiva ou observada (ao A'). Esse é o raciocínio usado, por exemplo, na produção/interpretação de frases como "Maria é um guarda-chuva". A partir da comparação entre o objeto A (Maria') e o objeto B (guarda-chuva'), bem como de suas características, verifica-se uma similaridade existente entre A e B: características de B como 'fino', 'delgado' são transferidas para A, resultando na declaração comparativa "Maria é fina como um guarda-chuva". As similaridades encontradas entre ('Maria') e ('guarda-chuva') tornam-se os conhecimentos de fundo da metáfora. É nesse sentido que A é entendido como B. Não se descarta também a transferência de outras propriedades de B, como 'proteger', 'amparar', 'abrigar', responsável pela interpretação "Maria protege todos como um guarda-chuva".

Evidenciamos que a similaridade é, na teoria tradicional, muitas vezes governada pelo princípio da simetria: A e B são similares, se A é similar a B, e se B é similar a A. A relação de similaridade simétrica provém do raciocínio hipotético de que, dentre os similares, o que é verdadeiro para um é também verdadeiro para o resto, decorrente da visão tradicional das categorias clássicas, que sustenta que os membros constituintes de uma determinada categoria compartilham, de forma homogênea e uniforme, as mesmas propriedades. Como um container, cada categoria é entendida, desse ponto de vista, como uma entidade discreta que possui fronteiras plenamente delimitadas e que não tem estrutura interna discernível (HILFERTY, 2001, p.17). Na concepção clássica de categoria, deste modo, não se admitem os efeitos prototípicos, nem as relações de gradação ou de hierarquia, o que significa dizer que na categoria 'móvel', por exemplo, 'mesa' e 'cristaleira' preenchem o mesmo grau de representatividade. Essa visão rígida e estática das categorias sustenta a coincidência ou a igualdade entre a linguagem e a realidade - as distinções lingüísticas capturam/refletem as distinções ontológicas.

Mencionamos que essa concepção clássica de categoria é totalmente abandonada nas teorias lingüísticas contemporâneas em prol de modelos que privilegiam os efeitos prototípicos, conforme especificamos na subseção 5.1. Em linhas gerais, nesse paradigma as categorias são centradas em torno de um protótipo e as decisões de categorização são

governadas por graus de distância entre o protótipo e os membros restantes da categoria (MACEDO, 1998, p. 467). Nessa perspectiva, a visão metafísica de mundo é substituída por uma visão de mundo observado/experenciado: o ser humano, enquanto corpo e enquanto aparato cognitivo, interage com o ambiente físico e cultural, sendo, pois, decisivo para o discernimento dos atributos e das categorias (LAKOFF, 1987).

A implicação da redefinição do conceito de categoria é diretamente refletida na “direcionalidade” das metáforas. Segundo Miller (1993, p.369) a operação $y = ax + b$ não pode ser idêntica à operação $x = (y-b)/a$, do ponto de vista da lingüística ou da psicologia, essencialmente porque o modo como ambas as operações é usado é diferente. Para o autor, o contexto é o grande responsável pela imposição de uma direcionalidade (específica) entre os termos, o que impede a permutação dentre os mesmos e impossibilita uma visão simétrica da metáfora. Para caracterizar essa direcionalidade, Miller (1993, p. 371) identifica o conceito sobre o qual se fala como *referente* (*referent*) e o conceito ao qual o referente é relacionado como *relatum*. Em uma frase de forma “A é similar a B” como, por exemplo, “Esses metrôs são cobras” (INDURKHYA, 1992, p. 17), a permuta do *referente* A (“esses metrôs”) com o *relatum* B (“cobras”) implica não apenas a mudança drástica da interpretação e do significado de ambas as frases – enquanto “Esses metrôs são cobras” propõe uma descrição sobre metrôs, “Cobras são metrôs” concerne à descrição de cobras – mas também, em uma primeira análise, “Cobras são metrôs” pode não ter qualquer coerência significativa, constituindo até mesmo uma anomalia. Assim, ambos os termos não devem ser permutados para que a coerência do enunciado seja mantida.

Já a transferência analógica do significado, considerada por Aristóteles uma das principais fontes metafóricas, é capaz de fazer com que um ato não nomeado¹⁹ seja constituído como tal por meio da percepção metafórica do mesmo. Por exemplo, na frase “Cada poema tem uma pulsação própria”, verifica-se a seguinte relação: o ato não nomeado (B) está para o seu objeto ‘poema’ (A) assim como (e sob a mesma relação que) ‘pulsar’ (D) está para o ‘homem’ (C). Seguindo esse pensamento a frase resulta da similaridade subjetiva traçada entre o ‘pulsar’ (que se refere ao coração ou à vida humana, e por derivação de sentido, à essência, à existência, à individualidade, à atividade, à duração, etc.) e o texto, ou da operação D + A. Nesse sentido, Aristóteles observa que a metáfora desvenda, marca ou propõe uma similaridade previamente desconhecida.

¹⁹ Um ato é não-nomeado porque ele não é concebido como um ato até que a percepção seja formulada pela metáfora (KITTAI, 1989).

Assim, a ótica clássica supõe que a transferência metafórica por analogia ou por substituição, repõe lacunas lexicais, isto é, preenche a ausência de nomes ou lacunas do vocabulário e, assim, corrige imperfeições temporárias da linguagem literal, fenômeno tradicionalmente designado *catacrese*. Esse fenômeno, que ocorre quando novos sentidos são lançados em velhas palavras, devido à ausência de uma palavra literal correspondente – como as expressões, “pé da mesa”, “asa da xícara” –, segue o princípio da economia que governa o esforço de dar nomes apropriados a coisas novas, idéias novas ou experiências novas. Ao exercer tal função, a metáfora assume o papel da linguagem literal - a verdadeira responsável pela nomeação das coisas.

Entretanto, a aliança que muitos dos desenvolvimentos da tradição aristotélica ou muitos estudos mantiveram com a teoria clássica da metáfora, apagou ou simplesmente omitiu as *âncoras conceptuais* (TURNER, 1998, p. 47) que os retóricos clássicos freqüentemente observavam nos padrões lingüísticos e que Aristóteles via nas metáforas. Surge, assim, uma “nova tradição”, que descreve a metáfora do foco “desviante” da nomeação, como uma relação de substituição, comparação implícita ou símile condensada²⁰. Usamos a expressão “nova tradição” apenas para sinalizar o apagamento do ângulo cognitivo, apontado pelos filósofos clássicos, nas análises metafóricas. A explicação de tal divergência se deve, provavelmente, às diferentes leituras e interpretações feitas das análises aristotélicas, que enfocam ora a força cognitiva das metáforas tradicionais (TURNER, 1998; RICOUER, 1978; KITTAY, 1989), ora a força lingüística das mesmas, como se a metáfora tradicional não exercesse qualquer função cognitiva (LAKOFF ; JOHNSON, 1980; FREEMAN, 1991; LAKOFF, 1993).

Segundo Turner (TURNER, 1998, p. 47): “(...) embora a *Poética* contenha uma frase potencialmente enganosa que descreve a metáfora como uma transferência de uma *expressão* de uma coisa para outra, o contexto deixa claro que Aristóteles considera a transferência lingüística motivada por uma relação conceptual”. Assim, pretendemos que a expressão “nova tradição” sinalize apenas os desdobramentos da visão clássica da metáfora, em face da omissão da raiz (conceptual) que origina, em particular, a produção (analógica) da metáfora; daí termos evidenciado, logo no início desta seção, a atribuição errônea ao ato de denominação – entendido apenas do ponto de vista lingüístico e não também do ponto de

²⁰ As símiles são comparações não-literais (exemplo: “Enciclopédias são como minas de ouro”), diferente das comparações literais que são caracterizadas como similaridades costumeiras (“Enciclopédias são como dicionários”) (ORTONY, 1993, p.354). As metáforas, nessa perspectiva, são usadas para “pintar” um conceito com os atributos associados normalmente a outro conceito, da seguinte forma: se “x é uma metáfora de y”, então y é pintado com os atributos de x; todas as metáforas, segundo esse raciocínio, são analisadas e reduzidas à equação “x é igual a y” (WIKIPEDIA, 2004).

vista cognitivo. É importante ressaltar que a visão tradicional indistintamente concebe a metáfora como um *meio de expressão de semelhanças ou analogias* (MILLER, 1993, p. 368), e, portanto, basicamente como uma comparação (KITTAI, 1989, p. 4).

2.1 Uma versão do pensamento retórico-filosófico

Tendo em vista as considerações esboçadas na seção anterior, evidenciamos, nesta subseção, como a metáfora é analisada na “nova tradição”, que também pode ser entendida como uma versão do pensamento retórico-filosófico.

A metáfora, assim como os demais *tropos* ou *figuras*, passa a ser foco da Estilística, sendo concebida da perspectiva literária como um fenômeno fundamentalmente lingüístico, explicado por princípios baseados na língua - o trabalho conceptual é praticamente ignorado. Isso significa que a metáfora, nessa tradição, é vista essencialmente como um problema semântico, isto é, como a extensão criativa do sentido (QUINE, 1978, p. 160), ou como um problema de alongamento de significado de tal forma que um termo estabelecido literalmente adquire uma interpretação não literal (KATZ, 1998, p.25), por isso que a metáfora, nesse universo, é comumente descrita como o uso figurado, nomeadamente metafórico, da linguagem (literal). Deve-se ressaltar ainda, que o “efeito” do sentido (metafórico) é analisado, e, portanto atribuído, no nível da palavra e não no nível do enunciado.²¹

A partir de então, a metáfora, caracterizada como dispensável em favor de uma expressão clara ou de uma afirmação explícita de similaridade, passa a referir, assim como as demais figuras, tão somente às *formas* lingüísticas.

A definição primeira de figura, como um significado expresso em uma forma ou como um par ‘forma-significado’ (*forma sententiae*), já havia sido evidenciada por Quintiliano no início do século XX. A grande finalidade desse pareamento resulta da crença de que os significados possuem uma *image schema*²² isto é, uma imagem básica que temos (das coisas), que delinea a nossa experiência cotidiana e que pode ser espelhada em uma forma (TURNER, 1998, p.49). Entretanto, tal definição que, de certo modo, tornava a gramática um ramo da figura, foi conduzida ao *ornamentum*, ao refinado, ao elegante, ao incomum e ao *artful*, sobrevivendo, por fim, a tão focada (por Aristóteles) função emocional ou ornamental das figuras (TURNER, 1998, p.4). *[Desde então] nunca houve uma definição satisfatória da*

²¹ Enquanto é verdade que o efeito de sentido é focalizado na palavra, a produção de sentido nasce a partir de todo o enunciado (RICOUER, 1978, p.144)

²² Uma das funções do *schema*, segundo Kant, é prover imagens para um conceito (RICOUER, 1978, p.151).

linguagem figurada que se separasse rigorosamente desse domínio (FAHNESTOCK, apud. TURNER, 1998, p. 49).

Assim, alguns retóricos falharam em captar a essência de tal pareamento; assim seus seguidores, desdobramentos e “re-visitações”, falharam uniformemente nesse mesmo ponto.

Evidenciamos que os retóricos clássicos estavam interessados essencialmente na relação da metáfora com a linguagem e no papel exercido pela metáfora na comunicação. Tal interesse, decorrente de uma visão objetiva de mundo, imprime à linguagem uma função meramente referencial – a função de espelhar e de refletir o mundo (uma realidade previamente organizada e concebida). Assim, não cabia à linguagem a criação nem a modificação da percepção e do pensamento. Nesse contexto, o papel fundamental da metáfora é exprimir (e nunca propor) as semelhanças existentes entre os objetos do mundo.

Segundo Aristóteles, a ambigüidade e a obscuridade das metáforas, freqüentemente mascaram as definições, o que torna necessário diferenciar as “autênticas definições” (isto é, as definições verdadeiras, nomeadamente literais) e as metáforas (ORTONY, 1993, p. 3). Daí a metáfora ser tradicionalmente estudada da perspectiva literal e literária, respectivamente referindo ao seu caráter figurativo e à sua característica ornamental. É essencialmente no caráter retórico, realçado por Aristóteles, e no enfoque estilístico, difundido pelos visitantes da tradição, que lingüistas, filósofos e psicólogos centraram suas bases e críticas.

Freeman (1991, p. 145) descreve alguns princípios que sustentam a teoria tradicional da metáfora: (i) existe uma linguagem “literal”, isto é, comum, que contrasta com a linguagem figurada da metáfora; (ii) essa linguagem comum/usual é não marcada, enquanto a metáfora é uma linguagem considerada desviante, destacada ou anormal; (iii) há uma diferença entre a *metáfora literária* (por exemplo, o verso de Olavo Bilac: “Última flor do Lácio, inculta e bela”) e a *metáfora cotidiana* (por exemplo: “Ele me *deu* uma boa dor de cabeça”; “Minha argumentação foi *destruída*”), e uma diferença entre a linguagem literária e a linguagem usual. A esses princípios poderiam, ainda, ser acrescentadas as proposições: apenas a linguagem literal pode ser julgada verdadeira ou falsa, e todas as definições dadas no léxico de uma língua são literais (LAKOFF, 1993, pp.204).

Esses princípios que perpassam a maioria dos trabalhos sobre a metáfora projetam dois mundos lingüísticos, ao mesmo tempo divergentes, e, de certo modo, congruentes: um mundo literal e um mundo figurado. Divergentes, porque, enquanto o mundo literal é concebido como o “verdadeiro” mundo lingüístico – na medida em que é o único responsável pela nomeação dos objetos, situações e fenômenos da realidade (do mundo físico), sendo, logo, caracterizado como o lócus da linguagem comum -, o mundo figurado é considerado

“marcado” ou incomum, na medida em que é caracterizado como desviante do literal. É, entretanto, nesse mesmo desvio que sugerimos que ambos literal e figurado, ou mais apropriadamente, literal e metafórico, sejam também congruentes, no sentido de que a metaforicidade, entendida como um sentido que se sobrepõe ou que se “encontra” (que se choca) com o sentido comum, pode colidir com o mundo literal, daí a congruência, não enquanto harmonia, mas enquanto “encontro”, entre os dois “mundos lingüísticos”.

O fato de a metáfora ser considerada marcada ou desviante, em detrimento da linguagem não-desviante, torna explícita a superioridade (pelo menos de ordem semântica e pragmática) da linguagem literal sobre a linguagem figurada, do ponto de vista retórico-filosófico. Essa proeminência da linguagem literal, em contraste à característica incomum, não fundamental ou opcional da linguagem figurada, expõe a metáfora a uma situação de “passividade”, por se desmembrar ou romper com a função (ativa), exercida pela linguagem literal, de atuar na semântica e na pragmática, ou na significação e no uso da língua. Nesse sentido, a metáfora, definida como o *ornato* ou como a roupagem do corpo nu do discurso (STERN, 2001, p.189-190) é responsável pelo redirecionamento da linguagem para si mesma, ou, nas palavras de Roland Barthes, a metáfora serve para “celebrar mais a si própria” do que para celebrar o mundo (RICOUER, 1978, p. 151).

Tentemos, então, entender a metáfora como uma “maneira luxuosa” de dizer algo que pode ser igualmente dito de forma literal, raciocínio que leva à suposição de que a escolha da metáfora, em detrimento da linguagem literal, é simplesmente uma questão de preferência idiossincrática. Mesmo aceitando tal pensamento, que esvazia o sentido do questionamento positivo ou negativo acerca do parafrasear e do traduzir, perguntamos: será que as metáforas, entendidas como recursos retóricos, poderiam, ainda assim, ser traduzidas e parafraseadas, com a mesma “veracidade” ou exatidão que possui a operação matemática $x + x = 2x$, e conseqüentemente, $x = 2x - x$?

Segundo Black (1979, p.29), as paráfrases literais falham em ser uma tradução porque falham em sugerir o *insight* que as metáforas insinuam. E acrescenta: a paráfrase literal *inevitavelmente diz muito – e com a ênfase errada... A perda em tais casos é uma perda no conteúdo cognitivo*. Assim, para Black, nenhuma expressão literal pode servir como uma paráfrase total do conteúdo cognitivo de uma metáfora, logo, tampouco substituí-la.

Contrariamente, Townsend (apud CACCIARI, 1998, p. 143) defende a possibilidade de parafrasear com sucesso (com exceção da poesia) a linguagem metafórica, argumentando que uma função importante da paráfrase é *selecionar*, a partir de múltiplas possibilidades de interpretação: *A paráfrase é um empreendimento interpretativo*.

De acordo com Wittgenstein (1953 apud HARRIES, 1978, p. 167) *nós compreendemos uma sentença quando ela pode ser substituída por outra que significa a mesma coisa, mas também porque não pode ser substituída por nenhuma outra.*

Assim, às vezes, a habilidade de parafrasear constitui um bom teste para a compreensão metafórica, enquanto outras vezes, a compreensão metafórica evidencia que a paráfrase não pode ser feita. No primeiro caso, a expressão metafórica constitui uma entre várias possibilidades de se dizer algo, evidentemente com intensidades diferentes (por exemplo: “Os boatos corriam soltos”; “Aquele olhar destruiu toda a minha felicidade”; “Só faltou ele arrancar as minhas tripas”); no segundo caso, somos impedidos de separar *o que* foi falado de *como* foi falado (por exemplo: “Há uma gota de sangue em cada poema”; “Deus é amor”) – o discurso chama a atenção para ele mesmo e não para algum sentido ou alguma realidade que esteja além dele (cf. HARRIES, 1978, p. 167). As metáforas poéticas são, em geral, as que mais resistem à paráfrase e também à tradução.²³ Segundo Harries (1978, p.167), enquanto a possibilidade de tradução mostra que os recursos semânticos sobre os quais a metáfora se apóia não estão amarrados a uma determinada língua, a impossibilidade de achar uma paráfrase adequada pode indicar que não há nada para parafrasear (cf. também DAVIDSON, 1978, p.30).

De acordo com Way (1991, p.36), as metáforas não podem ser semanticamente equivalentes às frases literais de comparação, essencialmente porque as condições de verdade de ambas são diferentes e porque as metáforas não pressupõem a simetria. Fato que dificulta a explicação da possibilidade de uma intersecção (de características) vazia ou da assimetria com a declaração de similaridade, conforme sugerem as frases “Açougueiros são cirurgiões” e “Cirurgiões são açougueiros”. A diferença semântica nas metáforas invertidas não pode ser explicada pela intersecção de traços de similaridade entre as duas entidades.

Tendo em vista tais considerações, Harries (1978) defende que as metáforas deveriam ser classificadas de acordo com uma escala, cujas extremidades poderiam ser preenchidas pelas expressões metafóricas que podem ser, sem perda de eficácia, substituídas por outras, e pelas expressões que não permitem substituições. Mas, será que uma metáfora poderia ser perfeitamente ou eficazmente substituída? Tentemos interpretar ou parafrasear uma frase usual como “Ela é uma cobra”. Será que as frases “Ela é sutil, ligeira, sagaz, perspicaz como uma cobra”, “Ela vive envenenando os outros”, “Ela está sempre preparada para dar o bote”,

²³ Segundo Black (1962, p.28) admitir uma frase uma instância de metáfora é dizer algo sobre o seu *significado* e não sobre a sua ortografia, o seu padrão fonético ou a sua forma gramatical. Em outras palavras, a metáfora deve ser classificada como um termo pertencente à semântica e não à sintaxe.

“Ela é imprevisível e sorrateira como uma cobra”, etc., resgatam o sentido e a eficácia da metáfora? Particularmente temos as nossas dúvidas a respeito do primeiro extremo sugerido por Harries; talvez, melhor seria preenchê-lo com metáforas *semanticamente* substituíveis, o que não significa o não comprometimento de sua eficiência, mas apenas a substituição de sua proposição ou de seu sentido.²⁴

Assim, a principal crença que delinea o pensamento retórico-filosófico diz respeito ao julgamento de que a razão é uma *adjunção periférica* do literal (LAKOFF, 1987), o que significa dizer que as proposições ou os valores de verdade das palavras e frases são literalmente concebidos e analisados, conforme explicitamos. É fundamentalmente em decorrência a essa crença que nasce a força desviante da metáfora ou que a metáfora é definida como desviante do uso literal, e que, em geral, os autores descrevem os princípios da visão retórica da metáfora, conforme faz Freeman (1991) e Lakoff (1993). Mencionamos que alguns autores consideram a listagem de princípios uma redução da visão tradicional da metáfora; Booth, por exemplo, diz que a visão retórica não pode ser resumida a uma “lista de artifícios” (BOOTH, 1978, p. 54-56), mas curiosamente, também esboça uma lista extraída de textos retóricos da metáfora. Segundo o autor, as boas metáforas: (a) são *ativas* ou “energéticas”, no sentido de emprestarem a energia das coisas animadas a tudo que é menos energético ou mais abstrato; (b) são *concisas*, em particular as (boas) metáforas armas (*weapon metaphors*). Essas são, segundo Booth, uma das razões pela qual usamos a metáfora e não a linguagem comum – as metáforas dizem mais com menos palavras; (c) são *apropriadas* (na sua grandiosidade ou trivialidade) para o fim a que destinam; (d) são apropriadas à intenção e *adequadas* apropriadamente à *audiência* ou ao(s) ouvinte(s). Booth (1978, p.62) reafirma a menção aristotélica de que as metáforas são como enigmas e adivinhações e sugere que o estudo da metáfora é a solução de um quebra-cabeça. Confrontaremos a visão enigmática e misteriosa da metáfora na seção seguinte.

²⁴ Mencionamos que a paráfrase constitui um problema não apenas no âmbito das metáforas, mas também para o chamado literal. Qual seria, por exemplo, a paráfrase de “João é honesto”?

2.2 A representação lingüística da metáfora

Descrevemos, no início desta seção, como ocorre o processo de transferência responsável pela produção de uma metáfora da perspectiva clássica. Evidenciamos também que tal processo ocorre por meio de relações de categoria e de analogia. Especificamos, nesta subseção, como uma metáfora é lingüisticamente representada.

Para entender a forma de uma metáfora, analisemos como a frase “Leila é uma pedra de gelo” (MURPHY, 1996 p.175) é construída. Aos óculos tradicionais, a frase deve ser produzida por meio da transferência metafórica do nome que nomeia a entidade pedra de gelo para a entidade Leila. Essa transferência resulta da relação de similaridade entre as entidades (incluindo aqui as características das mesmas) Leila e pedra de gelo. Como consequência, há um desvio ou um deslocamento da função central da entidade pedra de gelo, função que é transferida ao nome/entidade Leila, que por sua vez, tem também sua função desviada e/ou redirecionada.

Especificamos o resultado desse processo de transferência por meio de duas comparações não literais. Evidenciamos que tal ato se deve à atribuição, cultivada tradicionalmente, da qualidade “dispensável” à metáfora em favor de uma afirmação explícita de similaridade. A frase metafórica “Leila é uma pedra de gelo” poderia ser assim reescrita: “Leila é uma pedra de gelo, pois é fria, gelada e seca como uma pedra de gelo”, ou “Leila é fria e gelada como uma pedra de gelo (é)”.

Há que se lembrar, entretanto, que a teoria tradicional da metáfora busca no mundo as similaridades a serem transferidas, o que só torna possível a interpretação de Leila como fria se tocarmos em Leila (e tivermos a sensação tátil de frio), ou seja, apenas de modo literal. Mas, quando construímos a frase “Leila é uma pedra de gelo”, ou quando chamamos alguém de Sr. ou Sra. Freezer, não pretendemos dizer que a pessoa de quem falamos tem temperatura baixa/fria, mas sim que tem temperamento frio ou que é insensível. Logo, o processo metafórico não é explicado de forma desejável por essa teoria.

As metáforas, de modo geral, servem para atribuir um complexo feixe de propriedades que freqüentemente não podem ser sinteticamente especificadas (literalmente). Mas, como devem ser caracterizadas essas unidades de informação que são transferidas, na terminologia de I.A. Richards, do *veículo* (material metafórico usado para predicar o tópico) para o *tópico* (entidade sobre a qual se fala) e que formam o conhecimento para a interpretação metafórica?

Os relatos tradicionais da compreensão metafórica baseiam-se na suposição de que, nas metáforas de forma “Um X é um Y”, os nomes X e Y são representados tanto como conjuntos de traços quanto por suas posições em um espaço semântico geométrico. (CACCIARI, 1998, p. 143). Na Figura 2, exemplificamos, com o diagrama de Venn, os conjuntos de características (comuns e distintas) de uma metáfora do tipo “A é B”, por meio das frases “A geada é um manto de prata” e “A geada é um pesadelo”.

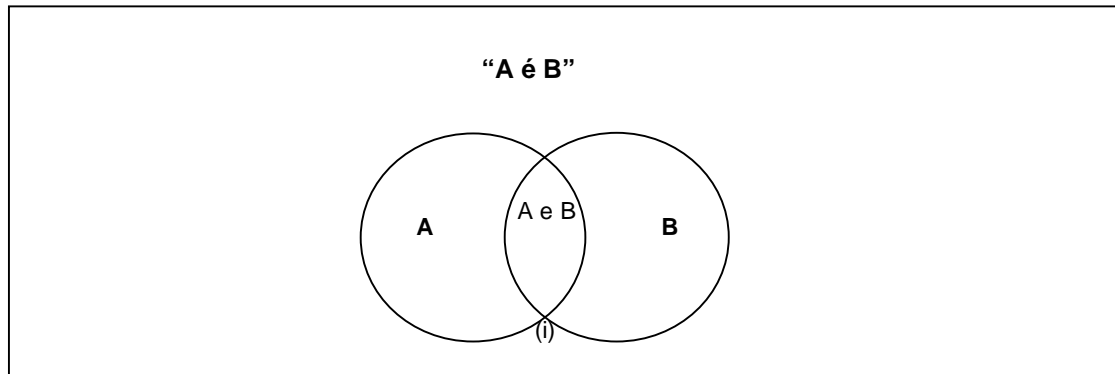


Figura 2(i): Ilustração dos traços comuns e dos traços distintos de uma metáfora do tipo “A é B”.

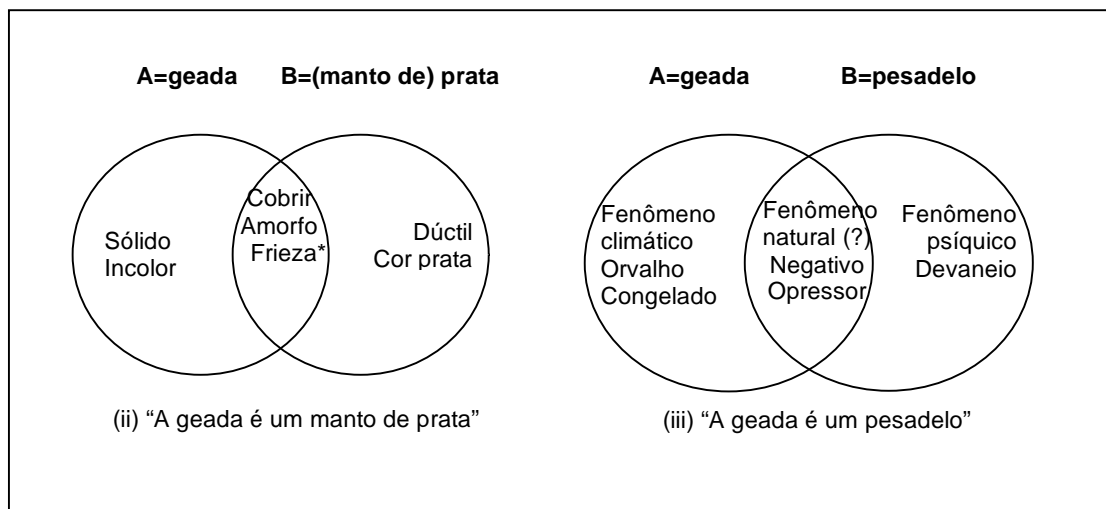


Figura 2(ii) e (iii): Ilustração, no diagrama de Venn, da partição e da fusão dos conjuntos de traços, respectivamente, dos exemplos metafóricos “A geada é um manto de prata” e “A geada é um pesadelo”.

Analisando a frase “A geada é um pesadelo”, verifica-se a hipótese tradicionalmente cultivada de que as metáforas primeiramente são transformadas em sentenças comparativas (“A geada é como um pesadelo”) e assim, os traços do veículo são comparados com os traços do tópico. Nessa frase, os traços “Negativo” e “Opressor” e talvez o traço “Fenômeno natural” (intencionalmente sinalizado com o sinal de interrogação, dada a incerteza da

relevância desse traço na transferência) do veículo “pesadelo” são comparados ao tópico “geada”. Consideramos os traços mais representativos que delineiam a comparação, o que não significa que não haja outros.

A comparação estabelecida em “A geada é um pesadelo”, entretanto, não é igualmente verificada na frase “A geada é um manto de prata”. À parte a avaliação positiva ou negativa da comparação “A geada é como um manto de prata”, que acreditamos ser questionável, perguntamos: como explicar aos olhos tradicionais a similaridade entre o fenômeno físico geada e a imagem que temos (ou que formamos) do objeto manto de prata, que se difere da imagem (literal) da vestimenta? Como definir “manto de prata” na metáfora em questão? Como a metáfora é capaz de apagar, de ofuscar e de até mesmo negar traços prototípicos (como o traço “Valioso”, associado à prata) e propor/levantar novos ou “não-traços”? O quê comparar e o quê transferir nessa relação?

No diagrama da Figura 2(ii), levantamos os traços “Cobrir”, “Amorfo” e “Frieza” (marcada com um asterisco por estar sendo usada literal e figurativamente e não apenas literalmente como os traços “Amorfo” e “Cobrir”). Mas, como selecionamos esses traços, em face da imagem que temos de manto de prata (se é que a temos) ou da analogia à imagem que temos de geada? É porque a geada cobre o solo ou a vegetação com uma espessa camada de gelo e, como consequência, sugere um cenário de frialdade (em ambos os sentidos literal e figurado) que construímos a metáfora? Ou é porque a imagem que temos de manto e a idéia que formamos de manto de prata na analogia com um cenário afetado por uma geada, que também sugere frieza, à medida que evoca a falta de colorido e a falta de vivacidade, que formamos a metáfora?

Essas indagações tornam-se ainda mais dúbias à medida que frieza é uma característica inerente à geada, mas não a manto de prata, que só a adquire (figurativamente) por meio da transferência metafórica. Mas, se é certo que a metáfora, da visão retórico-filosófica, resulta da verificação de características observadas entre dois objetos, como ela pode ser feita? E ainda, o que exerceria a projeção metafórica, ou, em outras palavras, o que preencheria o papel de veículo?

A facilidade de se detectar o veículo, evidenciada na frase anterior, já não se revela nessa. “A geada é um manto de prata” parece, até mesmo, projetar uma metáfora dentro de uma outra metáfora, na medida em que a expressão “manto de prata” só parece ter sentido metaforicamente e dentro da analogia, igualmente metafórica, à geada. Tal fato não se verifica na frase “A geada é um pesadelo”, em que “pesadelo” é um veículo metafórico não específico, isto é, é um veículo de muitos outros tópicos (exemplos: “O medo do seqüestro

foi, durante muitos meses, um pesadelo”; “A segunda Guerra Mundial foi o segundo maior pesadelo do século”; “A infância nas favelas é um pesadelo”, “Aquele jantar foi um verdadeiro pesadelo”, etc.). Tal dificuldade nos leva ainda a uma outra questão: como especificar e diferenciar as frases que devem ser analisadas sob a fórmula comparativa “A é B” indicando “A é *como* B”, e as frases que devem ser apenas analisadas sob a forma não-comparativa, mas categorial, “Um X é *um* Y”? Note-se que a diferença entre a comparação, explicitada pela forma “*como*” (por exemplo, “A lealdade é como um tesouro”) e a categorização, explicitada pela forma “*é um*” (por exemplo: “A mente é um computador”), consiste no fato de a comparação chamar a atenção do leitor para as similaridades potenciais entre o tópico e o veículo, similaridades que são indiretamente marcadas pelo operador lingüístico “como”; a categorização, por sua vez, sugere que as duas entidades (no exemplo, mente e computador) têm em comum algo além de semelhanças, de modo que pertençam a uma mesma categoria e compartilhem traços relevantes (cf. CACCIARI, 1993).

Com essa distinção em mente, será que a frase “A geada é uma cortina de fumaça” deve ser igualmente interpretada como a frase “A geada é um manto de prata”? Para fechar esse exemplo, semelhante a tantos outros, evidenciamos que a expressão “cortina de fumaça”, difere-se da expressão “manto de prata”, fundamentalmente por possuir um grau de idiomaticidade ou convencionalidade. O exemplo, cujo julgamento foi feito a partir da verificação de exemplos²⁵, parece constituir um outro tipo de relação metafórica, uma vez que a metáfora está sendo feita com uma expressão que tende ao idiomático: se pensarmos em uma escala idiomática, “cortina de fumaça” se localizaria abaixo da expressão “mina de ouro”, por exemplo.

Assim, por meio da exemplificação acima, verifica-se uma inconsistência estrutural na análise retórico-estilística da metáfora, na medida em que essa abordagem descreve a metáfora do ponto de vista da comparação, atribuindo a ela, como conseqüência, papel periférico e “teoricamente desinteressante” (CACCIARI, 1993, p. 119). Tal inconsistência decorre essencialmente da generalidade da visão tradicional que concebe as metáforas como comparações e a comparação metafórica como derivada de um compartilhamento de traços. Segundo Ortony (1993, p. 344), o fato de as metáforas serem usadas para fazer comparações,

²⁵ Seleccionamos, a partir do motor de busca Google (site: www.google.com.br; acesso em 21 de maio de 2005), várias instâncias metafóricas que usam a expressão “cortina de fumaça” para designar a ação de encobrir/acobertar com o sentido de esconder, mascarar ou desviar a atenção. Exemplos: “Será que isso não é **uma cortina de fumaça**, que se lança para desviar o verdadeiro foco das investigações, que vem vindo muito bem?”; “A preguiça é **uma cortina de fumaça** que colocamos na frente de um sentimento que não queremos enfrentar”. “Tudo isso é **uma cortina de fumaça** para toldar o grande escândalo nacional.”; “**É uma cortina de fumaça** que encobre o assunto principal”.

não significa que as metáforas sejam comparações: a metáfora é um tipo de *uso* da língua, enquanto uma comparação é um tipo de processo psicológico, que, embora constitua um componente essencial de certos tipos do uso lingüístico, não se iguala a ela.

Finalizamos esta seção resumindo as funções e os papéis preenchidos pela metáfora de acordo com a visão tradicional ou retórico-filosófica, e apontando como alguns aspectos da teoria tradicional são refletidos, ou posto diferentemente, como se busca entender o discurso retórico-filosófico da metáfora, e como a reflexão de tal discurso pode margear diferentes visões. Tendo em mente a suposição, sinalizada por Aristóteles, de que as “boas” metáforas contemplam similaridades ou promovem um *insight* dentro da similaridade (RICOUER, 1978, p.141), pode-se dizer que a criatividade, a imaginação poética ou a engenhosidade lingüística constituem o principal impulso metafórico; impulso que se revela e se concretiza na transferência de significado ou *epiphora*, conforme designou o filósofo, isto é, no movimento de deslocamento ou na mudança (lingüística) entre duas coisas ou idéias que podem ser aproximadas, deslocadas ou transferidas.

Assim, se é verdade que a competência de se elaborar boas metáforas depende da capacidade de ponderar semelhanças e que a clareza de boas metáforas resulta da capacidade de “colocar frente aos olhos” o sentido por elas exposto, poderíamos nos perguntar: como a semelhança, apontada pelos retóricos clássicos, atuaria na produção de significado? E pensando propriamente no processo de transferência, poderíamos indagar: por que transferir ou desviar um nome de uma entidade para outra? Por que desviar os nomes de suas entidades e, assim, de suas funções precípuas? Em que medida essa transferência de significado preenche funções cognitivas, semânticas e pragmáticas? É nesse cenário de desvio e transferência que muitas abordagens, ao refletirem os porquês da transferência do significado, irão encontrar os seus fundamentos e lançar as suas bases.

Ricoeur (1978, p. 159) argumenta que antes de as metáforas serem analisadas como um ato de *denominação*, elas devem ser consideradas um ato de *predicação*. Segundo Black, se a metáfora consiste em algum tipo de desvio, tal desvio concerne à estrutura predicativa. Nesse contexto, a metáfora deve ser entendida como uma predicação desviante e não como uma denominação desviante (RICOUER, 1978, p. 143). Ricoeur (1978, p. 159) diz ainda que a teoria do desvio não é suficiente para racionalizar uma *nova congruência* em nível predicativo.

Glucksberg e Keysar (1990), de modo similar, dizem que um dos grandes problemas dos modelos de comparação tradicionais diz respeito à seleção de propriedades ou à diferença entre os traços meramente compartilhados e os traços apropriadamente compartilhados. Como

discernir o que precisamente selecionar do veículo, e o que não enfatizar, no processo de predicação do tópico? Uma outra questão concerne ao fato de que algumas metáforas ou veículos (como, por exemplo, a expressão “mina de ouro” e também a palavra “pesadelo”, conforme vimos) não fornecerem uma propriedade específica, conforme enfatiza a visão tradicional, mas antes, um *valor* de um atributo que se estende ao longo de toda uma dimensão (no caso de “mina de ouro”, à dimensão riqueza/pobreza), permeando, assim, várias metáforas. (CACCIARI, 1998, p. 146). O que diferencia ou especifica o valor do atributo são os diferentes tópicos, que irão instanciar diferentes valores, conforme podemos verificar por meio das construções metafóricas “Os dicionários são minas de ouro, conseguem encadernar uma língua”; “Os sebos são minas de ouro, contêm manuscritos e exemplares raros”, “Os algodoeiros do Nordeste são minas de ouro, valem uma fortuna”, “Nos dias atuais a água é uma mina de ouro, está ficando cada vez mais rara”, “Temos que cultivar os grandes pensadores e pensamentos, pois são minas de ouro”, etc.

Tais questionamentos induzem a uma série de outras indagações e reflexões que perpassam a investigação do processo metafórico *per se*, como, por exemplo, as que serão suscitadas nas abordagens interacionista e cognitivista, apresentadas, respectivamente, nas seções 3 e 5.

Seção 3 – A metáfora como um instrumento de criação de conhecimentos

In the simplest formulation, when we use a metaphor we have two thoughts of different things active together and supported by a single word, or phrase, whose meaning is a resultant of their interaction. (RICHARDS, 1936 apud, BLACK, 1962, p. 38).²⁶

O prenúncio da força cognitiva da metáfora, levantado pela visão retórica clássica, embora pouco vitalizado, frutificou, com o tempo, em diferentes efeitos. I. A. Richards foi um dos filósofos responsáveis pela re-significação de tal força e pelo redimensionamento da própria definição de metáfora. Richards, que negava, entre outros, a concepção de metáfora como o *uso* de uma palavra, atribui a metaforicidade à interação entre dois pensamentos ou entre duas idéias que co-operam em um significado inclusivo e que são sustentados lingüisticamente por uma única palavra ou sintagma. *[metaphor] is a borrowing between and intercourse of thoughts...Thought is metaphoric...and the metaphors of language derive therefrom* (Richards, 1936 apud TURNER, 1998, p. 48).²⁷

Considerar a metáfora uma atividade cognitiva, um “empréstimo” e um “intercâmbio de pensamentos”, significa reconhecer que na metáfora dois conceitos ou idéias operam simultaneamente. Richards, que se posicionava contra as visões tradicionais de substituição e de comparação, ao discutir o funcionamento metafórico, nomeou tais idéias *tenor* e *veículo*.²⁸ A importância de Richards para os estudos da metáfora decorre não apenas da proveitosa terminologia que propôs, ao tentar explicar o funcionamento das metáforas, mas também da proposição de que em uma metáfora há uma *tensão* ou uma incompatibilidade conceptual entre os dois termos, o *tenor* e o *veículo* (ORTONY, 1993, p.3).

Essa tensão, decorrente do empréstimo de informações do veículo para tenor, visionada na teoria metafórica de Richards, serviu de alicerce para muitos estudos e originou diferentes pensamentos.

Nesta seção, evidenciamos um desses desdobramentos por meio da análise da teoria interacionista de Black (1962, 1979). Partindo de importantes *insights* de Richards e dando

²⁶ Na formulação mais simples, quando usamos uma metáfora, pensamos em duas coisas diferentes que são, ao mesmo tempo, expressas por uma única palavra ou sintagma, cujo significado resulta da interação entre as duas coisas.

²⁷ “[a metáfora] é um empréstimo e um intercâmbio de pensamentos...O pensamento é metafórico...e as metáforas lingüísticas dele derivam.”

²⁸ O termo *tenor* ou *tópico* refere-se ao sujeito da metáfora, o termo *veículo* é o nome predicativo que fornece o conhecimento de fundo (*ground*) da metáfora, por sua vez, caracterizado como a informação nova ou como a propriedade do veículo que é transferida ao tópico (GLUCKSBERG, 2001, p.109).

continuidade aos estudos metafóricos da perspectiva cognitiva, Black aprimorou as idéias de Richards através de sua teoria da interação.²⁹

Enfocando o raciocínio analógico e analisando a metáfora enquanto um fenômeno cognitivo, em oposição a fenômeno lingüístico, conforme focaliza a visão tradicional, a metáfora, da perspectiva de Black, é explicada por meio do processo de interação entre um sujeito e um predicado. Especificamos o processo de interação em função e em oposição ao processo de combinação.

Enquanto a combinação é uma operação composicional entre dois conceitos (A e B), que resulta em uma estrutura conceptual agregada (A+B), composta pela união dos significados dos conceitos envolvidos, a interação, apesar de envolver um nível de combinação, resulta em uma nova estrutura conceptual, não significando o simples agrupamento ou a simples soma de significados, mas a interação e, conseqüentemente, a permuta (re-conceptualização) dos mesmos. Por exemplo, a combinação dos conceitos CAIXA e PRETO formam a estrutura lingüística “caixa preta” (caixa de cor preta), representação resultante da combinação dos conceitos CAIXA e PRETO, cujos significados não são alterados. Ao preservar os significados dos conceitos componentes, a combinação “caixa-preta” revela-se, como um arranjo puramente composicional. Essa combinação de conceitos ocorre na linguagem literal com tanta freqüência que às vezes determinados conceitos parecem constituir um único conceito, como é o caso, por exemplo, da expressão “bom-dia”, formada a partir da união dos conceitos BOM e DIA.

Em contraste a tal arranjo, a metáfora, admitida por Richards e Black, é um processo que transcende à simples combinação. Analisando a frase metafórica “O homem é um leão” como um processo de interação conceptual depreende-se o *schema* [HOMEM-COMO-LEÃO]. A existência de tal *schema* muda, entretanto, o significado de ambos os conceitos HOMEM (ou homens) e LEÃO (ou leões), permitindo que certas predicções normalmente aplicadas a um sejam aplicadas (talvez com uma mudança de significado) ao outro. Assim, o *schema* interacionista [HOMEM-COMO-LEÃO] é mais que uma combinação, visto que ele faz com que os conceitos componentes se aproximem, manifestando um efeito, de um lado, de desumanização do homem, e de outro, de antropomorfização do leão. Tendo em mente esse

²⁹ O termo “interação” pode ser entendido em oposição ao termo “substituição”, conforme caracterizado pela teoria tradicional da metáfora (cf. seção 2). Ao invés de a metáfora consistir meramente na substituição de uma palavra por outra, ou de um nome por outro, a teoria interacionista a explica em termos do processo de interação (RICOUER, 1978, p.143).

movimento de interação, a metáfora afeta, considerando ainda o exemplo, não apenas o modo como vemos o homem, mas também o modo como vemos o leão.³⁰

A metáfora, nesse contexto, deve ser entendida como uma negociação entre dois conceitos. A interpretação de ambos, diferentemente da interpretação de cada conceito isoladamente, é alterada (SCARUFFI, 1998).

3.1 A representação do conhecimento metafórico

Do ponto de vista representacional e terminológico, Black (1962, p.46) divide a metáfora em duas partes, uma mais concreta ou literal, designada *tema primário* ou *frame* (similar ao tenor de Richards) e outra mais abstrata ou metafórica, designada *tema secundário* ou *foco* (similar ao veículo de Richards). Tanto o foco quanto o frame constituem *sistemas de lugares comuns*, isto é, conjuntos de idéias associadas e crenças que são amplamente difundidas em uma determinada comunidade lingüística. A metáfora, desse ponto de vista, opera no nível do compartilhamento de um corpo de conhecimentos e considerações que são associados às palavras do enunciado. Esse compartilhamento, resultante da interação entre dois sistemas, é explicado por meio da transferência de idéias e implicações associadas do sistema secundário (foco) para o sistema primário (frame). No processo de transferência, parte dos lugares comuns associados sofre mudanças de significado. Algumas dessas mudanças são consideradas metafóricas, enquanto outras são descritas como extensões de significado, por não envolverem conexões apreendidas entre dois sistemas de conceitos. Assim, segundo Black, o entendimento de uma metáfora pode resultar na mudança do significado real: *as associações e interconexões de conceitos podem, de fato, mudar, como resultado do entendimento da metáfora* (WAY, 1991, p. 47).

Black (1962, p.44-45) assim sumariza a forma e a estrutura da metáfora: (a) a metáfora desloca-se do nível lexical, isto é, deixa de ser uma palavra isolada, e se estende à dimensão do enunciado; (b) a frase ou o enunciado metafórico tem dois temas distintos, identificados como *tema primário*, ou *frame*, e *tema secundário*, ou *foco*; (c) esses dois componentes do enunciado metafórico interagem a partir de um processo de *projeção* de um conjunto de *implicações associadas*: um sistema de implicações associadas característico do

³⁰ O portador do significado da metáfora deixa de ser a palavra, conforme prevê a teoria tradicional, e passa a ser o enunciado.

foco é aplicado ao frame; (d) essas implicações normalmente consistem de *lugares comuns* sobre o foco, mas podem, em certos casos, consistir de implicações desviantes estabelecidas *ad hoc*, pelo escritor; (e) o foco e o frame devem ser entendidos como *sistemas de coisas* e não como idéias/coisas individuais e isoladas.

Seguindo essa estrutura, a metáfora da frase “O homem é um leão” não está na palavra “leão”, mas na interação entre os elementos que compõem o enunciado, ou seja, na interação entre o foco e o frame. O leitor/ouvinte não precisa saber o significado dicionarizado (literal) de “leão”, mas deve antes, entender “leão” como um sistema de lugares comuns, no exemplo, identificados como os conhecimentos (gerais) e crenças convencionais que temos sobre leões. Os lugares comuns não precisam ser verdadeiros para que a metáfora seja eficiente, mas devem ser “evocados pronta e livremente” (BLACK, 1962, p.40). Assim, chamar um homem de um leão é evocar as implicações de leão para, a partir delas, construir um sistema correspondente de implicações sobre o frame.

Isso significa que é essencialmente o conjunto de implicações associado ao leão (que pode incluir crenças como os leões são ferozes, bravos, valentes, possessivos, etc.), que compõe o foco do enunciado metafórico, que organiza (e restringe) a concepção de homem. Essa interação semântico-conceptual emerge da interação gramatical estabelecida entre o elemento metafórico e a estrutura não metafórica em que tal elemento ocorre. Assim, o enunciado “O homem é um leão” é metafórico em face da inter-relação entre o foco metafórico [leão] e o frame literal [O homem é __]. Nesses termos, o foco se caracteriza por ser o elemento metafórico dentro de uma estrutura não metafórica, gramaticalmente capaz de incluí-lo (cf. OLIVEIRA, 1991, p.21).

Analisemos um outro exemplo. Considerando a frase “O meu trabalho é um sonho” evidencia-se que o foco metafórico, representado não apenas pela palavra isolada “sonho”, mas por uma gama de conceitos que estruturam o significado que temos de sonho, entendido como um sistema de informações associadas (estereotipadas ou convencionais), ou como um sistema de lugares comuns associados, atua como *filtro* do frame literal [trabalho]. Nesse raciocínio, em que emerge o schema metafórico [trabalho-como-sonho], os lugares comuns associados ao sonho organizam a concepção que temos de trabalho: conforme será ilustrado na Figura 4, é como se o trabalho fosse visto da ótica do sonho. Nesse processo, em que o frame [trabalho] é organizado em função de determinadas informações projetadas pelo foco [sonho], o trabalho é arranjado ou organizado de modo similar ao sonho, o que faz com que o conceito TRABALHO seja, através de sua interação com o conceito SONHO, re-significado.

Ressalta-se que a analogia trabalho-sonho é criada na interpretação metafórica.³¹ Porque é a interpretação que cria a semelhança, que somos capazes de produzir/interpretar frases metafóricas como “O meu trabalho é um edifício ligado”, “O meu trabalho é o inverso do percurso do homem”, etc..³²

Evidenciamos que, na segunda versão da teoria interacionista desenvolvida por Black (1979), apenas o foco continua a ser caracterizado como um sistema de implicações e lugares comuns; o frame, por outro lado, deixa de ser explicado como um sistema e passa a ser descrito como um conceito. Indurkha (1992, p. 68,73), ao analisar a teoria interacionista, critica a correção feita por Black acerca da re-caracterização do frame (ou *alvo*, conforme designa Indurkha), não mais descrito como um sistema de lugares comuns associados. O autor diz que o fato de Black desconsiderar o alvo como um sistema, dificulta, senão impede, a explicação de como a criação de similaridades é restringida, uma vez que são essencialmente os lugares comuns associados ao alvo, que segundo Indurkha, restringem a criação de similaridades.

Tendo em mente tais considerações, esquematizamos nas Figuras 3 e 4, os processos de interação e de filtragem que ocorrem entre o foco e o frame do enunciado “O meu trabalho é um sonho”.

Convém ressaltar que Black (1979, p.25) refere-se essencialmente às metáforas “teoricamente interessantes”, isto é, às metáforas ativas ou vivas, consideradas pelo filósofo metáforas *fortes* ou enfáticas, isto é, aquelas que são reconhecidas pelo falante como “metáforas autênticas”. Tais metáforas se diferem das metáforas mortas, também designadas metáforas *fracas* (de pouca ênfase), essencialmente por não admitirem uma interpretação sistemática conforme as metáforas mortas. Ilustramos as metáforas vivas e mortas, respectivamente, com os exemplos “As espadas são estrelas” e “Todos os recordes foram quebrados”.

Evidenciamos que, apesar de Black deixar claro o seu posicionamento, temos nossas dúvidas quanto à exatidão de sua classificação. O próprio filósofo ilustra a sua teoria com alguns exemplos, cujo rótulo é, de certa forma, duvidoso. Por exemplo, será que o enunciado “O casamento é um jogo de soma zero” (Black, 1979, p. 28) codifica uma metáfora forte? O schema metafórico [CASAMENTO-COMO-JOGO], aí codificado, não constituiria um uso convencional e, portanto, uma metáfora não enfática? Apesar da possibilidade de tal

³¹ Segundo Black a metáfora é um filtro de percepção. É essencialmente no processo de filtragem, ou no “ver de um determinado prisma”, que a força analógica se revela na teoria interacionista.

³² Frases coletadas da internet, através do motor de busca Google, em 13 jan. 2006.

questionamento, não podemos ignorar que o tempo influencia a cristalização das metáforas, como ocorre com a estabilidade da rotulação literal/metafórico, conforme observa o próprio Black, ao argumentar que, com o tempo, o que é literal pode se tornar metafórico e vice-versa.

Tendo em mente tal posicionamento, que pretendemos que justifique a nossa atitude ilustrativa – não é de nosso interesse discutir metáforas literárias ou novas, não só, por fugir aos nossos objetivos, mas também porque a ênfase, entendida como um grau de convenção, é uma noção subjetiva (cf. INDURKHYA, 1992, p.18)³³ - a classificação forte e fraca da metáfora sugerida por Black, ao nosso ver, tende, deste modo, no mínimo à instabilidade.

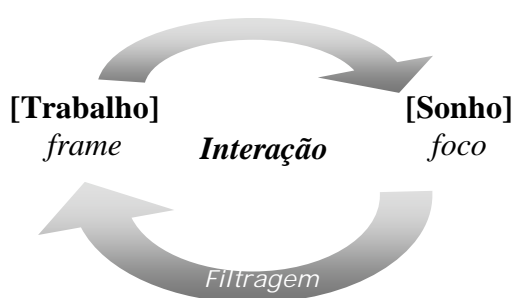


Figura 3: Interação entre foco e frame.

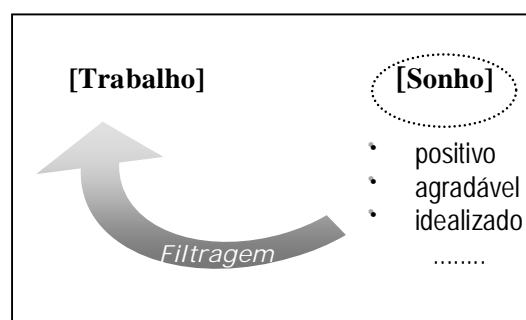


Figura 4: Filtragem “ver como”.

A Figura 3 é a representação formal do processo de interação que ocorre entre o frame e o foco, exemplificados, respectivamente, pelos conceitos TRABALHO e SONHO. A Figura 4, que ilustra uma parte do funcionamento da representação da Figura 3, descreve o mecanismo de filtragem responsável pelo “ver como”: o foco [Sonho] fornece um filtro através do qual o frame [Trabalho] é visto. Assim, o trabalho é analisado como um sonho e o sonho é visto como um trabalho.

Miller (1993, p. 375), ao especificar o processo de filtragem admitido pela visão interacionista, sugere que alguns dos traços literais do frame (ou *referente* conforme nomeia Miller) sejam subtraídos. Assim, em “O meu trabalho é um sonho”, não há, segundo Miller, uma adição de novos traços, mas antes uma subtração, uma vez que são os traços de trabalho e não os traços associados a sonho – prototipicamente caracterizado como “Positivo”, “Agradável”, “Idealizado”, etc. – que parecem ser filtrados.

Black, por sua vez, explica a filtragem como um “ver de uma determinada perspectiva”, como um processo de seleção e, portanto, como uma ênfase a determinados

³³ Mencionamos que apesar de Indurkya (1992, p.18-19) afirmar ser *demasiado subjetivo* o julgamento “convencional/ não-convencional”, assim como o próprio julgamento “metafórico/não-metafórico”, ao esclarecer sua posição frente a tais julgamentos, diz caracterizar o metafórico em contraste com o convencional: *I have characterized metaphors in contrast with the conventional.*

traços e não como uma subtração de traços. Na verdade, ambas as interpretações refletem apenas diferentes modos de se conceber o processo de filtragem, não representando, pois, nenhum tipo de interferência ou dissonância.

Deste modo, de acordo com a visão interacionista, a interpretação da metáfora resulta do diálogo ou da interação entre o frame e o foco, decorrente de um processo cognitivo de *projeção*, sobre o frame, de um conjunto de *implicações associadas*, que são predicáveis do foco. Essa interação faz com que o significado da metáfora seja irreduzível e cognitivo. O ato cognitivo, viabilizado pela metáfora, manifesta-se pela instauração de uma perspectiva particular, perceptível apenas na interpretação de uma sentença metafórica. A mudança de perspectiva culmina na mudança do enfoque e conseqüentemente na permuta do ato. Daí a impossibilidade de as metáforas “fortes” serem *ipsis litteris* traduzidas ou parafraseadas. Por exemplo, se dissermos “Com a velhice nossos pais se tornam nossos filhos” e “Quando nossos pais envelhecem, eles passam a viver sob os nossos cuidados”, será que o modo de apresentar os nossos pais, e mesmo de nos apresentar, é idêntico? Se, para referir aos nossos pais na velhice, usamos o sintagma “nossos filhos”, e conseqüentemente, atribuímos a nós mesmos a propriedade ‘mãe’, poderíamos dizer que a frase “sob os nossos cuidados” recupera toda a eficácia, na concepção de Harries (1978), ou a perspectiva, nos termos de Black, projetada por “nossos filhos”? Não apenas devido ao fato dessa frase não implicar necessariamente a atribuição maternal a nós (sujeito), mas essencialmente por apresentar nossos pais de modo diferente, a mudança de ângulo ou de perspectiva se torna explícita.

Assim, o produtor de um enunciado metafórico *seleciona, enfatiza, supprime e organiza* (BLACK, 1962, p.44) traços do frame por meio da aplicação de informações isomórficas dos membros do complexo de implicações do foco. Os mecanismos de interação e de projeção entre foco e frame ocorrem da seguinte maneira: a presença do foco (i) induz o leitor/ouvinte a selecionar algumas propriedades do frame; (ii) convida o leitor a construir um complexo de implicações paralelo que possa prover o foco; (iii) induz reciprocamente mudanças paralelas no frame. Alertamos que esse é um dos pontos polêmicos da teoria de Black, na medida em que o autor, apesar de propor que as metáforas sejam governadas pela assimetria, evidencia, em momentos como esse, a simetria do processo de interação, conforme explicamos mais adiante.

Além disso, Black, ao tentar explicar a interação, apenas a especifica em etapas sem, entretanto, exemplificá-las. A não exemplificação de tais etapas se deve à imprecisão dos traços participantes da interação entre o foco e o frame, porque a produção e a interpretação de uma metáfora são guiadas e precisadas na ambigüidade. É na necessária pluralidade e

inexatidão de significados que as metáforas obtêm êxito: *a ambigüidade é uma conseqüência necessária da sugestividade da metáfora* (BLACK, 1993, p.29).

Seguindo esse raciocínio, pode-se dizer que a interação é, sobretudo, uma interação entre o falante e o ouvinte, na medida em que ambos estão engajados nos processos de seleção, organização e projeção. Um enunciado metafórico é uma ação verbal que demanda essencialmente um entendimento, uma resposta criativa de um leitor competente. *A interação atribuída no [processo metafórico] altera o significado das palavras pertencentes à mesma família ou ao mesmo sistema a que pertence a expressão metafórica* (BLACK, 1993, p. 28).³⁴

Assim, segundo a teoria interacionista, o processo de interpretação depende do “ver A como B”, ou simplesmente do “ver como”. Por exemplo, a interpretação da metáfora “Minha mãe é um campo de trigo”, (PRANDI, 1992 apud OLIVEIRA, 1997) depende de vermos a mãe com os óculos de um campo de trigo. O “ver como” está presente não apenas na interpretação das metáforas, mas na própria percepção das coisas, dos eventos e do mundo; segundo o próprio Black (1993, p.38), porque muitas vezes funcionam como “instrumentos cognitivos”, algumas metáforas nos permitem ver aspectos da realidade que a produção metafórica nos ajuda a reconstituir: *o mundo é necessariamente um mundo resultante de uma determinada descrição - um mundo visto de uma certa perspectiva.*

Essa hipótese aponta para, pelo menos, duas idéias: (i) as metáforas devem fornecer diferentes maneiras de ver o mundo, e (ii) algo novo é criado quando a metáfora é entendida. Tanto a emergência desse algo novo quanto a criação de novas similaridades são conceitos pivôs na teoria de Black. Para ele, o valor cognitivo do enunciado metafórico e o aspecto criativo ou produtivo de algumas metáforas consistem na capacidade que tais metáforas possuem de funcionar como instrumentos cognitivos através dos quais seus usuários podem adquirir novas visões, novas formas de organizar a experiência humana e novos modos de ver um domínio de referência ou de representar o mundo (BLACK, 1993, p. 38).

Segundo Ricouer (1978, p. 148-149) a similaridade não é nada mais que a aproximação que revela um parentesco entre idéias heterogêneas; assim, a *epiphora* de Aristóteles, é explicada da ótica interacionista como a mudança ou a alteração da distância lógica – do distante para o próximo. Essa aproximação entre conceitos distintos é explicada por meio da instauração de uma determinada perspectiva, responsável pelo ver A com os olhos de B; é nesse sentido de enfoque, seleção, interação e criação que as metáforas aproximam conceitos distantes.

³⁴ The imputed interaction shifts in meaning of words belonging to the same family or system as the metaphorical expression.

Evidenciamos que esse enfoque teórico difere do enfoque tradicional, porque, lembramos, este considera que a metáfora, antes de criar, apenas instaura ou expressa uma similaridade já existente. Segundo Black, a interação foco-frame não pode ser captada pela simples comparação entre objetos, nem pelos traços ou propriedades comuns dos mesmos - a semelhança já existente não precisa ser recuperada – essencialmente porque a metáfora é uma atividade criativa, devendo, pois, promover uma interação constitutiva entre pensamento e mundo. Nesse sentido, a metáfora é responsável pela criação de conhecimento paralelamente à criação de novas similaridades – é a interpretação da metáfora que cria a semelhança. Na medida em que a interação foco-frame pode resultar em uma nova organização do pensamento, a metáfora, do ponto de vista interacionista, não pode ser reduzida à interpretação literal, diferentemente da visão tradicional que, ao considerar que a metáfora não compartilha nenhum conteúdo semântico e não veicula conhecimento, reduz o significado de uma metáfora à sua contraparte ou à sua interpretação/paráfrase literal.

Assim, segundo Black, a metáfora deve ser pensada como uma projeção, como um instrumento cognitivo, como um mecanismo lingüístico alternativo para comunicar idéias, ou ainda, como um meio de expressão, de criação e de desenvolvimento de pensamentos.

Para finalizar esta seção, evidenciamos que a presença da projeção “ver como” é necessária para a interpretação de sentenças metafóricas e para a construção do sentido, mas não é suficiente para identificar a metaforicidade de um enunciado. Segundo Oliveira (1997), o julgamento da literalidade ou metaforicidade, assim como a própria interpretação, é guiado pela combinação de uma série de parâmetros: o conhecimento da língua, o conhecimento de mundo, a referência a um tópico conversacional, o conhecimento sobre as condições da enunciação, o conhecimento mútuo entre os interlocutores, etc.

O que, então, distinguiria as afirmações metafóricas das literais? Segundo Black (1979, p. 22), a grande questão a ser discutida é: por que considerar o significado literal de uma palavra o foco do enunciado metafórico? Por que o enunciado “Os homens são verbos, não substantivos” é imediatamente classificado como metafórico? Por que o conhecimento tácito do significado literal induz ao sentimento de dissonância ou de tensão entre o foco e o frame?

Black tenta explicar tais questões contradizendo a tese tradicional de que a metáfora é essencialmente um mistério. Ele diz que o único mistério é simplesmente que, se admitida literalmente, a declaração metafórica parece afirmar algo que é claramente sabido não sê-lo. E acrescenta: assumir que um enunciado metafórico apresenta algo como o que claramente não é – ou assumir que seu produtor, de fato, finge dizer algo enquanto pretende exprimir algo

mais – é desastrosamente aceitar a visão enganosa de que a metáfora é algum tipo de desvio ou aberração do uso apropriado (BLACK, 1993, pp. 21-22).

Tal argumentação, entretanto, parece de certa forma, colidir com a própria idéia, esboçada na sua teoria, de que o foco é explicado a partir da sua inserção em um frame – visão que revela os laços da teoria de Black com a tradicional noção sentencial de significado literal e, assim, com a tradicional oposição literal/metafórico.

Outras inconsistências e lacunas perceptíveis na teoria de Black dizem respeito ao próprio processo de interação. Segundo Indurkha (1992, p.4), a natureza precisa da interação entre o foco e o frame e a criação de similaridades novas constituem questões que precisam ser respondidas. O autor estende suas críticas. Diz que a articulação de Black retrata uma teoria interacionista vaga, cujos conceitos não são suficientemente elaborados para abarcar, de modo satisfatório, processos como a criação de similaridades (p.66). Além disso, a teoria peca, ao **explorar** a idéia de que a analogia apresenta a metáfora como um processo inerentemente assimétrico. Essa idéia, aliada à criação de similaridade, constitui os dois grandes *insights* evidenciados por Black. Entretanto, em alguns momentos é contradita, como se a interação fosse simétrica: por exemplo, quando Black menciona que a interação induz reciprocamente mudanças paralelas no frame e quando diz que a base de uma metáfora é um isomorfismo entre o foco e o frame (Black, 1993, p.28).

Seção 4 – O tratamento semântico e a face pragmática da metáfora

4.1 Caracterização semântica da metáfora

*Metaphors mean what the words, in their most literal interpretation, mean, and nothing more. (Davidson, 1978, p.30)*³⁵

Analizamos, nas seções 2 e 3, como a metáfora deixa de ser pensada como um “recurso desviante e secundário à linguagem” e passa a ser concebida como um “instrumento cognitivo fundamental”. Nesta seção, evidenciamos, através da análise das idéias de Davidson (1978) sobre a metáfora, como a caracterização da metáfora pode saltar de “processo” a “produto”, ou posto diferentemente, como a visão da metáfora como instrumento cognitivo (responsável pelo que denominamos “processo”) pode ser esvaziada e, como conseqüência, a metáfora ser considerada um produto lingüístico.

Davidson (1978, p. 30) critica a visão tradicional de metáfora, afirmando ser um *erro fundamental* investir na idéia de que a metáfora tem, além do seu significado literal, um outro significado. Para o filósofo, o conceito de metáfora como “um veículo para transmitir conhecimentos” parece-lhe tão errado quanto à idéia matriz de que a metáfora tem um significado especial.³⁶ Desse ponto de vista, ao produzir uma metáfora, o falante não diz nada além do que quer dizer quando a frase usada é admitida literalmente (cf. epígrafe). Isto significa que o único significado que a metáfora carrega é o significado literal; mesmo nos cenários metafóricos, os significados originais das palavras permanecem ativos. Assim, não existe um “significado metafórico” – não devemos *alojar o significado na metáfora* - mas uma interpretação metafórica (DAVIDSON, op.cit., p.31).

Considerando o contexto: “Davi vivia correndo atrás de mulheres. Dia após dia, e a chama que o mantinha aceso manhã e noite sempre se reproduzia e re-produzia o robusto e feroso Davi. Até que um belo dia, um furioso caçador decidiu apagar a sua chama. Desde esse dia, Davi deixou de ser touro”. Se Davidson está correto ao argumentar que o produtor de uma metáfora chama a atenção para a semelhança entre duas ou mais coisas – [*a metáfora*]

³⁵ As metáforas significam o que as palavras, em suas interpretações mais literais, significam, e nada mais.

³⁶ Essas são as principais idéias, respectivamente, da teoria interacionista de Black (confronte seção 3) e da visão tradicional da metáfora (cf. seção 2).

nos convida a [fazer] comparações (DAVIDSON, 1978, p.38) - a frase “Desde esse dia, Davi deixou de ser touro” deve ser interpretada da mesma forma que a frase “Roberto é mais grudento que carrapato”, ou seja, a partir da associação entre Davi e touro. O mesmo ocorreria se acrescentássemos, por exemplo, um boi na estória: “Desde esse dia, Davi deixou de ser touro e passou a ser boi”. Então perguntamos: como uma pessoa pode deixar de ser touro e passar a ser boi, mesmo sem pertencer à classe de gado? Se uma frase exprime metaforicamente o que exprime o sentido literal, conforme argumenta Davidson, devemos interpretar ‘touro’ e ‘boi’ de modo literal. Assim, se algumas das características de touro, tais como, “animal robusto”, “forte”, “reprodutor”, “não-castrado”, e algumas das características de boi, tais como “animal doméstico”, “adulto”, “castrado”, forem recuperadas, a metáfora, como consequência, é compreendida. Podemos interpretar o enunciado em questão recuperando, por exemplo, o contraste “não-castrado/castrado”, literalmente estabelecido entre touro e boi, já que as “implicações escondidas” devem, segundo Davidson, ser determinadas através da comparação com o literal. “Desde esse dia, Davi deixou de ser touro e passou a ser boi” pode, assim, ser recriado pelo enunciado (também metafórico) “Desde esse dia, toda a virilidade de Davi foi castrada”.

De acordo com Davidson (1978, p.35), porque em uma metáfora usamos *palavras já compreendidas*, devemos associar a produção e a recepção metafórica à “caminhos conhecidos”. Ainda que exista um efeito que pareça mais exótico ou mais engenhoso, a metáfora, segundo Davidson, é uma forma de comunicação comum, *ela transmite verdades e falsidades acerca do mundo do mesmo modo que a linguagem mais comum o faz* (ibid p.30). Como qualquer outra forma lingüística, a metáfora depende dos significados primários e originais (significados que emergem primeiramente na ordem da interpretação); compreendê-los, logo, significa atribuir intenções, crenças e verdade ao falante. Em outras palavras, significa analisar os *efeitos* (e não o conteúdo) que as metáforas (leia-se “interpretações metafóricas”) exercem sobre o seu intérprete e sobre o seu criador. *I depend on the distinction between what words mean and what they are used to do. I think metaphor belongs exclusively to the domain of use* (DAVIDSON, 1978, p.31).³⁷

Que a metáfora nos faz notar aspectos ainda não percebidos e que, como uma “lente” (BLACK, 1962), nos faz ver fenômenos relevantes, não constitui incerteza para Davidson. O seu questionamento, entretanto, é: como a metáfora está relacionada com aquilo que ela nos faz ver? Em outras palavras, como a metáfora produz os seus efeitos?

³⁷ Eu dependo da distinção entre o que as palavras significam e para que elas são usadas. Eu acredito que a metáfora pertence exclusivamente ao domínio do uso.

É em face de tal interrogação que Davidson critica o *modus operandi* da metáfora difundido por parcela do *sensu comum da metáfora* (BLACK, 1978, p.185). Em particular, Davidson discorda da hipótese de que a metáfora obtém êxito por ter um significado que resulta da interação de duas idéias, conforme prevê Richards; nega a tese de que a metáfora assevera ou implica certas coisas por meio de um significado especial e assim fornece um *insight*, conforme sustenta Black (1962, 1979); discorda da hipótese de que a metáfora “diz uma coisa e significa outra”, conforme sustenta Searle (1979).

Para Davidson (1978, p.41), a função de “fornecer uma nova mensagem, um novo conteúdo diferente do literal”, tipicamente associada à metáfora, não pode estar essencialmente correta porque, conforme foi dito, ao produzir uma metáfora, o seu criador *percorre as mesmas bem conhecidas trilhas lingüísticas das sentenças mais comuns*, ou seja, percorre caminhos literais. Daí a sua argumentação de que a distinção “significado literal” e “significado metafórico” deva ser substituída pela distinção “o que as palavras significam” e “o uso que se faz das palavras”. Tendo em vista esta última distinção, Davidson evidencia que, enquanto no primeiro caso, a nossa atenção é dirigida à *linguagem*, no segundo, a nossa atenção é dirigida à *aquilo de que se trata a linguagem*. A atribuição da metaforicidade ao segundo caso justifica a não aplicação de um “conteúdo cognitivo oculto” (significado especial, novo ou estendido) à metáfora e explica por que uma palavra que se considerou metáfora permanecerá sempre metáfora. Por exemplo, no enunciado “A igreja é um hipopótamo”, é o absurdo ou a contradição que, no olhar de Davidson, nos convida a considerá-lo metaforicamente; mesmo depois de ouvido cem vezes, tal enunciado jamais constituirá sistema, ou seja, será sempre metáfora.

Mas, se a metáfora não tem um conteúdo cognitivo específico, um conteúdo que seu criador/autor deseja transmitir e que o intérprete precisa apreender para que a metáfora seja compreendida, como, então, analisar, por exemplo, a frase “Daquela farinha não sai nenhuma torta” pronunciada em um contexto de um jogo de xadrez, precisamente por um mestre de xadrez que observa uma partida? (cf. BLACK, 1978, p. 188). Se é certo que o autor da metáfora quis dizer algo do tipo “isso não vai dar em nada”, como negar o fato de a metáfora induzir modulações e modificações no significado padrão (literal) das palavras?

Segundo Black (1978, p.190), o significado de uma metáfora viva ou ativa é tipicamente novo ou “criativo” no sentido de *não [ser] passível de ser inferido do léxico-padrão*. Argumenta: *seria inútil e confuso invocar algum sentido “figurado” ad hoc, não especificado de outra maneira, para explicar “como uma metáfora faz seus milagres”*.

Contudo, isso nos ajudaria a entender como um enunciado metafórico particular funciona em seu contexto...

Seguindo direção oposta, Davidson argumenta que não só a metáfora **não** diz algo novo, como os seus efeitos sequer estão ligados à idéia de “dizer algo novo”. O que notamos, em um enunciado metafórico, não diz respeito ao seu conteúdo proposicional/semântico ou ao seu valor de verdade-falsidade, não apenas porque *não há limites para o que a metáfora atrainha a nossa atenção*, como também porque, na metáfora, não há nenhuma informação que deva ser explicitada (DAVIDSON, 1978, p.46).

Assim, retornando à exemplificação esboçada, Black explicaria o enunciado “Daquela farinha não sai nenhuma torta” através de sua associação a um conteúdo cognitivo próprio. Davidson, por outro lado, não só diria que as palavras “farinha” e “torta” remetem aos seus significados convencionais, mesmo na situação comunicativa de um jogo de xadrez, como explicaria a própria compreensão da metáfora através da associação entre farinha e torta (de seus respectivos significados convencionais) usada no enunciado. Em outros termos, segundo Davidson, não dá para considerar um “significado metafórico” pelo mesmo motivo que não dá para se chegar à metáfora a partir do “significado do falante”, porque não há um algoritmo que evidencie a diferença ou que separe o “significado da frase” e o “significado do falante” (para uma visão contrária cf. SEARLE (1979)).

A essa altura poderíamos perguntar: em que ponto a semântica, de fato, influencia as idéias de Davidson sobre a metáfora? Se pensarmos no(s) significado(s) (de um enunciado) como *procedimentos que são ativados no ouvinte como resultado da ação de ouvir* (o enunciado) (JURAFSKY; MARTIN, 2000, p.539), a resposta à pergunta seria “no convencional”.

4.2 Caracterização da metáfora como um ato de fala

From the point of view of the hearer, the problem of a theory of metaphor is to explain how he can understand the speaker's utterance meaning given that all he hears is a sentence with its word and sentence meaning. From the point of view of the speaker, the problem is to explain how he can mean something different from the word and sentence meaning of the sentence he utters. (SEARLE, 1979, p.84-85)³⁸

³⁸ Do ponto de vista do ouvinte, o problema colocado a uma teoria da metáfora é explicar como ele pode entender o significado enunciado pelo falante, dado que, tudo o que ele ouve é uma frase com o seu significado. Do ponto de vista do falante, o problema é explicar como ele pode exprimir algo diferente do significado da frase que ele enuncia.

Considerando as frases: “Eu os declaro marido e mulher”, pronunciada por um padre durante uma cerimônia religiosa; “Largue a arma, ou eu atiro”, dirigida a um ladrão armado pela polícia; “Eu prometo voltar”, dita por um pai, aos seus filhos, que partirá em busca de emprego. Podemos dizer que as ações são efetuadas pela linguagem? Em outras palavras, “*ao dizer algo, nós fazemos algo*”³⁹? Quando ouvimos a advertência “Fumar é prejudicial à saúde”, em uma propaganda de cigarro, porque esse enunciado não causa o mesmo efeito ou a mesma resposta (no ouvinte) que causa, por exemplo, o ato indireto de fala? Como os enunciados “Eu os declaro marido e mulher”, dita por um padre, e “Eu declaro que o fumo mata”, dita por um médico, podem ter efeitos ou impactos tão diferentes? O que os enunciados “O meu marido é um cachorro”, dito por uma esposa para referir-se ao comportamento vil de seu marido, e “O meu marido é um cachorro”, dito por uma mulher solteira para referir-se aos laços que possui com o seu cão, têm em comum? Como o falante pode, nos termos de Searle, dizer uma coisa e exprimir outra? Como analisar a lacuna explanatória existente entre o que se diz e o que se quer dizer (cf. nota 39)?

De acordo com Searle (1979), explicar como as metáforas funcionam requer a explicação de como o significado da frase e o significado expresso (pelo falante) se diferem. Investigar a linguagem do ponto de vista pragmático significa, deste modo, construir uma ponte entre o significado da frase (identificado como o significado literal) e o significado do falante (entendido como o significado que o falante tenta transmitir), fixada através da interpretação do enunciado. Estabelecendo um paralelo entre o “caminho da enunciação”, percorrido pelo falante ao construir um enunciado, e o “caminho da compreensão”, realizado pelo ouvinte ao interpretar o enunciado, podemos dizer que um dos passos para a construção da ponte entre o “posto” e o “proposto” se dá por meio da tentativa de recuperar a via escolhida/ percorrida pelo enunciador.⁴⁰

Searle, ao construir uma teoria da metáfora, tentou buscar os princípios que relacionam o significado da frase literal ao significado do enunciado metafórico. O que permite o falante formular e o ouvinte entender o enunciado metafórico? Como a frase “Não preciso de máquinas enferrujadas”, dita por um empresário aos diretores de sua empresa,

³⁹ “*In saying something, we do something*” Cf. http://en.wikipedia.org/wiki/Speech_Act (acesso em 5 de jan., 2006)

⁴⁰ É o que, em geral, fazemos quando temos dificuldade de entender o que uma pessoa nos diz - tentamos entender o que levaria a pessoa a dizer o que disse, através da recuperação das circunstâncias, considerações, evidências, etc. que possivelmente levariam à via adotada pelo enunciador.

referindo-se aos seus antigos contratados, pode ser interpretada como “Despeçam os antigos contratados”?

Segundo Searle (1979, p.88), um dos passos da interpretação metafórica é a explicação de como os enunciados metafóricos se distinguem dos enunciados literais. Considerando “S é P”, a forma de um enunciado literal, e “S é R”, a forma de um enunciado metafórico, como é possível pronunciar “S é P” e exprimir “S é R”? Como a frase literal “Não preciso de máquinas enferrujadas” se distingue do enunciado metafórico “Não preciso de máquinas enferrujadas”? Conforme argumenta Searle, no enunciado metafórico, a sentença usada metaforicamente conserva o seu significado literal; logo, a compreensão do significado literal constitui passo obrigatório para a interpretação da metáfora. Seguindo esse raciocínio, o conteúdo semântico da expressão literal “máquinas enferrujadas” deve ser, de alguma forma, resgatado no enunciado metafórico, para que se possa explicar o uso metafórico ou a interpretação metafórica da expressão. Assim, a metaforicidade é definida e explicada em relação à noção de literalidade.

Compreender o discurso metafórico, em termos do que ele literalmente significa e em termos do que (tal significado) causa o ouvinte inferir, implica a não atribuição de um significado propriamente metafórico às sentenças usadas metaforicamente, idéia também partilhada por Davidson (1978), conforme evidenciamos na seção 4.1.

Nessa perspectiva, a metáfora não promove uma mudança no significado de uma frase, essencialmente porque o enunciado metafórico significa algo diferente do significado das palavras e das frases.⁴¹ Buscando resposta à pergunta *como “S é P” pode exprimir “S é R”, sendo P diferente de R*, Searle (1979, p.108) esboça alguns princípios em torno do questionamento “dado P como computar R?”, de acordo com os quais as metáforas seriam produzidas e interpretadas. Apesar de Searle analisar, a partir de exemplos lingüísticos, alguns casos ou tipos metafóricos – por exemplo, metáforas que especificam R como uma das características salientes de P, conforme o enunciado “Samuel é um gigante”; metáforas que não exprimem nenhuma correlação lógica entre P e R, mas que são por nós associadas, exemplo “Maria é um doce”, etc. – o autor, entretanto, parece não apresentar, de fato, uma conclusão frente às análises esboçadas.

Assim, antes de concluir, Searle apenas sistematiza as suas análises estabelecendo a seguinte distinção: (i) nos *enunciados metafóricos simples*, o falante diz “S é P” e exprime metaforicamente, “S é R”, sendo o significado do enunciado alcançado a partir do significado

⁴¹ Searle considera a literalidade uma propriedade inerente das palavras e não de conceitos ou modelos de mundo.

literal, exemplo “O nó entre a política e a corrupção deve ser desatado”; já (ii) nos *enunciados metafóricos ilimitados*, o falante diz “S é P” e exprime metaforicamente uma gama indefinida de significados, “S é R1, S é R2, etc.”, exemplo “A maldade é o câncer da humanidade”. Como em (i), o significado do enunciado (ii) é apreendido a partir do significado literal. Contrariamente, nos *enunciados literais*, o falante diz “S é P” e exprime “S é P”, exemplo “O gato mia”.

Assim, a lacuna explanatória entre o que se diz e o que se quer dizer é “resolvida” por Searle, no âmbito da metáfora, através da consideração de que nos enunciados metafóricos há sempre duas frases, a frase enunciada metaforicamente e a frase expressa literalmente, sendo aquela semanticamente sustentada por esta. Nos termos de Searle (1979, p. 111), *nos enunciados metafóricos, nós fazemos mais que simplesmente dizer que “S é R”, (...) nós dizemos que S é R via o significado de “S é P”*.

Talvez pudéssemos dizer que Searle, ao investigar a ponte que separa “o significado da frase” do “significado do falante”, estivesse interessado no que chamamos, no início desta seção, “caminho da enunciação”. Considerando a viabilidade de tal comparação e levando em conta a pluralidade de percursos interpretativos, perguntamos: até que ponto é possível tentar re-construir o percurso do enunciador (cf. nota 41)? O que levaria um empresário a dizer “Não preciso de máquinas enferrujadas” (ou então “Preciso de cabeças mais novas, cérebros mais ágeis, máquinas mais ativas”)? Como chegar à interpretação metafórica a partir da interpretação literal? Ou ainda, como chegar ao significado literal a partir da interpretação metafórica? Se Searle (1979, p.111) está correto ao dizer *metaphor gives us two ideas for one*⁴², qual seria a “outra idéia”, precisamente a idéia literal, de “juntos somos eternos” em um enunciado como “Um a um somos mortais, juntos somos eternos” (Lúcio Apuléo)?

Finalizamos esta seção evidenciando que, enquanto for mantida a análise de que o significado da sentença literal pertence ao domínio do significado e o significado do enunciado pertence ao domínio do uso (conforme sustenta Searle e Davidson) e a operação da metáfora percorrer/envolver a compreensão literal, não haverá problemas com a caracterização da metáfora como uma “ação efetuada pela linguagem literal”; caracterização até certo ponto idealizada, no sentido de não dar conta, de fato, da potencialidade da linguagem, conforme exemplificamos ao longo da seção, e particularmente inibida pelas análises psicológica e cognitivista da linguagem, que consideram a metáfora um “modo de

⁴² A metáfora nos dá duas idéias em uma.

conceptualização” inerente à cognição humana, o que elimina o vínculo entre o metafórico e o literal, conforme explicitamos na seção seguinte.

Seção 5 – O modelo cognitivista da metáfora

5.1 A dimensão lingüístico-cognitiva da linguagem

[To Cognitive Linguistics] language is an integral part of cognition which reflects the interaction of cultural, psychological, communicative, and functional considerations, and which can only be understood in the context of a realistic view of conceptualization and mental processing (JANDA, 2000, p.3).⁴³

As instâncias ‘significado’, ‘símbolo’ e ‘referente’, que, do ponto de vista da Lingüística, envolvem o processo de ‘significação’, cedem espaço para as dimensões *conceito* e *imagem mental*, que, no contexto da Lingüística Cognitiva, envolvem o processo de *conceptualização*. Um conceito é uma representação mental particular a que se refere um significado convencionalmente associado a um símbolo lingüístico. A imagem é uma representação mental (uma idéia) disponível na consciência, que dá acesso a um conceito particular (cf. GREEN ; EVANS, 2005). A imagem que temos, por exemplo, do animal leão (representada na Figura 5), dá acesso ao conceito LEÃO, que é lexicalizado no português pela palavra *leão*. Quando usamos a língua portuguesa e pronunciamos a forma *leão* esse signo corresponde a um significado convencional, que não se conecta diretamente ao animal do mundo físico (o referente), mas a um determinado conceito. Temos a habilidade conceptual de integrar a informação perceptual crua a uma imagem mental coerente e bem definida (EVANS ; GREEN, 2005).



Figura 5: Representação da imagem mental do conceito LEÃO

⁴³ [Para a Lingüística Cognitiva] a linguagem é uma parte integrante da cognição que reflete a interação de considerações cultural, psicológica, comunicativa e funcional e que pode ser apenas entendida no contexto de uma visão realística da conceptualização e do processamento mental.

Para a Linguística Cognitiva, o significado é incorporado (*embodied*), ou seja, é modelado através do compartilhamento entre a experiência humana e a existência corporal. O corpo humano serve de base experiencial para o entendimento de uma gama de conceitos, freqüentemente designados *image-schemas*, tais como DENTRO vs. FORA, CIMA vs. BAIXO, PERTO vs. LONGE, CONTÁVEL vs. MASSA, FUNDO vs. FORMA, PROPORÇÃO, e ORIGEM-CAMINHO-DESTINO (JANDA, 2000, p.6)⁴⁴. Evidenciamos que esses conceitos, à medida que emergem de nossa interação direta com o mundo físico, não são metafóricos, apesar de termos projeções metafóricas desses (e também de outros) conceitos abstratos, conforme exemplificamos mais adiante por meio do conceito MOVIMENTO.

A experiência humana, delineada por esses conceitos, é filtrada pela percepção e, como conseqüência, a língua é caracterizada como uma descrição da **percepção** humana da realidade e não como uma descrição do mundo real propriamente.

Deste modo, os significados codificados por símbolos lingüísticos referem-se, nos termos de Jackendoff (1983 apud GREEN; EVANS, 2005, p.4), à nossa *realidade projetada* isto é, a uma representação mental da realidade, que é construída pela mente humana e mediada pelo nosso sistema perceptual e cognitivo. Isso significa que, quando examinamos um significado, não procuramos uma correspondência entre enunciado e mundo, mas exploramos os modos em que o significado é motivado pelas nossas capacidades perceptual e conceptual (JANDA, 200, p.7) e, portanto, pelo mundo físico (incluindo nesse o nosso corpo).

No contexto da Linguística Cognitiva, o processamento do pólo semântico de um enunciado necessariamente envolve a ativação de uma ou mais esferas coerentes do conhecimento, conhecidas como *domínios cognitivos*. Um domínio cognitivo, que pode ser definido como uma representação mental de como o mundo é organizado (HILFERTY, 2001, p.13) ou como um corpo de conhecimentos responsáveis pela organização de idéias e experiências relacionadas em nosso sistema conceptual (EVANS ; GREEN, 2005) é uma parte indispensável da estrutura semântica (HILFERTY, op. cit., p.16).

Por exemplo, considerando a frase “Abril está chegando”, o conceito ABRIL, que se relaciona ao domínio conceptual de TEMPO – já que o mês de Abril é um evento temporal, deve se incluir no conjunto de conceitos temporais evocados por TEMPO –, por ser um domínio muito abstrato, é entendido em termos de um domínio conceptual relacionado à experiência física concreta (ou menos abstrata). No exemplo, TEMPO é conceptualizado em

⁴⁴ Conceitos (espaciais e relacionais) derivados de nossas interações corpóreas com o meio. Na Linguística Cognitiva, tanto os conceitos quanto os schemas são representados formalmente com letras maiúsculas.

termos do domínio de MOVIMENTO físico, conforme o próprio uso da palavra “chegar”, no contexto de toda a frase, evidencia.

Depreende-se, como conseqüência, que os conceitos não existem no vácuo, mas em relação a outros, mais gerais, terrenos do conhecimento (HILFERTY, 2001, p.13). Assim, os domínios cognitivos mais gerais (como, por exemplo, o domínio de TEMPO) emolduram, ou modelam, os conceitos mais específicos (como, por exemplo, os conceitos SEMANA, SEMESTRE, BIMESTRE, MÊS, etc.).

Além dos domínios conceptuais, para a Lingüística Cognitiva, as categorias cognitivas também fazem parte da estrutura semântica. As categorias humanas tendem a ter estruturas internas definidas e fronteiras obscuras. Uma categoria é motivada e organizada em torno de um membro prototípico, com o qual todos os outros membros mantêm algum tipo de relação, que não é, necessariamente, o compartilhamento de traços comuns (JANDA, 2000, p. 9). O protótipo de uma categoria tem saliência especial, atribuída de acordo com o modo como os homens interagem com os membros de uma categoria. Assim, o conteúdo e a estrutura das categorias variam de língua para língua, mas são convencionais dentro de cada comunidade lingüística.

As categorias não só arranjam individualmente informações, mas também se relacionam umas às outras, participando de hierarquias de categorização, que envolvem níveis subordinados e superordenados.

Por exemplo, a instituição do casamento, envolve todo um conjunto de conhecimentos, crenças e expectativas sócio-culturais que ajudam a delinear e a definir a concepção que temos de casamento. Esses conhecimentos, que englobam a união ou a aliança entre um homem e uma mulher na idade adulta, incluem, em nossa cultura, também a expectativa “até que a morte os separe”, ou seja, de que o casamento seja único e que dure até a morte dos parceiros. Esses conhecimentos e expectativas, segundo Fillmore (1982 apud PETRUCK, 1996, p.2), modelam a concepção que temos da instituição do casamento e, assim, projetam o domínio conceptual CASAMENTO, que usamos como contexto conceptual para compreender, por exemplo, o conceito SOLTEIRO. Assim, é a concepção que temos de casamento que forma a categoria CASAMENTO. Dentro dessa concepção, os membros que não correspondem às expectativas tácitas da categoria (como, por exemplo, o casamento entre duas mulheres ou entre dois homens, o casamento na idade puerícia, o casamento poligâmico, etc.) são julgados membros periféricos, em contraste àqueles que se encaixam nas expectativas - os protótipos (representado, na categoria em questão, pela visão padrão de parte da cultura ocidental de casamento) (LAKOFF, 1987).

Evidencia-se que os protótipos não existem objetivamente no mundo real, mas parecem ser, antes, *efeitos* que têm a ver com julgamentos de representatividade, conforme enfatiza Rosch (1983 apud HILFERTY, 2001, p.20). Por serem *multiplamente motivados*, os membros de uma categoria podem se relacionar com o protótipo de maneiras diversas. O reconhecimento da motivação múltipla de determinados membros de uma categoria nos permite perceber e analisar, por exemplo, os fenômenos de ambigüidade e de sobreposição (JANDA, 2000, p.11).

Em termos de hierarquia, pensando isoladamente na estrutura interna da categoria CASAMENTO, o casamento “padrão” é representado, em nossa cultura, no nível superordenado, se comparado com o casamento homossexual, por exemplo. Já na cultura holandesa, como o casamento gay é liberalizado, não só a concepção de casamento padrão deve ser diferente, como também, para os holandeses, a distância hierárquica entre o casamento homossexual e o casamento heterossexual, pode ser conceptualmente pequena ou até mesmo nula.

Segundo Lakoff (1987, p.68), as estruturas categoriais e os efeitos prototípicos são resultados do modo como organizamos o conhecimento. Conforme evidenciamos, a organização do conhecimento se dá por meio de domínios cognitivos, também denominados *Modelos Cognitivos Idealizados* (MCI) (LAKOFF, 1987). Como, então, um modelo cognitivo e uma categoria conceptual estariam relacionados? Segundo Lakoff, qualquer elemento de um MCI pode, em geral, corresponder a uma categoria conceptual, supondo, por exemplo, que cada MCI constitua um esquema. Nesse paradigma, cada esquema seria caracterizado como uma rede de nós interligados. Cada nó de um esquema particular poderia corresponder a uma categoria conceptual. As propriedades das categorias dependeriam de muitos fatores, tais como: o papel do nó em um dado esquema, a sua relação com outros nós no esquema, a relação do esquema com outros esquemas e a interação global de tal esquema com outros aspectos do sistema conceptual. Nesse modelo, os efeitos prototípicos emergiriam da interação de um dado esquema com outros esquemas no sistema (LAKOFF, 1987, p.69-70).

Assim, cada MCI estrutura um espaço mental. O acesso e a manipulação dos espaços mentais se dão por meio da cognição e do uso da língua. Os espaços mentais são construídos pela experiência perceptual humana e são estendidos através de processos de mapeamentos (*mappings*) construtivos (JANDA, 2000, p.12). Dentre os processos mais significativos, que incluem a metonímia e a “mesclagem” (*blend*), estamos analisando a metáfora.

Para finalizar esta seção, evidenciamos que, diferentemente da estrutura composicional da semântica tradicional, entendida como um repositório de princípios e

condições baseados em valores de verdade entre o enunciado lingüístico e a realidade objetiva, a semântica, na Lingüística Cognitiva, tem natureza gestáltica, o significado e a condição de verdade são relativos ao entendimento “incorporado”, e é igualada a habilidades cognitivas como a conceptualização e a categorização. Consideremos as frases (descritas em HILFERTY, 2001, p.11-12):

- a. “O meu cirurgião é um açougueiro”
- b. “O meu açougueiro é um cirurgião”

Na frase *a*, o cirurgião é considerado inábil em seu trabalho, enquanto na frase *b*, o açougueiro é considerado habilidoso. As interpretações das frases *a* e *b* não são depreendidas a partir da simples soma dos significados das palavras individuais que as formam, à medida que os significados isolados de “o”, “meu”, “cirurgião”, “é”, “um”, “açougueiro”, não indicam nem sugerem qualquer tipo de inaptidão ou habilidade, conforme sugerem as frases como um todo. Então, como esses significados, depreciativo, no primeiro caso, e apreciativo, no segundo, emergem? Com a simples comparação da forma ‘X é como Y’ gramaticalmente estabelecida? A resposta é sim, se as frases *a* e *b* forem analisadas do ponto de vista tradicional. Mas, não, se analisadas do ponto de vista da Lingüística Cognitiva.⁴⁵

Os efeitos, de inaptidão (do cirurgião) produzido na frase *a* e de habilidade (do açougueiro) produzido na frase *b*, não atribuíveis a “cirurgião” e a “açougueiro” isoladamente, emergem naturalmente dos atos do “cirurgião” e do “açougueiro” estarem mesclados. Por mesclagem entende-se a integração semântico-gramatical entre a estrutura gramatical e os elementos constituintes de tal estrutura. Para a Lingüística Cognitiva, esse é um ponto crucial, na medida em que a existência de significados induzidos pela construção, como ocorre com as frases *a* e *b*, sugere que as estruturas sintáticas sejam, por si só, significativas. Consideremos as frases:

- (a’) “O meu cirurgião é açougueiro”
“O meu cirurgião é (também) um açougueiro”
- (b’) “O meu açougueiro é cirurgião”
“O meu açougueiro é (também) um cirurgião”

⁴⁵ Mencionamos que, do ponto de vista interacionista, a resposta também seria não, pois mudam-se o foco e o frame.

Nas frases (a)' e (b'), a falta do artigo indefinido em posição pós-copula sugere que a pessoa literalmente trabalha como cirurgião e como açougueiro. Do ponto de vista lingüístico-cognitivo, é a integração semântico-gramatical, isto é, a semântica incorporada em cada construção particular, que engendra o sentido dos enunciados. Isto quer dizer que as estruturas sintáticas carregam instruções semânticas que, para a Lingüística Cognitiva, são instruções para a construção do conteúdo conceptual (HILFERTY, 2001, p.12). Isso ocorre porque a estrutura semântica é vista como uma estrutura conceptual convencional, que conforme apresentamos, está conectada a estruturas mais gerais do conhecimento, como, por exemplo, aos domínios cognitivos e aos processos de categorização. Os domínios e as categorias, responsáveis pela organização do conhecimento, isto é, pelo armazenamento, acesso e manipulação do conhecimento, por sua vez, constroem espaços mentais encaixados, dentre outros, pelo processo metafórico. Para concluir, as interpretações das frases metafóricas *a* e *b* advêm, assim, da estrutura sistemática do sistema conceptual e, em particular, do processo construtivo metafórico. É nesse sentido que dissemos que o significado é motivado pelas capacidades humanas conceptual e perceptiva.

Logo, investigar a dimensão cognitiva da linguagem significa investigar as estruturas conceptuais e pré-conceptuais que impulsionam o uso lingüístico (SILVA, 1997). Essas estruturas, no âmbito da Lingüística Cognitiva, são caracterizadas, dentre outras formas, como *metáforas conceptuais* e *metonímias conceptuais*.

5.2 O processamento conceptual e a manifestação lingüística da metáfora

*Metaphor is pervasive in everyday life, not just in language but in thought and action. (...) The essence of metaphor is understanding and experiencing one kind of thing in terms of another.*⁴⁶

(LAKOFF ; JOHNSON, 1980, p.3, 5)

No contexto da Lingüística Cognitiva, a metáfora é um fenômeno conceptual, uma propriedade cognitiva, que usamos para falar e para raciocinar sobre conceitos mais abstratos, mais específicos.

Especificada como um modo de organização e de estruturação do conhecimento, da experiência e da linguagem do cotidiano, a metáfora, no universo cognitivo, é definida como

⁴⁶ A metáfora está por toda parte da vida cotidiana, não apenas na linguagem, mas no pensamento e na ação. (...)A essência da metáfora é entender e experienciar um tipo de coisa em termos de outra.

o entendimento de um domínio conceptual, isto é, um domínio do conhecimento ou da experiência, em termos de outro domínio conceptual. Entender uma metáfora significa entender as co-relações estabelecidas entre os dois domínios conceptuais por ela aproximados. Esses domínios, participantes na metáfora conceptual, são comumente denominados *domínio fonte* e *domínio alvo*. O primeiro é o domínio conceptual mais concreto em que esboçamos a expressão metafórica para entender o outro segundo domínio (KOVECSES, 2002, p.5).

Para a Lingüística Cognitiva, o termo “metáfora” significa uma correspondência conceptual, isto é, uma conexão neural ou “mapeamento” (*mapping*) entre dois domínios conceptuais. Nesse universo, a metáfora conceptual deve ser diferenciada da “expressão metafórica”, ou seja, da sua expressão lingüística, que pode ser uma unidade ou expressão lexical, um sintagma ou uma frase. A expressão lingüística da metáfora deve ser entendida como a realização, ou instanciação, do mapeamento entre os dois domínios. Usando a terminologia de Lyons (1977, p.13), enquanto a metáfora conceptual, ou metáfora, constitui um modo particular de raciocinar, gerando tipos de mapeamentos (*type*), a expressão lingüística da metáfora é a manifestação desse mapeamento na fala, ou seja, a realização ou ocorrência de uma metáfora (*token*).

O que significa dizer que um domínio A é entendido em termos de um domínio B? Consideremos as frases compiladas do corpus do NILC ⁴⁷:

- A) Teixeira, embriagado, **atacou** a imprensa paulista, e não exatamente Prósperi, ainda que tenha lançado em sua direção o insulto.
- B) A diferença é que Collor, quando **atacou**, **atingiu** Lula em cheio.
- C) 'Ana Luiza ficou calada e Leopoldo então **atacou**: ' Você não pode decidir nada, você não é nada.
- D) E **defendem** suas fixações com a mais *afiada* arma que possuem: a escrita.
- E) A comédia é o formato ideal para **destruir** as neuroses criadas pelo politicamente correto e pela guerra ao colesterol.
- F) Tenho que ter cuidado com os **contra-ataques**, que são rápidos e muito bem articulados.
- G) A insistência de Osiris sobre os riscos da extinção da Ufir acabou **vencendo** argumentos contrários.
- H) Com sua metralhadora verbal, Jirinovski **contra-atacou**, direcionando a ofensiva contra Clinton e Ieltsin.

Essas frases sugerem uma co-relação ou correspondência entre os atos de argumentar e os atos de guerrear. Como em uma guerra, ao argumentarmos nós ganhamos/perdemos, atacamos/contra-atacamos, defendemos, planejamos, usamos estratégias, consideramos a pessoa com quem argumentamos oponente, etc. É porque pensamos o argumentar a partir do

⁴⁷ Núcleo Interinstitucional de Lingüística Computacional, disponível para consulta no endereço eletrônico <http://acdc.linguateca.pt/acesso/>. Acesso em 8-Ag. 2005.

conceito de guerrear, que parece natural que argumentar seja bélico. Nos termos de Lakoff e Johnson, via metáfora, o domínio conceptual de argumentar (o domínio alvo) é parcialmente construído e entendido em termos do domínio conceptual de guerrear (o domínio fonte). Nesse contexto, as expressões em negrito nas frases A-H são consideradas evidências lingüísticas da estruturação conceptual metafórica do conceito de argumentar em termos do conceito de guerrear. A consistência dessa estruturação pode ser observada nas frases descritas e, com particular êxito, na frase H, que verbaliza elementos próprios do campo semântico de guerrear, conforme evidencia os termos sublinhados.

Assim, dizer que o domínio A é entendido em termos do domínio B significa, primeiro, admitir um conjunto de correspondências (co-relações) sistemáticas entre A e B e, segundo, admitir que elementos conceptuais constituintes de B correspondem a elementos conceptuais constituintes de A. As correspondências entre A e B caracterizam mapeamentos estruturados entre o domínio fonte e o domínio alvo. Nos exemplos A-H, entidades do domínio de argumentar (como, por exemplo, os argüidores, a argumentação, os debatedores) correspondem a entidades do domínio de guerrear (os atacantes, a guerra, os contra-atacantes, respectivamente).

Lakoff e Johnson (1980) nomeiam essas correspondências por meio de mnemônicos da forma DOMÍNIO-ALVO É DOMÍNIO-FONTE, ou DOMÍNIO-ALVO COMO DOMÍNIO-FONTE. Em nossa exemplificação, o nome do mapeamento é ARGUMENTAR É GUERREAR. O mnemônico ARGUMENTAR É GUERREAR é usado para referir ao conjunto de correspondências conceptuais que caracterizam o mapeamento ARGUMENTAR-COMO-GUERREAR. Em Lakoff (1993) as correspondências entre domínios são indistintamente apresentadas ora como “correspondências conceptuais” ora como “correspondências ontológicas”. Por ontologia entende-se uma *especificação explícita de uma conceptualização* (GRUBER, apud VOSSSEN, 1998, p.132) ou ainda um *conjunto de objetos distintos resultante da análise de um domínio [particular] ou de um micro-mundo* (JURAFSKY ; MARTIN, 2000, p.601). Desse ponto de vista, uma ontologia é constituída de conceptualizações potenciais, isto é, de conceptualizações que são lingüisticamente lexicalizadas e de conceptualizações que podem não ser lexicalizadas em uma determinada língua. Por exemplo, o conceito SAUDADE é lexicalizado no português pela forma *saudade*, mas constitui uma lacuna lexical, por exemplo, no inglês.

Pode-se dizer que as correspondências ontológicas que constituem a metáfora ARGUMENTAR É GUERREAR mapeiam a ontologia de guerrear na ontologia de argumentar. Isso significa que padrões de inferências do domínio fonte são relacionados com

padrões de inferências do domínio alvo: o atacante relaciona-se com o argüidor, a guerra relaciona-se com a argumentação, o contra-atacante relaciona-se com o debatedor. Além desses, outros padrões também podem ser relacionados como, por exemplo, os objetivos da argumentação correspondem aos motivos da guerra, as dificuldades da argumentação correspondem aos obstáculos da guerra, etc.

Evidencia-se que as correspondências, que são convencionais, potenciais e estáticas, podem ou não ser ativadas. Quando ativadas, em particular, quando se trata de metáforas convencionais, responsáveis pela produção de sentenças metafóricas usuais, padrões de inferências do domínio fonte são co-relacionados com padrões de inferências do domínio alvo. Quando não ativadas, quando se trata de conceitos idiossincráticos, que podem ser conceitos metafóricos não convencionais, responsáveis, por exemplo, pela produção de metáforas novas, conceitos metonímicos, responsáveis pela produção de sentenças metonímicas, ou conceitos literais, responsáveis pela produção de sentenças literais, não há co-relações entre padrões de inferências. Exemplificamos a seguir cada um desses conceitos que, segundo Lakoff e Johnson (1980), estruturam o sistema conceptual humano.

Os “conceitos metafóricos” são aqueles que **não** são diretamente estruturados, mas que são estruturados e experienciados em termos de outros conceitos, menos abstratos ou mais intuitivos (LAKOFF ; JOHNSON, 1980, p.115). Por serem estáveis, as correspondências estabelecidas entre os dois domínios conceptuais manifestam-se na língua através de um conjunto de expressões metafóricas que são, por convenção, fixas no léxico português. Pode-se dizer que as expressões “atacar/contra-atacar uma idéia”, “defender um ponto de vista”, são ocorrências convencionais da metáfora-tipo ARGUMENTAR É GUERREAR. Considerando essas expressões evidências primárias, as expressões “lançar em (sua) direção” e “afiada arma”, descritas em itálico, respectivamente, nas frases A e D, poderiam ser consideradas evidências lingüísticas secundárias do mapeamento. É o que Lakoff (1993, p. 209) chama de *generalizações polissêmicas*, isto é, generalizações entre expressões lingüísticas semanticamente relacionadas. São generalizações que ocorrem, por exemplo, na frase E, entre “destruir” e “guerra”, na frase H entre “metralhadora”, “contra-atacar” e “direcionar a ofensiva contra”, e assim por diante.

Os “conceitos literais”, contrariamente, são conceitos que são diretamente estruturados ou apreendidos sem a intervenção de outros conceitos. A estrutura dos conceitos literais emerge unicamente da interação do indivíduo com o ambiente e com o espaço físico, como, por exemplo, os conceitos espaciais e orientacionais: DENTRO-FORA, FRENTE-TRÁS,

PERTO-LONGE, CIMA-BAIXO; esses conceitos são responsáveis pela produção de frases literais como “O gato está no tapete”, “O balão subiu”, “A minha casa fica atrás da sua”, etc.

Já os “conceitos idiossincráticos” podem resultar de uma incoerência de um sistema coerente, conforme sugere a frase “My spirits rose” (“Eu me exaltei”) (LAKOFF ; JOHNSON, 1980, p.18), (enunciada, por exemplo, em um contexto em que a pessoa tomou alguma decisão precipitada se saindo mal por isso), que parece ser uma evidência idiossincrática da metáfora (SER/ESTAR) FELIZ É ESTAR PARA CIMA, à medida que a frase significa “estar triste” e não “estar feliz”, conforme a expressão “estar pra cima” comumente significa. Os conceitos não sistemáticos, usados aleatoriamente, são também considerados idiossincráticos. Segundo Lakoff e Johnson (1980, p.55), as expressões “pé da montanha” e “perna da mesa” são instâncias isoladas de metáforas não convencionais do tipo MONTANHA É PESSOA e MESA É PESSOA, em que apenas partes isoladas, no caso, “pé” e “perna”, respectivamente, são usadas no mapeamento. Por serem idiossincráticos, não sistemáticos e isolados, esses conceitos não interagem com outras metáforas, não exercendo qualquer papel ativo no sistema conceptual, contrariamente aos conceitos metafóricos sistemáticos, que são vivos e pelos quais vivemos (LAKOFF ; JOHNSON, 1980, p.55).

Por fim, os “conceitos metonímicos”, assim como os conceitos metafóricos, constituem processos coerentes do sistema conceptual humano, mas diferentemente destes, aqueles emergem de co-relações entre duas entidades dentro de um mesmo domínio conceptual. A co-relação estabelece-se da seguinte forma: uma entidade, geralmente designada *entidade veículo*, é usada para indicar ou para fornecer acesso mental a outra entidade, comumente designada *entidade alvo*. Na metonímia PARTE PELO TODO, lingüísticamente instanciada, por exemplo, na frase “Precisamos de novas cabeças na universidade”, a entidade-parte “cabeça” (que representa a entidade veículo) sustenta a entidade-todo “pessoa” (que representa a entidade alvo). O conceito PARTE PELO TODO pode ser manifestado em outros conceitos como, por exemplo, O ROSTO PELA PESSOA, conforme instanciado nas frases “Sobretudo, era um rosto bom”, “Para ele, Nelson Carneiro é um dos poucos parlamentares que podem se orgulhar de ter uma obra legislativa completa, marcando a mudança na face da sociedade brasileira”, compiladas do corpus do NILC.

Um traço básico entre as entidades (fonte e alvo) relacionadas metonimicamente é que elas estão em um certo grau de proximidade no espaço conceptual (KOVECSES, 2002, p. 144). Por exemplo, a metonímia PRODUTOR PELO PRODUTO, instanciada em frases como “Estou cansada de ler Machado”, pertence a um domínio conceptual, que pode ser nomeado PRODUÇÃO, que é constituído de várias entidades próximas conceptualmente, como o

produtor (no caso, Machado de Assis) e o produto (no caso, uma obra escrita por Machado de Assis). Evidenciamos que esse é o ponto chave que diferencia a metonímia, da ótica da Lingüística Cognitiva, da metonímia, do ponto de vista tradicional. Enquanto a proximidade característica da metonímia é tradicionalmente expressa por meio da argumentação de que duas entidades são contigüamente relacionadas, essa mesma argumentação é, na Lingüística Cognitiva, precisada pelo espaço conceptual. Assim, a diferença principal entre a metonímia e a metáfora, da ótica cognitiva, é que, enquanto a metáfora é definida como o mapeamento entre dois domínios conceptualmente distantes (embora possam ser aproximados, seja pela similaridade real/objetiva, seja pela similaridade percebida, seja por correlações na experiência), a metonímia é entendida como um mapeamento que ocorre entre entidades conceptualmente próximas e contidas em um mesmo domínio conceptual. Entretanto, tanto na metáfora quanto na metonímia, há um mapeamento conceptual que se reflete na língua da seguinte forma: uma expressão lingüística com um significado A expressa um significado B (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p.265).

Esboçamos, nas figuras 7 e 8, uma representação esquemática de um mapeamento metonímico e de um mapeamento metafórico, respectivamente.

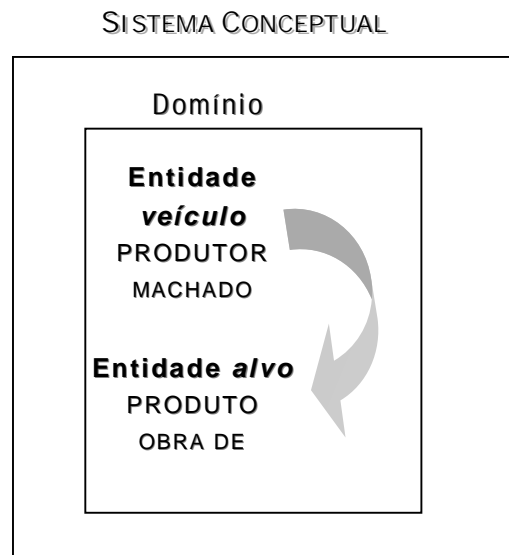


Figura 6: Representação da projeção conceptual do mapeamento MACHADO→OBRA DE MACHADO.

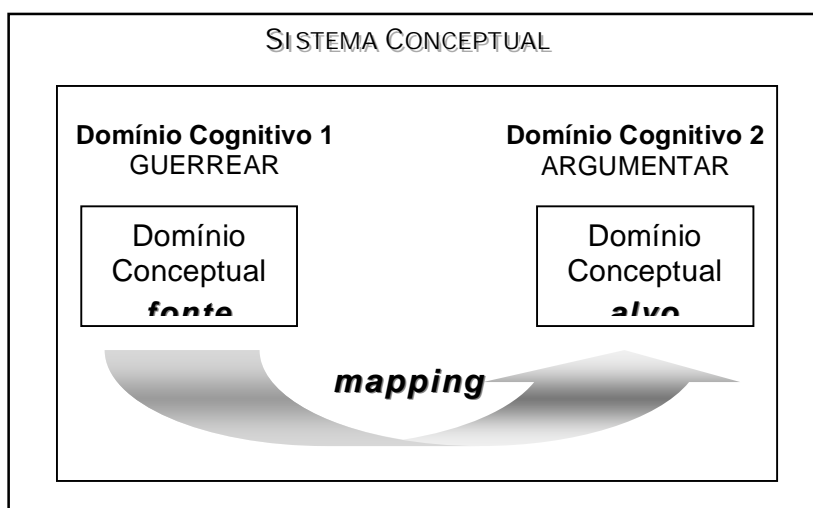


Figura 7: Representação da projeção conceptual do mapeamento entre os domínios fonte GUERREAR e alvo ARGUMENTAR.

Interpretemos as Figuras 6 e 7. O sistema conceptual humano é estruturado em termos de conceitos metafóricos, literais, metonímicos e idiossincráticos. Os conceitos metafóricos e metonímicos são estruturados em termos de domínios conceptuais. Os domínios conceptuais, por sua vez, são estruturados em termos de padrões de inferência. Os conceitos metafóricos são caracterizados como mapeamentos usados para entender um domínio alvo em termos de um domínio fonte, ou, posto diferentemente, para entender um conjunto de entidades em termos de um outro conjunto conceptualmente distante. Os conceitos metonímicos, por outro lado, são caracterizados como mapeamentos usados para fornecer acesso a uma entidade alvo, através de uma entidade veículo, conceptualmente próxima, dentro de um único e mesmo domínio conceptual.

Por serem responsáveis pela estruturação do sistema conceptual em termos de diferentes domínios cognitivos, os mapeamentos metafóricos, que são convencionais e sistemáticos, constituem uma parte fixa de nosso sistema conceptual. A estrutura metafórica dos conceitos é necessariamente parcial, ou seja, apenas algumas correspondências são enfatizadas enquanto outras são camufladas, daí, por exemplo, a metáfora ARGUMENTAR É GUERREAR constituir apenas uma das maneiras de conceptualizar a argumentação. Assim, apesar de serem inconscientes, nós não violamos os mapeamentos que são convencionalmente fixos para uma determinada comunidade lingüística. Isto significa que não é qualquer elemento conceptual do domínio alvo que pode ser co-relacionado com qualquer elemento do domínio fonte. Há restrições sobre as correspondências fixas que as limitam e as precisam,

garantindo que o interior do domínio fonte corresponda ao interior do domínio alvo, o exterior do domínio fonte ao exterior do domínio alvo, e assim por diante. Como consequência, as estruturas dos mapeamentos não são violadas; Lakoff; Johnson (1980) designam esse processo “Princípio da Invariância”.

A estrutura sistemática dos mapeamentos é refletida no léxico da língua, incluindo o léxico de unidades compostas, que contém expressões de forma fixa. As expressões lingüísticas usadas metaforicamente devem estar em conformidade com os mapeamentos ou com as correspondências conceptuais entre fonte e alvo (cf. KOVECSES, 2002, p.9). Por exemplo, os aspectos de interação falante-ouvinte da argumentação, evidenciados em frases como “Não fossem os seus argumentos não teria havido diálogo”, “Ele me ajudou a entender melhor o processo”, “João articula, Júlio discursa”, etc., não são enfocados no mapeamento ARGUMENTAR-COMO-GUERREAR.

Assim, um dos pressupostos centrais que delinea a Lingüística Cognitiva e que sustenta a coerência da teoria da metáfora conceptual, conforme sugere a exemplificação esboçada, é que a forma como a língua é padronizada e o modo como ela é sistematicamente usada, é um reflexo do modo como o sistema conceptual humano é estruturado, que é, por sua vez, em parte, um reflexo do modo como o mundo, incluindo a nossa experiência sócio-cultural, é organizado por nós.

Evidencia-se que, ao sustentar que o fenômeno metafórico é governado por certos princípios regulares (empiricamente constatáveis e cientificamente tratáveis), a teoria da metáfora conceptual subverte a tese tradicional de que o fenômeno metafórico é irregular ou singular (em oposição à regularidade da linguagem literal) (cf. MARTINS, 1999, p.62).

Estabelecendo uma comparação entre o modelo interacionista e o modelo cognitivista, pode-se dizer que, enquanto Black (1962) foi o primeiro a chamar a atenção para o poder cognitivo da metáfora, Lakoff e Johnson (1980) foram os primeiros a atribuírem esse poder ao pensamento comum/cotidiano. De acordo com Lakoff (2001 apud OLIVEIRA, 2001, p.24), [Black] saw metaphor as external to ordinary everyday language and meaning, which was the heart of what I was interested in (...) What influenced me was the discovery that ordinary everyday thought and language, and especially ordinary everyday thought, is structured metaphorically.⁴⁸

⁴⁸ [Black] enxergou a metáfora como externa à linguagem cotidiana e ao significado comum, [idéias] nas quais eu estava interessado (...) O que me influenciou foi a descoberta de que a linguagem e o pensamento do cotidiano e, especialmente o pensamento cotidiano, é estruturado metaforicamente.

Ainda de acordo com Lakoff (2001 apud OLIVEIRA, 1998, p.89-90), à medida que Black sinaliza o “ver como” como um processo geral de conceptualização e, assim, promove uma caracterização da metáfora do tipo “pensamento como linguagem”, ele não só pressupõe a existência de uma verdade sobre o mundo, como também trata indistintamente ambas as dimensões (lingüística e cognitiva), idéias abominadas pela TMC. Além disso, enquanto o modelo interacionista analisa, isoladamente, as linguagens literal e metafórica, respectivamente, como linguagens comum e criativa (como parte da imaginação, da poesia, etc.), a TMC analisa ambas em conjunto.

Outro ponto concerne à direcionalidade do mapeamento metafórico, considerada pelo próprio Lakoff (ibid, p.105), uma crítica ao modelo interacionista de Black.

Por fim, quanto às expressões metafóricas, enquanto a TMC as analisam de modo sistemático, a partir de generalizações conceptuais, o modelo interacionista desconsidera generalizações, analisando cada metáfora, separadamente, como um tipo lingüístico, em oposição a ocorrência (conforme distinguimos no início desta subseção).

**EQUACIONAMENTO DO DOMÍNIO LINGÜÍSTICO-
COMPUTACIONAL**

Seção 6 - A representação formal da metáfora

6.1 Definindo a metáfora para fins representacionais

Para fixarmos aspectos da representação formal da metáfora é necessário, primeiramente, uma definição de metáfora. À medida que a definição “científica” requer todo um arcabouço teórico-metodológico que a sustente, a metáfora só pode ser definida cientificamente dentro de uma concepção particular. É por isso que, em geral, os modelos não respondem à pergunta “como a metáfora é definida?”, pois a metáfora é compreendida quando o modelo é compreendido: a definição emerge da compreensão do modelo. O que muitas vezes se encontra é uma caracterização da metáfora ou um recorte de definição pré-estabelecida (delimitada a partir de um modelo particular ou da miscelânea de modelos), como ocorre na maioria, senão em todos os aplicativos computacionais que, de alguma forma, visam codificar a metáfora.

Um outro ponto que desfavorece a delimitação de uma definição diz respeito a fatos lingüísticos, responsáveis pela variedade de tipos de metáfora lingüística inventariados na literatura. Esses tipos são, tradicionalmente, classificados em dois grupos: o grupo das “metáforas congeladas” (também referidas como metáforas convencionais, cristalizadas, mortas ou literais) e o grupo das “metáforas novas” (também designadas metáforas criativas, poéticas, vivas ou *ad hoc*). As metáforas “Maria está com dor no coração”, “A corrupção deve ser combatida com armas de fogo”, “Laura é uma fera”, “Esse remédio mata os germes”, “Os boatos corriam solto”, “Precisamos amadurecer as idéias”, “A asa da xícara fica do lado de fora”, por possuírem uma interpretação cristalizada, exemplificam o grupo das metáforas congeladas. Já, as metáforas “As células do câncer são os insurgentes iraquianos”, “A sua fúria é um café poderoso”, “Estou com pensamentos octogonais”, “Júlia tem promessas hipocondríacas”, “O céu está gripado hoje”, por não possuírem uma interpretação fixa, exemplificam o grupo das metáforas novas.

Desconsiderando a crueza dessa proposta de classificação da metáfora, que desconsidera os diferentes “graus de metaforicidade”⁴⁹ e tendo em vista os exemplos esboçados, perguntamos: até que ponto é possível ser objetivo frente a essa classificação? E ainda, até que ponto essa classificação sustenta as fronteiras que separam as metáforas, em particular, as metáforas congeladas, das expressões idiomáticas? Por exemplo, considerando a expressão “saia justa”, em uma frase como “Maria ficou na maior saia justa durante a reunião”, será que essa expressão deve ser inserida no grupo das metáforas congeladas ou no grupo das expressões idiomáticas?

Segundo Glucksberg (2001, p.68), o que separa uma expressão idiomática de uma expressão fixa é a natureza “não-lógica” da expressão idiomática, entendida como a falta de qualquer relação discernível entre o significado lingüístico e o significado idiomático.⁵⁰ Seguindo essa definição, a expressão “saia justa” não deve ser classificada como idiomática, já que o significado “situação complicada”, apesar de não ser derivado da composição “saia + justa”, emerge de um esquema de imagem de “impedimento de movimentação” (no sentido conceptual e físico), o que, de certa forma, sugere uma *relação discernível* entre os significados lingüístico e idiomático. O que não ocorre, por exemplo, com a expressão “rei da cocada preta”, exemplificada em “Ele se acha o rei da cocada preta”.

Entretanto, a fronteira que separa as metáforas congeladas das expressões idiomáticas, torna-se, muitas vezes, obscura face à delimitação uniforme (e não gradativa) de ambas (cf. nota 49). Mesmo em vista de tal fato parece-nos, entretanto, que a distinção entre as expressões idiomáticas e as metáforas congeladas constitui o primeiro passo para a delimitação de uma definição de metáfora.

Um segundo passo seria o esboço de uma definição que abarque o mecanismo de produção/compreensão de, pelo menos, algumas metáforas.

Assim, para não nos comprometermos com um modelo particular e também para não formularmos uma definição metafórica *ad hoc*, propomos, para fins computacionais, uma “proto-definição” que visa a explicar o mecanismo de produção/compreensão da metáfora, em particular, no âmbito dos modelos metafóricos tradicional, interacionista e cognitivista (analisados no domínio Lingüístico-Cognitivo), os quais acreditamos ser os mais apropriados

⁴⁹ Por “graus de metaforicidade” estamos entendendo os diferentes níveis ou a gradação das metáforas. Por exemplo, se pensarmos em uma escala metafórica, as duas extremidades dessa escala seriam preenchidas pelos pólos **+metafórico** e **-metafórico**, que representariam a gradação máxima e mínima, respectivamente, dos tipos **metáfora nova** e **metáfora congelada**. Assim, a metáfora “João quebrou o pé da mesa” estaria mais próxima do pólo “-metafórico” que, por exemplo, a metáfora “João é uma baleia”.

⁵⁰ A expressão idiomática é comumente definida como “uma construção, cujo significado não pode ser derivado dos significados de seus constituintes” (GLUCKSBERG, 2001, p. 68)

para fins do PLN. Essa proto-definição poderia ser assim caracterizada: “a metáfora é um mecanismo de co-relação entre duas entidades concretas ou abstratas”.

É a partir dessa proto-definição que os modelos, em geral, fixam suas definições de metáfora. Por exemplo, a teoria tradicional a reescreveria como “um veículo de transferência de similaridades entre dois objetos”, a teoria interacionista, como “um processo de interação entre o foco e o frame” e a teoria conceptual como “um mapeamento conceptual entre os domínios fonte e alvo”. Cada um desses modelos pressupõe um tipo de relação (seja unidirecional, seja bidirecional) entre as duas entidades, genericamente entendidas como objetos, idéias ou conceitos. À medida que a relação envolve algum tipo de transferência, essa proto-definição poderia também ser reescrita como “um mecanismo de transferência de algum tipo de conhecimento entre dois conceitos”. Nesse caso, o termo “conhecimento” seria especificado, nos três modelos, respectivamente, pelos termos “similaridades”, “características” (considerando que os “sistemas de lugares comuns” são constituídos de características) e “estruturas conceptuais”.

Assim, quando analisamos a representação formal da metáfora, é a essa concepção de metáfora, especificada como “qualquer palavra ou expressão que pressupõe, em um enunciado, algum tipo de relação entre duas idéias ou dois conceitos”, a que nos referimos. Mencionamos que essa definição não dá conta da distinção entre a metáfora e a metonímia. Mas, à medida que as relações de inferência metonímica existentes, por exemplo, entre “escola” e “aluno”, em contextos como “A escola exigiu uma explicação do governo”, de certa forma, não deixam de ser metafóricas, acreditamos não haver problemas com essa indistinção.

Evidenciamos ainda que essa proto-definição, aqui fixada, não abrangeria, por exemplo, as abordagens metafóricas sustentadas por Searle e Davidson, já que esses autores não atribuem a metaforicidade a um tipo de relação entre idéias.⁵¹

⁵¹ Se a metáfora (nessas abordagens) fosse para ser entendida em termos de algum tipo de relação, a relação seria interpretada como uma relação falante-ouvinte; mas, ao envolver a instância discursiva e, portanto, um outro nível de análise, o sentido da proto-definição deveria ser redimensionado.

6.2 Especificando a representação formal da metáfora

Para que a informação lingüística possa ser representada em um sistema voltado para o PLN, a natureza da informação investigada deve ser compatível com a arquitetura do aplicativo computacional que irá codificá-la. (cf. OLIVEIRA, 2002, p.8). Como as redes wordnets têm como proposta a representação do conhecimento em termos de campos semânticos (cf. seção 6.4), a representação formal da metáfora deve ser consistente com essa estrutura. Como e em que nível (semântico, conceptual, etc.) acrescentar a metáfora dependem de como a teoria lingüística adotada propõe representar o conhecimento. Como já se avaliou, Lakoff e Johnson (1980), por exemplo, discutem o fenômeno metafórico em termos de “domínios conceptuais” (cf. seção 5.2); já Black (1962), argumenta que a compreensão da linguagem envolve “sistemas de lugares comuns” (seção 3). Nesse sentido, pode-se dizer que é a forma ou a estrutura do conhecimento que norteia a produção e a compreensão da linguagem (WAY, 1991, p.62), e que determina, no âmbito do PLN, a organização e as relações a serem representadas.

Tendo em vista as propostas de representação lingüística do conhecimento (metafórico) analisadas no Domínio Lingüístico-Cognitivo, particularmente nas subseções 2.1, 3.1 e 5.1, bem como da definição de metáfora, esboçada na subseção anterior, especificamos, nesta subseção, o que chamamos “representação formal” da metáfora.

Por representação formal pressupomos dois níveis: (i) um nível lingüístico, em que analisamos como a metáfora pode ser representada na dimensão lexical; e (ii) um nível não-lingüístico, em que investigamos uma forma de representação da metáfora nas dimensões psicolingüística e cognitiva. Mencionamos que, durante a análise dos diferentes enfoques metafóricos, procuramos abordar a metaforicidade nos níveis (i) e (ii), responsáveis pela visão da metáfora, respectivamente, como uma expressão ou um produto lingüístico e como um processo ou um recurso não necessariamente de natureza lingüística, responsável pela produção da metáfora.

Em termos computacionais, a representação da metáfora nos níveis (i) e (ii) dão conta, usando os termos de Fass (1991, p.64), da *representação do conhecimento* necessário para a codificação da metáfora em um sistema voltado para o PLN. Evidenciamos que esse tipo de representação não deve ser confundido com a *estrutura do conhecimento*, que concerne à estrutura lingüístico-representacional do sistema propriamente dito, para o qual se investiga a metáfora. Em outras palavras, enquanto a representação do conhecimento concerne ao modo

como as teorias lingüísticas especificam o conhecimento da linguagem, a estrutura do conhecimento concerne ao modo como o sistema codifica a informação lingüística. Essa distinção constitui, muitas vezes, um impasse para os sistemas que pretendem acrescentar a metáfora em suas bases de conhecimento, já que o modelo lingüístico (adotado para representar a metáfora) é, em geral, adaptado ou “influenciado” pela estrutura interna do sistema.⁵²

À medida que o desenvolvimento de um aplicativo computacional para codificar a metáfora extrapola os limites deste trabalho, a investigação de uma representação formal da metáfora concerne, usando o vocabulário de Fass, à representação do conhecimento.

Assim, as competências necessárias para o desenvolvimento desse estudo de sistematização e de representação foram adquiridas da análise da metáfora dos enfoques retórico-filosófico, interacionista, semântico, pragmático e cognitivista. Seguindo a nossa metodologia, os estudos desenvolvidos no domínio Lingüístico-Cognitivo serviram de subsídios para a investigação da metáfora na esfera dos estudos Lingüístico-Computacionais, delimitada pelos trabalhos de codificação da metáfora no âmbito de sistemas de PLN.

6.3 Análise das propostas de representação da metáfora dos enfoques tradicional e interacionista, no âmbito do PLN.

Conforme discutimos na subseção anterior, a representação formal da metáfora envolve a representação das dimensões lingüística e cognitiva, resultante da análise da metáfora, respectivamente, enquanto um produto lingüístico e enquanto um mecanismo ou processo cognitivo. Seguindo a nossa definição de metáfora (esboçada na subseção 6.1), a representação da relação estabelecida entre duas idéias (expressa no enunciado metafórico) pressupõe a adoção de uma teoria que descreva a metáfora em termos de estruturas, isto é, que proponha representações para os conhecimentos envolvidos na metáfora. Por exemplo, o enunciado “Maria Helena é a gramática em pessoa” é analisado, da perspectiva interacionista, como um produto lingüístico resultante de um processo cognitivo de projeção e de interação

⁵² Por exemplo, a representação da metáfora no âmbito das redes wordnets é direcionada pelo modo como essas redes são estruturadas. Conforme evidenciamos na seção 6.4, os estudos sobre a representação da metáfora nessas redes, utilizam a Teoria da Metáfora Conceptual como *representação do conhecimento*, mas inserem essa proposta dentro da *estrutura do conhecimento*, ou da “forma” WordNet. Ao fazerem isso, a representação da metáfora é influenciada pela estrutura do aplicativo computacional, o que talvez possa ser um indício ou uma das causas da representação ainda insatisfatória da metáfora.

de implicações, especificadas como “sistemas de lugares comuns”, entre o foco metafórico (expresso pelo conceito GRAMÁTICA) e o frame literal (expresso pelo conceito MARIA HELENA).

Partindo de tais pressuposições e tendo em vista os modelos de metáfora analisados no Domínio Lingüístico-Cognitivo, as concepções que se mostram consistentes com uma representação formal são três: a tradicional, a interacionista e a cognitivista. Como um dos aspectos abordados na discussão dos diferentes enfoques sobre a metáfora recaiu sobre a própria representação da metáfora, conforme pontuamos precisamente nas subseções 2.2 e 3.1, nesta seção examinamos as propostas de representação (dos enfoques especificados), em particular, no âmbito do PLN.

Do ponto de vista tradicional (subseção 2.2), sugerimos representar a metáfora em função do Diagrama de Venn. A representação gráfica, *per se*, lá esboçada na Figura 2, não é relevante para os nossos objetivos de representação, mas, antes, o seu conteúdo. Nesse sentido, a importância do Diagrama de Venn está no modo como ele pode ser descrito: “as relações de um conjunto *A* e de um conjunto *B* que possuem alguns (mas não todos) elementos em comum” (WIKIPEDIA, <http://en.wikipedia.org/wiki/Venn>). Essa proposta, cuja coerência está na concepção nela embutida, da ótica tradicional, poderia ser ainda especificada como “As relações (comuns e distintas) existentes entre *A* e *B*, em uma metáfora do tipo *A* é *B*”. Essa especificação, que admite (a) a existência de dois elementos, que podem ser aproximados, (b) o compartilhamento de características entre ambos os elementos, (c) a igualdade de características e (d) a divergência de características, pressupõe, por sua vez, a existência de um mecanismo que interprete (a), (b), (c) e (d) de forma coerente. No paradigma tradicional, a concepção de metáfora, que impulsiona e dá coerência a essa forma de representação, analisa-a como um recurso de aproximação entre dois elementos parcialmente semelhantes, ou ainda, como um modo de transferência de similaridades.

Assim, representar formalmente a metáfora, do ponto de vista tradicional, definida como um “recurso de transferência de similaridades entre dois elementos que podem ser lingüisticamente aproximados”, significa registrar (como parte do conhecimento do sistema) os traços inerentes a cada palavra do léxico do português, para quando fossem aproximadas, por meio da estrutura gramatical de forma *A* é *B*, os traços de cada uma das duas palavras envolvidas na construção fossem comparados e, a partir da intersecção de traços, serem ou não sancionados pela metáfora. Esse empreendimento, no domínio lingüístico-computacional seria ilusório por, pelo menos, dois motivos: (i) porque talvez não sejamos capazes de especificar precisamente o quê transferir do veículo para o tópico e (ii) porque a

metaforicidade emerge do enunciado como um todo, não sendo reconstituída a partir da recuperação e da combinação de propriedades pré-existentes, conforme especificamos na subseção 2.2, por meio do exemplo “A geada é um manto de prata”. Tais motivos decorrem, por sua vez, do próprio modo como entendemos/interpretamos as metáforas. Por exemplo, em uma frase como “Joana é um anjo”, entendemos que propriedades de anjo são atribuídas à Joana mesmo sem saber exatamente que propriedades são essas. Assim como na frase “José está comendo” não é necessário saber exatamente *o que* José está comendo para que se entenda o que está sendo dito, “Joana é um anjo” não leva a uma determinação única/exclusiva das propriedades angelicais de Joana.

Segundo Miller (1993, p.392) o processo interpretativo não deve ser visto como uma busca por uma única interpretação - não deve se restringir a uma ou a outra similaridade – mas ser entendido como uma busca pelos conhecimentos que restringem e especificam tal relação, em última instância, pela verificação de alguma similaridade.

Tentemos, então, formular uma representação formal da metáfora utilizando o modelo interacionista. Conforme evidenciamos na subseção 3.1, esse modelo propõe representar o conhecimento (envolvido no enunciado metafórico) em termos de *sistemas de lugares comuns* (BLACK, 1962). Isso significa que é a partir da invocação desses sistemas - também entendidos como *complexos de implicações* (INDURKHYA, 1988, p. 129) ou ainda como *campos semânticos* (RICOUER, 1976, p.145) - e da análise das relações entre eles que a metáfora é compreendida. No vocabulário de Ricouer, a *congruência metafórica* entre dois campos semânticos é obtida através da aproximação semântica entre duas idéias, cuja distância lógica (entre elas) era remota.

Nesse paradigma, a interpretação, por exemplo, do enunciado “O meu trabalho é um sonho” (cf. Figuras 3 e 4, subseção 3.1) requer a invocação do sistema de lugares comuns, ou seja, das crenças e conhecimentos associados ao foco metafórico “sonho” para que, a partir desse sistema, um outro sistema (correspondente) sobre o frame literal “trabalho” seja construído. Assim, enquanto características do frame adquirem forma, mudanças no foco são produzidas. Desse ponto de vista, é a interação entre o conjunto de características de “sonho” e o conjunto de características de “trabalho”, que permite que a frase metafórica seja codificada. Nos termos de Cohen (apud RICOUER, 1976, p.143) é essa aproximação, que no enunciado metafórico estabelece um “parentesco” entre idéias heterogêneas, que resulta em uma *pertinência semântica*.

Pensando, então, em um sistema computacional, perguntamos: como codificar a “congruência metafórica” considerando que é a interpretação do enunciado metafórico, e,

portanto, das idéias co-relacionadas e aproximadas no enunciado, que constrói o conhecimento ou que cria a nova “pertinência semântica”?

Em termos representacionais, a diferença entre o modelo tradicional e o modelo interacionista é que, enquanto o primeiro compara similaridades (simples) existentes entre o tópico e o veículo, o segundo evoca um complexo de similaridades que é criado na aproximação de ambos no enunciado. Assim, enquanto no modelo tradicional, a metáfora é codificada a partir da codificação da intersecção de traços, no modelo interacionista, a metáfora é codificada a partir da representação dos traços que são interagidos no enunciado metafórico. À medida que a interação implica a semelhança ou o *parentesco* (COHEN, *ibid*, p.143) de características e não, necessariamente, a igualdade de características, o modelo interacionista apresenta um problema adicional frente à representação computacional da metáfora.

Mencionamos que um léxico computacional sistematicamente estruturado em termos de relações semântico-conceituais de semelhança e de hierarquia, por exemplo, à medida que dá conta de inferências, pode recuperar parte do conhecimento envolvido no processo de interação, pensando em particular no modelo interacionista. Mas, à medida que o conhecimento é produzido na interpretação da metáfora, em termos representacionais, mesmo admitindo esse tipo de léxico, a codificação da metáfora ainda enfrentaria problemas com os tipos de conhecimento a serem codificados. Por exemplo, quais conhecimentos ou características estariam por trás da interpretação/ codificação do enunciado “Um a um somos mortais, juntos somos eternos”? Assim, a questão da semelhança, do ponto de vista computacional, envolve, inevitavelmente, a recuperação e, de certa forma, a precisão das características co-relacionadas no enunciado metafórico.

Abrimos um parêntese, a título de ilustração, evidenciando que uma rede neural, diferentemente de um sistema de manipulação de informações que tem como formalismo a representação do conhecimento de forma estruturada, o qual está sendo usado como paradigma para a representação formal da metáfora, é capaz de recuperar similaridades, através de comparações e analogias. Por exemplo, considerando o enunciado “Gorilas gostam de bananas; e chimpanzés?” (DIAS, 2000, p.32), enquanto o sistema computacional de base estruturada precisa que a informação sobre a preferência alimentar dos chimpanzés esteja incluída no corpo de conhecimentos do sistema para que gere uma resposta (*output*), o sistema computacional de base neural (conexionista) é capaz de estender a informação sobre o gosto por bananas de um animal para outro, através da comparação das características comuns a gorilas e chimpanzés (DIAS, 2000, p. 38-40).

No que concerne à representação do conhecimento, deste modo, os enfoques evidenciados mostram-se produtivos frente à representação formal da metáfora; entretanto, mostram-se impotentes frente a sua codificação computacional, uma vez que não admitem nenhum tipo de generalização. Tanto a teoria tradicional quanto a teoria interacionista caracteriza a metáfora como uma ocorrência e não como um tipo, o que constitui um obstáculo para fins computacionais.

Assim, o modelo que parece ser, de fato, interessante na esfera do PLN é o cognitivista, à medida que propõe generalizações lingüísticas. Ao analisar as expressões metafóricas como instâncias lingüísticas de mapeamentos conceptuais particulares, ou seja, como ocorrências que podem ser agrupadas por um único tipo, o modelo cognitivista, antes de analisar cada metáfora isoladamente, propõe uma análise em conjunto. Esse tipo de proposta, que tem como base, a representação do conhecimento em termos de domínios conceptuais, mostra-se consistente no âmbito do PLN, à medida que dá conta de alguns tipos de inferência (como a metonímica, por exemplo) e de alguns tipos de polissemia (como os causados por extensão de sentido).

Assim, propomos analisar o modelo cognitivista em função da estrutura da teoria dos Campos Semânticos (KITTAI, 1989) no âmbito das redes wordnets. Para tanto, apresentamos, primeiramente, o modelo lingüístico dessas redes e, em seguida, analisamos como estudos propõem codificar a metáfora nas wordnets, para então, especificarmos a nossa proposta de representação formal da metáfora.

Apenas evidenciamos, para finalizar esta subseção, que a maioria dos modelos computacionais voltados para o PLN, no que concerne o processamento da metáfora (no sentido explicitado na subseção 1.3, p.51), pressupõe a superioridade do processamento literal em detrimento do figurado. Esses modelos partem da hipótese de que toda e qualquer frase possui um significado literal bem definido e que o cômputo desse significado constitui um estágio obrigatório para o entendimento dos enunciados não literais (cf. também a abordagem pragmática de Searle). Essa concepção é usada em sistemas que analisam a informação lingüística a partir de um filtro que discrimina a informação literal da informação figurada em estágios ordenados. O *Met** (FASS, 1991), por exemplo, um sistema computacional desenvolvido para discriminar a informação metafórica da metonímica, distingue as relações semânticas obedecendo a seguinte ordem: (1) discrimina-se, em primeiro lugar, a relação literal, (2) se algum tipo de inferência metonímica for detectada, discrimina-se, em segundo lugar, a relação metonímica, (3) não sendo correspondida, em seguida, busca-se alguma

analogia relevante, que pode desaguar (3.a) na relação metafórica ou (3.b) na relação anômala.

Esse é um exemplo de como a concepção de metáfora de Searle é *secundariamente* representada. À medida que não propõe uma representação do conhecimento metafórico, como o faz, por exemplo, as teorias interacionista e cognitivista, a concepção de metáfora de Searle, definida como “o produto resultante da interpretação literal e da enunciação metafórica”, serve apenas como ponto de partida para a análise de outros modelos, ou seja, de pano de fundo para as representações principais.

6.4 A estrutura lingüística da rede WordNet

As redes *wordnets* são bases relacionais de dados lexicais que visam a sistematizar uma parcela do léxico de uma língua natural em função das relações (i) léxico-semânticas, de sinonímia e antonímia, e (ii) lógico-conceptuais, de hiperonímia, hiponímia e meronímia (LYONS, 1977; CRUSE, 1986), que podem ser inferidas a partir do significado das unidades ou entradas lexicais que formam os conjuntos de sinônimos que constituem a rede (FELLBAUM, 1998).

As unidades lexicais são estruturadas em função da sinonímia, codificada em *synsets* (*synonym sets*), que são conjuntos de palavras agrupadas pela relação de sinonímia, assim especificada: duas unidades lexicais (palavras ou expressões) são sinônimas se puderem ser substituídas em um dado contexto, como o de uma frase, por exemplo, sem significativa alteração do conteúdo proposicional expresso pela frase nesse contexto (FELLBAUM, 1998). Assim, o sentido de uma unidade lexical é apreendido por meio de sua relação com outras unidades, circunscritas a uma mesma categoria lexical: *o sentido emerge do complexo de relações que a rede permite exprimir* (MARRAFA, 2001, p.19). Cada *synset*, deste modo, é construído de modo a evocar um único sentido, que pode ser também recuperado por um rótulo conceptual, implementado em termos de *glosas*. Além dessa informação de natureza semântica, registra-se também uma informação contextual - uma frase-exemplo para cada unidade constituinte de cada *synset*.

Do ponto de vista representacional, cada *synset* é implementado na rede como um “nó”. O *synset* {morto, exausto, esgotado, nas últimas,}, registrado na rede WordNet⁵³, por exemplo, como o nó 3, significa “muito cansado” (exemplo “Eu fiquei morto depois daquela longa viagem”); cada uma das entradas lexicais incluídas nesse *synset* deve, no contexto ilustrado, refletir o sentido 3. A ligação entre os diferentes nós da rede, realizada por meio das relações léxico-semânticas e lógico-conceptuais, constituem “arcos”. Do ponto de vista funcional, cada vez que uma das unidades agrupadas em cada nó é ativada, outras unidades, que com ela constituem o nó, são imediatamente (também) ativadas. Do mesmo modo, cada nó pode ativar outros nós. Por exemplo, o nó 20, que representa o *synset* {morto, sem vida}, glosado como “falta de animação, agitação ou atividade” (exemplo “Estando a festa morta,

⁵³ Ressalta-se que a rede WordNet (MILLER e FELLBAUM, 1991) foi desenvolvida para o inglês norte-americano na Universidade de Princeton. A versão 2.1 da rede está disponível para consulta on-line no endereço eletrônico: <http://www.cogsci.princeton.edu/cgi-bin/webwn>.

fomos embora mais cedo”), ativa o sentido antônimo “com vida, entusiasmo, vigor”, evocado pelo synset {animado}, representado pelo nó 20’.

Seguindo esse modelo, várias redes wordnets têm sido construídas. Destaca-se a rede *EuroWordNet* - uma base de dados multilíngüe que reúne redes wordnets criadas para grande parte das línguas da Unidade Européia (VOSSSEN, 1998): alemão, espanhol, estoniano, francês, holandês, italiano, português europeu e tcheco.

No nível inter-lingual, wordnets de diferentes línguas podem ser interconectadas através de um indexador que estabelece as possíveis equivalências semânticas entre os synsets de cada uma das redes envolvidas. Esse índice inter-lingual (Inter-Lingual-Index), ou ILI, implementado na *EuroWordNet*, codifica a conexão entre os synsets de diferentes wordnets. O ILI registra todos os synsets da versão 1.5 da rede WordNet de Princeton, mas não as relações entre eles (os synsets são dispostos em listas). Cada synset de uma wordnet específica é associado ao synset do ILI que representa o mesmo conceito. Logo, redes distintas podem ser interconectadas por meio desses ILIs, que possibilitam a estruturação das diferentes redes em termos de hierarquias de conceitos. Via o ILI, sentidos recortados em uma língua podem ser conectados com sentidos correspondentes recortados em outras línguas. Como cada rede wordnet é desenvolvida de forma relativamente independente, de acordo com estruturas lingüisticamente específicas, as incompatibilidades de ordem lingüística são enfraquecidas em um nível de conhecimento independente de língua, representado pela ontologia geral, isto é, a *Top Ontology*, uma hierarquia de conceitos (independentes de língua) que refletem importantes distinções semânticas.⁵⁴

6.5 A codificação da metáfora nas redes wordnets

A manipulação da informação conceptual em recursos lexicais voltados para o PLN pode não dar conta da interpretação das expressões metafóricas, ou porque não estão codificadas na base, ou porque a codificação proposta não é suficientemente precisa para captar a metáfora. No âmbito das redes wordnets, esses problemas são agravados em função: (i) da falta da codificação ou codificação inconsistente da metáfora: nem todos os sentidos

⁵⁴ Os conceitos registrados na Ontologia foram compilados seguindo um critério pragmático de operacionalidade ou de importância para a rede: *um conceito é importante se ele for amplamente usado, tanto diretamente, quanto como uma referência para outros conceitos também amplamente usados. A importância é, deste modo, refletida na habilidade de um conceito funcionar como âncora para sustentar outros conceitos.* (VOSSSEN, et al, 1998, p. 124).

metafóricos “bem estabelecidos”⁵⁵ estão codificados; (ii) da necessidade de uma estrutura que possibilite a representação da metáfora: não há conexões entre sentidos literais e sentidos metafóricos, o que impossibilita a conexão entre os domínios fonte e alvo.

Para solucionar ou pelo menos minimizar os problemas apontados, informações mais precisas e consistentes (extraídas de *corpus*) estão sendo analisadas de acordo com a TMC e formalmente codificadas nas wordnets. (ALONGE ; CASTELLI, 2002; LONNEKER, 2003; LONNEKER ; EILTZ, 2004; ALONGE ; LONNEKER, 2004 a,b). A base de dados *Hamburg Metaphor Database* (HMD)⁵⁶, uma base de dados metafóricos (do francês e do alemão), organizada em domínios conceptuais, é um dos recursos de análise da sistematicidade da representação das metáforas e dos mapeamentos metafóricos potenciais nas wordnets e de avaliação da informação codificada na EWN. Por meio dessa base, é possível comparar os sentidos codificados nas wordnets e as ocorrências compiladas em *corpora*. Como paradigma de análise dos domínios conceptuais, a HMD utiliza a lista de metáforas *Berkeley Master Metaphor List*⁵⁷, uma lista de metáforas conceptuais, organizadas em torno dos domínios fonte e alvo, e de expressões metafóricas. Para suprir as inconsistências dessa lista, um sistema de dados do alemão também é utilizado para acrescentar os domínios não registrados na base de Berkeley.

Lonneker e Eiltz (2004) pontuam os principais problemas, detectados durante a construção da HMD, que complicam a codificação da metáfora nas redes wordnets:

(a) falta de glosas e escassez de relações, que, no âmbito da EWN, complica a codificação de relações entre os synsets, à medida que muitos deles apresentam inconsistências de ordem semântica (tornam-se ambíguos ou incompletos), quando analisados isoladamente.

(b) inconsistência na codificação das relações literal-figurado: alguns synsets que evocam sentido metafórico codificam relações semântico-conceptuais com synsets claramente literais, como ocorre com o synset metafórico *{dead}* (“morto”), glosado como “fora de uso ou de operação em decorrência de dano ou falha”, exemplo “um motor morto”, que se contrapõe ao synset literal antônimo *{functioning}* (“que funciona”), glosado como “que realiza ou capaz de realizar sua função regular”, exemplo “uma lanterna que funciona”⁵⁸.

⁵⁵ Metáforas produzidas pela extensão/derivação de um sentido literal relacionado (casos de polissemia regular). Exemplo: “Ele nos deixou (‘foi embora’ ou ‘morreu’) após algum tempo”.

⁵⁶ A base de dados de Hamburgo registra, além de frases-exemplo do francês e do alemão, os synsets codificados na EWN. Rótulos para os domínios fonte e alvo (da metáfora) também são contemplados nessa base, disponível para consulta on-line: http://www.rz.uni-hamburg.de/metaphern/index_en.html.

⁵⁷ Disponível para consulta on-line no endereço eletrônico: <http://cogsci.berkeley.edu/lakoff/>

⁵⁸ Synsets compilados da rede WordNet de Princeton.

Allonge e Lonneker (2004), ao analisarem as palavras *nascita* (nascimento) e *nascere* (nascer), na rede wordnet italiana, observam que os sentidos de *nascita*, registrados na rede, cobrem todas as ocorrências do *corpus*. Em particular, um dos sentidos, glosado como “nascimento, primeiro período”, expressa, nos termos de Berkeley, a metáfora conceptual CRIAR É NASCER. Esse sentido de *nascita*, apesar de ser uma extensão (metafórica) do sentido literal, especificado como “o evento de nascer”, não possui, entretanto, uma ligação que indique essa relação (de derivação de sentido) na EWN.

Para relacionar os synsets literais e metafóricos e, assim, representar a informação conceptual na rede EWN, Alonge e Castelli (2002) sugerem traçar generalizações conceptuais no nível do ILI. Propõem a criação de ILIs compostos (os CILIs), para agrupar um ILI literal (representado por um synset literal) e um ILI metafórico (representado pelo synset metafórico correspondente). A criação de CILIs seria uma forma sistemática de lidar com os mapeamentos metafóricos, uma vez que cada domínio envolvido no mapeamento é linguisticamente representado por um synset: o domínio fonte, por um synset literal, e o domínio alvo, por um synset metafórico. Menciona-se que na EWN, ILIs compostos foram criados para representar os sentidos metonímicos relacionados por polissemia regular, que ocorre, por exemplo, com o lexema “universidade”, usado para denotar tanto à unidade física (a construção), quanto à unidade institucional (a corporação).

Via ILI, synsets literais e metafóricos agrupados seriam também ligados a conceitos relevantes registrados na ontologia geral. Uma vez que um synset de uma língua específica é ligado a outro por meio de um ILI, a base de dados da EWN automaticamente pode gerar a relação de equivalência adicional “EQ_METAPHOR” para conectar os dois synsets. Quando a relação de equivalência (gerada automaticamente) não se aplica a uma determinada língua, ela pode ser apagada manualmente, já que se trata de uma relação potencial.

Na Figura 8, representamos como as ligações propostas devem ser codificadas nas redes wordnets, através da análise do substantivo “guerra”. Seguindo a estrutura da EWN, ilustramos como os sentidos literal (S1) e metafórico (S2) de “guerra” podem ser relacionados (individualmente, em cada rede, e entre diferentes redes). Como recorte, representamos os synsets literais e metafóricos com a unidade “guerra” nas wordnets brasileira {guerra} e americana {war}. Na figura, enquanto, {guerra 1}, refere-se ao “conflito militar”, {guerra 2}, refere-se ao “conflito político”; o mesmo se aplica a {war 1} e {war 2}. Assim, como S1 e S2 relacionam-se por extensão metafórica de sentido, a ligação “derivado do literal” (DERIVADO_DE) é codificada entre ambos. No nível inter-lingual, S1 e S2 podem ser relacionados, respectivamente, aos synsets {war, warfare} e {dispute, conflict}, conforme

sinaliza \leftrightarrow . Esses synsets, que são agrupados em um CILI, refletem, por sua vez, os domínios fonte e alvo da metáfora conceptual UM CONFLITO POLÍTICO É UMA GUERRA, respectivamente representados como ARMED CONFLICT e ACTIVE STRUGGLE. A direcionalidade do mapeamento pode ser mantida através da relação “derivado do literal”. Por meio de uma relação de “equivalência metafórica” (EQ_METAPHOR), o CILI induz, sobre os synsets das wordnets específicas, o sentido correspondente ao sentido produzido pelo mapeamento metafórico, que desencadeou o mecanismo. Dessa maneira, é possível especificar as diferentes correspondências, graficamente representadas na Figura 8, pelos diferentes tipos de conexões nela descritos.

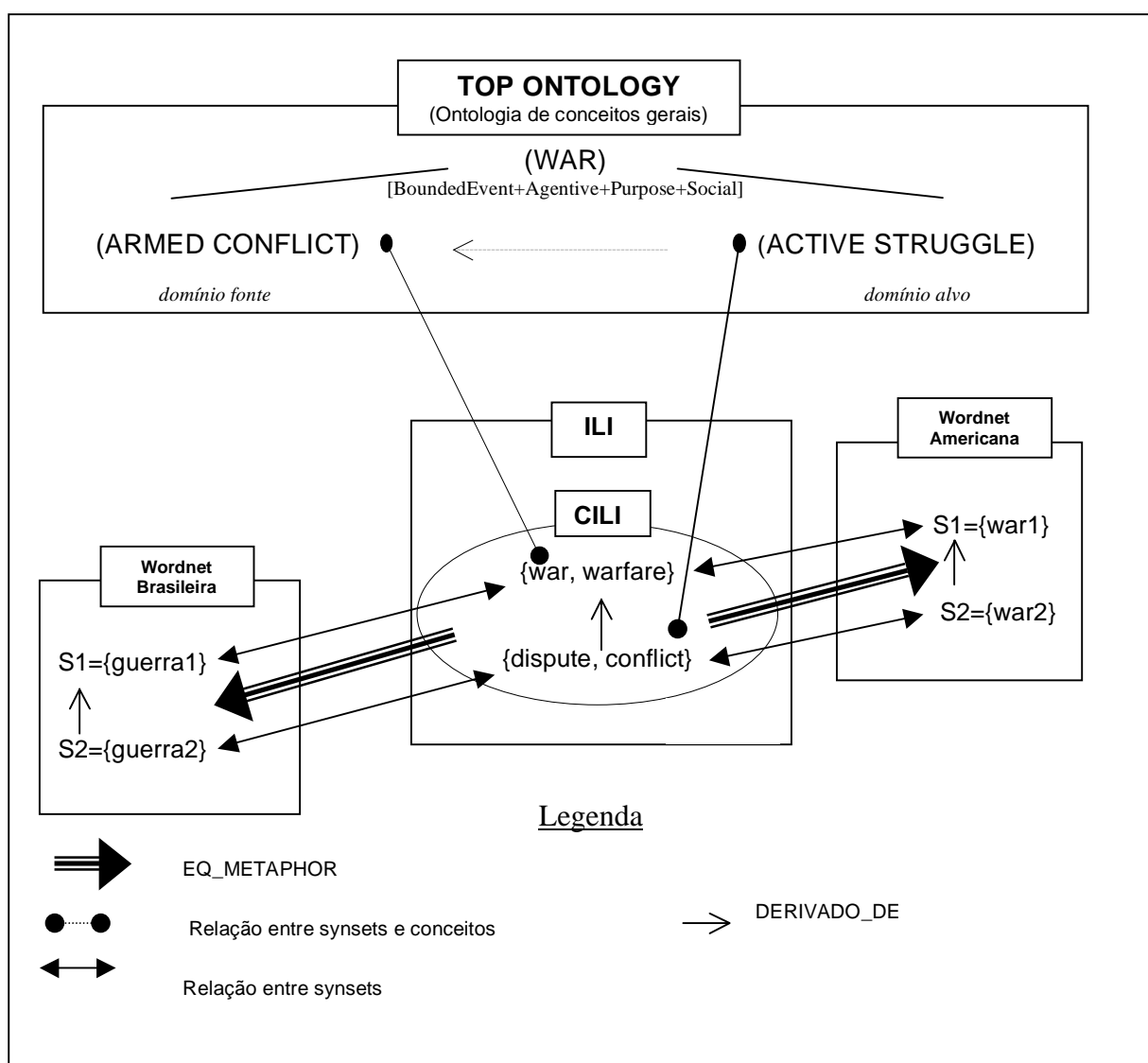


Figura 8: Codificação da metáfora em uma rede WordNet

Assim, (i) no **nível intra-lingual**, codificam-se as relações entre synsets literais e synsets metafóricos no âmbito de cada rede wordnet particular; (ii) no **nível inter-lingual**, agrupam-se os synsets correspondentes (literais e metafóricos) em CILIs no âmbito de diferentes wordnets; (iii) no **nível conceptual**, relaciona-se os synsets do CILI aos seus respectivos conceitos, representados na Ontologia Geral. É no nível conceptual (refletido, no âmbito das redes wordnets, pelos synsets) que os mapeamentos metafóricos são, portanto, codificados.

6.6 Proposta de representação formal da metáfora

Tendo em vista as considerações e questões suscitadas na subseção 6.3 e pressupondo que as restrições de como falamos e escrevemos não são impostas pelos limites da língua, mas pelos modos como, de fato, conceptualizamos as nossas experiências (GIBBS, 1994, p. 8), e que um desses modos é metafórico e tanto motiva quanto restringe a forma como pensamos criativamente (LAKOFF; JOHNSON, 1980), apresentamos, nesta subseção, uma proposta de representação formal da metáfora, baseada no modelo cognitivista.

Partindo da hipótese de que as regularidades lingüísticas dependem (i) do uso de estruturas conceptuais (como de modelos cognitivos e de metáforas conceptuais) e (ii) da investigação de ocorrências de expressões metafóricas (extraídas de *corpus*), esta proposta, de natureza lingüístico-computacional, é motivada, do ponto de vista lingüístico, pelo modelo cognitivista de metáfora, proposto por Lakoff e Johnson (1980) e, do ponto de vista representacional, pela proposta de estruturação dos campos semânticos (KITTAI, 1989) e pela estrutura das redes wordnets.

Em linhas gerais, de acordo com Kittay (1989, p.229), um campo semântico é composto por domínios-conteúdos (*content domains*), que são articulados por campos lexicais. Um campo lexical constitui um “conjunto de rótulos”, entendidos como itens lexicais não interpretados (ibid, p.224). A interpretação de um elemento de um dado campo lexical é dada, nesse contexto, a partir de um domínio particular (ibid, 225). Seguindo essa estrutura, Kittay argumenta que quando dois campos lexicais (L1 e L2), que compreendem um mesmo domínio-conteúdo (C), forem isomórficos, tais campos devem definir o mesmo campo semântico (S). Em termos formais, se $L1=L2$ e $L1=C$ e $L2=C$, então $L1=S$ e $L2=S$. Por outro lado, se não houver isomorfismo, os dois campos lexicais que compreendem um mesmo domínio-conteúdo, devem definir, necessariamente, diferentes campos semânticos. Assim, se $L1 \neq L2$ e $L1=C$ e $L2=C$, então $L1=S1$ e $L2=S2$.

Tendo essa estrutura em mente e partindo da proposta de representação do conhecimento em termos de domínios conceptuais (descrita na subseção 5.2), esboçamos como esses constructos, quando inseridos na estrutura de uma rede semântica, podem subsidiar a representação computacional de algumas metáforas lingüísticas, através da codificação de metáforas conceptuais. Para tanto, propomos que a codificação ocorra da seguinte forma: (i) partindo de um banco de metáforas conceptuais, (ii) monta-se, para cada especificação conceptual do domínio alvo, um campo semântico, (iii) verifica-se qual dos campos lexicais (constituintes do campo semântico) aponta para o sentido expresso no domínio fonte, (iv) faz-se a ligação entre as unidades do campo lexical, que reflete o mapeamento conceptual, e as metáforas lingüísticas instanciadas pelo mapeamento.

Para ilustrar essa proposta de representação, apresentamos (na Figura 9) o campo semântico da especificação semântico-conceptual ARGUMENTAR, que pretendemos que exemplifique a análise do mapeamento ARGUMENTAR É GUERREAR, usado como paradigma da representação proposta.

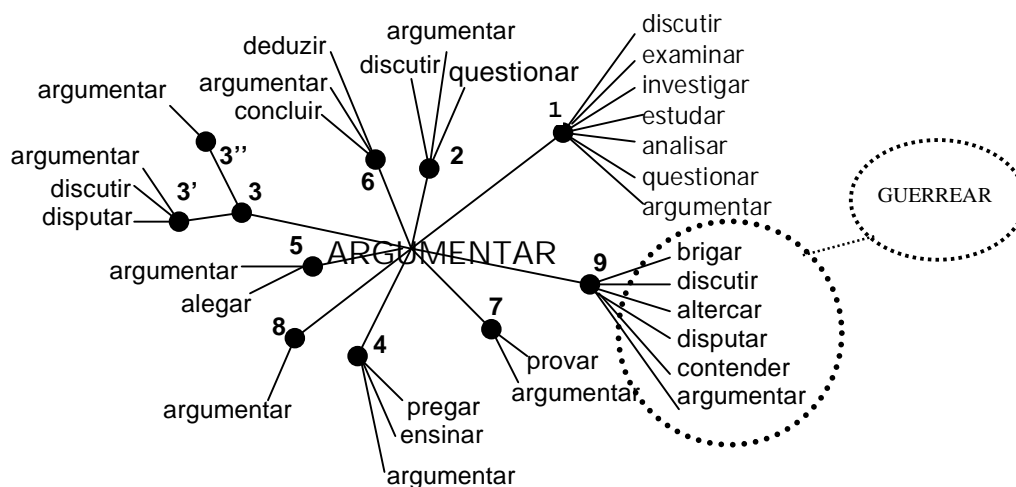


Figura 9: Representação formal do campo semântico de “argumentar”

Glosagem dos 9 nós do campo semântico de “argumentar”,⁵⁹

Glosa do nó 1: examinar pormenorizadamente; analisar questionando. Ex: “Mais adiante deverei **argumentar** com maior profundidade a afirmação de que o único teste relevante de validade de uma hipótese (note o «único») é a comparação de suas previsões com a experiência.”

⁵⁹ A metodologia seguida para a construção desse campo semântico é esboçada no apêndice A.

Glosa do nó 2: iniciar/expor uma argumentação.Ex: “Mas, só para **argumentar**, vamos aceitar o estapafúrdio argumento”.

Glosa do nó 3: ter/apresentar um argumento sobre alguém ou sobre algo. Ex: “O senador pretende **argumentar** a inexistência de cédulas na votação”.

Glosa do nó 3': apresentar uma argumentação (fatos, idéias, provas) sobre alguém/algo que comprove uma afirmação ou tese. Ex: “Renato Janine Ribeiro tem **argumentado** com eloqüência e razão, ao distinguir entre a imoralidade cotidiana, pessoal, que nos envolve quando pagamos um cafezinho ao guarda de trânsito, e a imoralidade institucional, sistemática, que orienta as decisões de Estado.”

Glosa do nó 3'': apresentar uma argumentação (fatos, idéias, provas) sobre alguém/algo em objeção a outra(s) argumentação(s); sustentar controvérsias. Ex: “A solução pode até mesmo parecer escapista, mas é muito difícil **argumentar contra** ela.”

Glosa do nó 4: ensinar sob a forma de argumentos. Ex: “Como **argumentava** Churchill, a democracia só pode ser considerada o pior dos regimes se os outros não forem levados em conta.”

Glosa do nó 5: apresentar como argumento; alegar. Ex: “Ele me mandou correr e eu me recusei, **argumentando** que não estava fazendo nada demais.”.

Glosa do nó 6: tirar as conseqüências de um princípio ou fato, chegar a uma conclusão. Ex: “Quanto maior a amplitude, menor a eficácia das investigações», **argumentou:** Tudo leva ao caos», **argumentou.**”

Glosa do nó 7: servir de argumento ou prova. Ex: “Ano após ano os generais da aliança **argumentavam com** estatísticas mostrando o crescimento do poder soviético e pedindo mais verbas para a defesa.”

Glosa do nó 8: utilizar idéias, fatos, etc, como base para argumentação; aduzir o raciocínio. Ex: “Polyana **argumentou** primeiramente que, a atribuição da verdade a qualquer metodologia, científica ou não, é um compromisso não racional, um ato de fé, uma afirmação afetiva.”

Glosa do nó 9: entrar em debate; argumentar com ardor. Ex: “Enquanto a abordagem molar continua **brigando** com a abordagem molecular, outras linhas de investigação se relacionam em aspectos cruciais com o clássico modelo do processamento de informação dos anos 1950 e 1960.”.

Seguindo a estrutura “se $L1 \neq L2$ e $L1=C$ e $L2=C$, então $L1=S1$ e $L2=S2$ ”, sugerimos que o campo lexical 9 (da figura), representado, de modo abreviado, pela unidade “argumentar”(L1), por evocar, metaforicamente, o domínio-conteúdo “lutar/guerrear” (C) e pertencer ao campo semântico de “argumentar” (S1), reflita o mapeamento conceptual ARGUMENTAR É GUERREAR. Nesse contexto, o campo lexical 9 aponta para o sentido convencional de “guerrear”, não representado em termos de campos semânticos, em concordância com a direção do mapeamento. De acordo com a TMC, a co-relação entre domínios é feita do domínio fonte (no exemplo, preenchido pelo conceito GUERREAR) para o domínio alvo; assim, são as estruturas do domínio fonte, entendidas intuitivamente como o

sentido mais comum de “guerrear”, que especificam e delimitam o domínio alvo (domínio que é entendido metaforicamente).

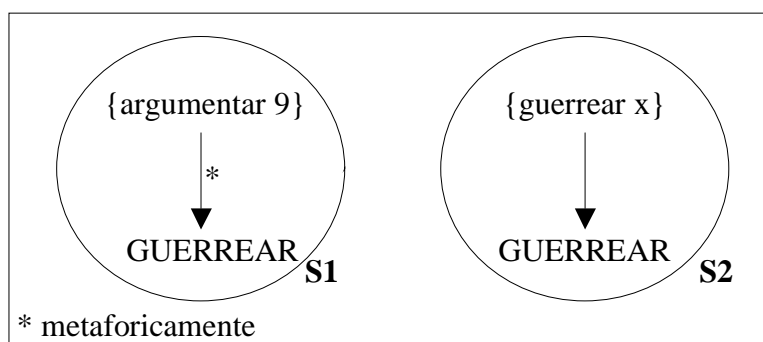


Figura 10: Representação simplificada da relação entre os campos lexicais “argumentar 9” e “guerrear x” e de seus respectivos campos semânticos S1 e S2.

Em contraposição, sugerimos que a análise “se $L1=L2$ e $L1=C$ e $L2=C$, então $L1=S$ e $L2=S$ ”, reforce a idéia anterior, pois considerando, por exemplo, o campo lexical 1, representado, de forma simplificada, pela unidade “argumentar” e um campo lexical x, composto pelas mesmas unidades de 1 e representado, de forma simplificada, pela unidade “analisar”, à medida que evocam o mesmo sentido e compreendem o mesmo domínio-conteúdo (glosa 1), compartilham do mesmo campo semântico.

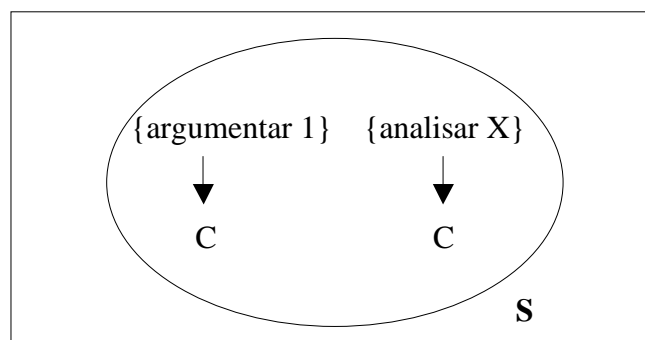


Figura 11: Representação simplificada da relação entre os campos lexicais “argumentar 9” e “guerrear x” e o campo semântico S.

Por meio da análise das Figuras 10 e 11, conclui-se que, enquanto na metáfora, a linguagem transita por diferentes campos semânticos, o discurso literal instaura-se dentro de um mesmo campo semântico.

Em particular, pensando na metáfora enquanto produto, a representação aqui esboçada, abrange a codificação das expressões metafóricas convencionais ou “metáforas vivas”, no sentido da TMC, e de algumas expressões metonímicas. Nos moldes da nossa

proto-definição de metáfora (seção 6.1), essa proposta de representação aplica-se às “palavras e expressões convencionais produzidas a partir de co-relações (especificadas como mapeamentos) entre dois domínios”. Pensando na metáfora enquanto processo, partindo da hipótese de que *a força cognitiva da metáfora resulta da re-ordenação das relações existentes entre conceitos de diferentes campos semânticos* (KITTAI; STEINHART, 1994, p.41), sugerimos que essa re-ordenação, esquematizada de modo simplista na Figura 10, reflita os mapeamentos conceptuais. A verificabilidade dessa hipótese, entretanto, deve constituir objeto de investigação futura.

Evidenciamos que a análise dessa possibilidade de representação pressupõe uma organização altamente estruturada de um léxico computacional, em termos de relações léxico-semânticas (necessárias para a montagem dos campos lexicais) e lógico-conceptuais (necessárias para a construção dos campos semânticos). Admitindo esse tipo de estrutura, vislumbrada nas redes wordnets e partindo da hipótese de que o léxico admite uma partição em campos semânticos, e que, por consequência, a teoria dos campos pode subsidiar a descrição das relações estruturais existentes no léxico, acreditamos que esse tipo de estrutura é apropriada para a representação das correspondências metafóricas.

Finalizando a proposta de representação formal da metáfora, evidenciamos que “diferentes tipos de elaboração semântica dependem de domínios particulares”⁶⁰. Isso equivale dizer que, do ponto de vista semântico, os verbos de argumentação (considerados subtipos da comunicação, exemplos: “discutir”, “questionar”, “analisar”, etc.) elaboram traços como “modo”, “intenção”, “finalidade” apenas dentro do domínio da argumentação e, de modo mais genérico, do domínio da comunicação.

Assim, apesar de o primeiro passo da representação formal da metáfora ter sido partir da lista de metáforas de Berkeley e representar, seguindo a TMC, os mapeamentos metafóricos em função da estrutura dos campos semânticos (proposta por Kittay, 1989), talvez um segundo passo seja a investigação das expressões metafóricas em um determinado domínio. À medida que as redes wordnets não representam as informações lexicais em função de domínios, conforme registra, por exemplo, a base de dados de Hamburgo, aliada às investigações realizadas em corpora, a HMD também poderá servir de subsídio futuro para melhor delimitarmos essa proposta de representação.

⁶⁰ Frase de Christiane Fellbaum durante o seminário sobre wordnets, parte do **Workshop em Semântica Lexical**, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, em 07 de dezembro de 2005.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar e concluir esta dissertação, evidenciamos como as análises desenvolvidas nos Domínios Lingüístico-Cognitivo e Lingüístico-Computacional contribuíram para a delimitação de uma proposta de sistematização e de representação da metáfora, enquanto um produto lingüístico e enquanto um processo (não necessariamente de natureza lingüística) no âmbito do PLN. Para tanto, estabelecemos um diálogo entre a metáfora (das concepções analisadas) e a sua representação formal, através de dois quadros: um que visa a sistematizar as análises da metáfora *per se*, enquanto produto e enquanto processo (esboçado no quadro 1) e outro, para fins computacionais, em que analisamos o tratamento lingüístico-computacional da metáfora no âmbito do PLN (esboçado no quadro 2). Consideramos a delimitação das informações esboçadas nesse quadro um dos resultados desta pesquisa. Um outro resultado concerne à proposta de representação formal da metáfora, esboçada na subseção 6.6.

Como investigação futura, em nível de doutorado, tendo em vista a continuidade deste trabalho, (a) do ponto de vista lingüístico, para que a investigação das representações do conhecimento possa ser analisada de modo mais consistente, análises em *corpora* deverão ser realizadas de forma mais sistemática; (b) do ponto de vista lingüístico-computacional, para que o aplicativo computacional não desestruture a coerência das investigações lingüísticas, os mecanismos de produção/interpretação das metáforas deverão ser analisados em função de estruturas semântico-conceptuais bem delimitadas. Nesta dissertação, foram propostos os mecanismos em termos de campos semânticos; uma outra extensão será analisá-los em função de *frames* e de espaços mentais.

	Definição da metáfora enquanto produto	Definição da metáfora enquanto processo
Modelo tradicional	Palavras que são aproximadas no enunciado através da relação de comparação.	Recurso lingüístico de transferência de similaridades pré-existentes entre duas entidades
Modelo interacionista	Enunciados que expressam uma relação lingüístico-cognitiva do tipo “ver B da perspectiva de A”	Mecanismo lingüístico-cognitivo de interação entre duas idéias, entendidas como sistemas de lugares comuns.
Modelo semântico	Enunciado que exprime efeitos de sentido que estendem o sentido literal	Mecanismo lingüístico padrão de construção de enunciados
Modelo pragmático	Uso ou forma de interpretação de um enunciado	Mecanismo lingüístico de sobreposição e confluência do significado literal da frase e do significado do enunciado.
Modelo cognitivista	Expressões lingüísticas produzidas a partir de mapeamentos conceptuais	Processo cognitivo de co-relação ou mapeamento entre dois domínios conceptuais

Quadro 1: Sistematização e representação da metáfora enquanto produto e enquanto processo.

	Tratamento computacional da metáfora	Interpretação/ codificação da metáfora no âmbito do PLN
Modelo tradicional	Mostram-se inadequadas, pois tratam cada metáfora como uma nova ocorrência, de forma <i>ad hoc</i> . Não admitem generalizações lingüísticas	Recuperar as similaridades transferidas/compartilhadas entre A e B.
Modelo interacionista ⁶¹		Recuperar a perspectiva instaurada, através da recuperação das características que resultam da interação entre A e B.
Modelo semântico	Mostram-se inadequadas, pois não diferenciam o processo do produto metafórico.	Recuperar os efeitos produzidos no enunciado.
Modelo pragmático		Recuperar a camada literal subjacente ao enunciado metafórico
Modelo cognitivista	Mostra-se adequada, pois trata as metáforas em conjunto, admite generalizações lingüísticas, dá conta de tipos de polissemia e de inferência.	Recuperar as co-relações estabelecidas entre os dois domínios conceptuais

Quadro 2: Tratamento lingüístico-computacional da metáfora no âmbito do PLN.

⁶¹ Ressalta-se que o alvo da investigação do modelo interacionista é a metáfora nova e não a metáfora convencional (cf. seção 3).

REFERÊNCIAS

- ALONGE, A.; CASTELLI, M. Encoding information on metaphoric expressions in WordNet-like resources. Disponível em: <<http://acl.ldc.upenn.edu/acl2003/lexfig/pdf/Alonge.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2003.
- ALONGE, A.; LÖNNEKER, B. Metaphors in WordNets: from Theory to Practice. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON LANGUAGE RESOURCES AND EVALUATION, 4., 2004, Lisboa. **Proceedings**... Lisboa: LREC, 2004a.
- _____. The heart of the problem: how shall we represent metaphors in wordnets? In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF THE GLOBAL WORDNET ASSOCIATION, 2., 2004, Brno. **Proceedings**... Brno: GWA, 2004b.
- ARIEL, M. The Demise of a Unique Concept of Literal Meaning. **Journal of Pragmatics**, v. 34, n.4, p. 361-402, 2002.
- BARBOSA, O. **Grande dicionário de sinônimos e antônimos**, 16. ed., Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
- BLACK, M. Metaphor. In: _____. **Models and Metaphors**: studies in language and philosophy. London: Cornell University, 1962. p. 25-47.
- _____. More about metaphor. In: ORTONY, A. (Ed.). **Metaphor and thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 19-41.
- _____. How metaphors work: a reply to Donald Davidson. In: SACKS, S. (Ed.). **On metaphor**. Chicago: University of Chicago Press, 1978. p.181-192.
- BOOTH, W. C. Metaphor as rhetoric: the problem of evaluation. In: SACKS, S. (Ed.). **On Metaphor**. Chicago: University of Chicago Press, 1978. p. 47-70.
- CACCIARI, C. Why do we speak metaphorically? Reflections on the functions of metaphor in discourse and reasoning. In: KATZ, A. N. et al. **Figurative Language and Thought**. New York, Oxford: Oxford University Press, 1998. p. 119-157.
- COHEN, L. J. The Semantics of Metaphor. In: ORTONY, A. (Ed.). **Metaphor and Thought**. New York: Cambridge University Press, 1993. p.58-70.
- CRUSE, D. A. **Lexical semantics**. New York: Cambridge University Press, 1986.
- DASCAL, M. Defending Literal Meaning. **Cognitive Science**, v. 11, p. 259-281, 1987.
- _____. On the Roles of Context and Literal Meaning in Understanding. **Cognitive Science**, v.13, n. 2, p. 253-257, 1989.
- DAVIDSON, D. What metaphors mean. In: SACKS, S (Ed.). **On metaphor**. Chicago: University of Chicago Press, 1978. p.29-46.

DIAS, M.C.P. Cognição e modelos computacionais. **Revista de Estudos Lingüísticos Veredas**, Juiz de Fora, v.4, n.1, p.31-41, 2000.

DIAS-DA-SILVA, B. C. **A face tecnológica dos estudos da linguagem**: o processamento automático das línguas naturais. Araraquara, 1996, 272 f. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 1996.

_____. Human language technology research and the development of the Brazilian Portuguese wordnet. In: HAJIČOVÁ, E. et al. (Eds.). **INTERNATIONAL CONGRESS OF LINGUISTS**, 17., 2003, Praga. **Proceedings...** Praga: MFF, 2003. p. 1-12.

DIAS-DA-SILVA, B.C.; MORAES, H.R. A construção de um thesaurus eletrônico para o português do Brasil. **Alfa**, v.47, n.2, p.101-115, 2003.

EILTS, C.; LÖNNEKER, B. The Hamburg Metaphor Database. Disponível em: <http://www.rz.uni-hamburg.de/metaphern/biblio_en.html>. Acesso em 2 mar. 2004.

FASS, D. C. Met*: A Method for Discriminating Metonymy and Metaphor by Computer. **Computational Linguistics**, v. 17, n.1, p. 49– 90, 1991.

FELLBAUM, C. (Ed.) **WordNet: an electronic lexical database**. Cambridge, Mass.:The MIT Press, 1998.

FERNANDES, F **Dicionário de sinônimos e antônimos da língua Portuguesa**, 36°ed. São Paulo: Editora Globo, 1997.

FERREIRA, A.B. **Dicionário Aurélio eletrônico século XXI** (Versão 3.0). São Paulo: LexiKon Informática Ltda., 1999.

FREEMAN, D. “Songs of Experience”: New Books on Metaphor. **Poetics today**, v. 12, n. 1, p. 145-164, 1991.

GENTNER, D.; BOWDLE, B. Convention, Form, and Figurative Language Processing. **Metaphor and Symbol**, v. 16, n. 3-4, p. 223-247, 2001.

GIBBS, R. W. Literal meaning and psychological theory. **Cognitive Science**, v. 8, p. 275-304, 1984.

_____. Understanding and literal meaning. **Cognitive Science**, v.13, n.2, p. 243-251, 1989.

_____. **The Poetics of Mind**. Figurative Thought, language, and understanding. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____. Evaluating contemporary models of figurative language understanding. **Metaphor and Symbol**, v.16, n. 3-4, p.317-333, 2001.

_____. A new look at literal meaning in understanding what is said and implicated. **Journal of Pragmatics**, v. 34, p. 457-486, 2002.

GIBBS, R. W. et al. Literal Meaning and Figurative Language. **Discourse Processes**, v. 16, p. 387-404, 1993.

GIORA, R. Understanding Figurative and Literal Language: The graded salience hypothesis. **Cognitive Linguistics**, v. 7, p. 183-206, 1997.

_____. Literal vs. figurative language: different or equal? **Journal of Pragmatics**, v. 34, p. 487-506, 2002.

GIORA, R.; FEIN, O. On understanding familiar and less-familiar figurative language. **Journal of Pragmatics**, v.31, p.1601-1618, 1999.

GLUCKSBERG, S. **Understanding figurative language: from metaphors to idioms**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

GREY, W. Metaphor and Meaning. Disponível em:
<<http://www.ul.ie/~philos/vol4/metaphor.html>>. Acesso em: 12 jun. 2004.

GREEN, M.; EVANS, V. **Cognitive Linguistics: An Introduction**. Disponível em:
<<http://www.sussex.ac.uk/Users/vyv/EvansGreenCh1.pdf>>. Acesso em 11 ag. 2005.

HAHN, U.; MARKERT, K. On the formal distinction between literal and figurative language. In: PORTUGUESE CONFERENCE ON ARTIFICIAL INTELLIGENCE, 9., 1999, Évora. **Proceedings...** Évora: EPIA, 1999. p. 133-147.

HARRIES, K. The many uses of metaphor. In: SACKS, S. (Ed.). **On Metaphor**. Chicago: University of Chicago Press, 1978. p. 165-172.

HILFERTY, J. Cognitive Linguistics: An Introductory Sketch. Disponível em:
<<http://www.cognitivelinguistics.org/cl.shtml>>. Acesso em 30 jun. 2004.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa** (versão 1.0). Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001. CD-ROM.

INDURKHAYA, B. Approximate semantic transference: A computational theory of metaphors and analogies. **Cognitive Science**, v. 11, p. 445-480, 1987.

INDURKHAYA, B. **Metaphor and Cognition: an Interactionist Approach**. Dordrecht: Kluwer Academic, 1992.

JANDA, L. Cognitive Linguistics. Disponível em:
<<http://www.indiana.edu/~slavconf/SLING2K/pospapers/janda.pdf>>. Acesso em 1 ag. 2005.

JURAFSKY, D.; MARTIN, J. **Speech and Language Processing**. An introduction to Natural Language Processing, Computational Linguistics and Speech Recognition. Upper Saddle River. NJ: Prentice-Hall, 2000.

KATZ, A. N. Figurative language and figurative thought: a Review. In: KATZ, A. N. et al. **Figurative Language and Thought**. Oxford: Oxford University Press, 1998. p. 3-43.

KITTAY, E.F. **Metaphor: Its Cognitive Force and Linguistic Structure**. NY: Oxford University Press, 1989.

KITTAY, E.F.; STEINHART, E. Generating metaphor from networks: a formal interpretation of the semantic field theory of metaphor. In: HINTIKKA, J (Ed.) **Aspects of metaphor**. Boston: Kluwer Academic Publishers, 1994. p. 41-94.

KOVECSES, Z. **Metaphor: A Practical Introduction**, Oxford University Press, 2002.

LAKOFF, G. The meanings of literal. **Metaphor and symbolic activity**, v.4, n.1, p. 291-296, 1986.

_____. **Women, fire and dangerous things**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

_____. The contemporary theory of metaphor. In: ORTONY, A. (Ed.), **Metaphor and thought**, 2° ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p.202-251.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LEVIN, S. R. Language, concepts, and worlds: three domains of metaphor. In: ORTONY, A. (Ed.) **Metaphor and Thought**. New York: Cambridge University Press, 1993. p.112-123.

LÖNNEKER, B. Is there a way to represent metaphors in WordNets? Insights from the Hamburg Metaphor Database. In: ACL WORKSHOP ON THE LEXICON AND FIGURATIVE LANGUAGE, 3., 2003, Sapporo. **Proceedings...** Sapporo: ACL 2003. p. 18-26.

LÖNNEKER, B.; EILTS, C. A current resource and future perspectives for enriching wordnets with metaphor information. In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF THE GLOBAL WORDNET ASSOCIATION, 2., 2004, Brno. **Proceedings...** Brno: GWA, 2004. p.157-162.

LYONS, J. **Semantics**, v. 1, New York: Cambridge University Press, 1977. p. 1-5; 13-18.

_____. The lexicon. In: **Semantics**, v. 2 Cambridge: Cambridge University Press, p. 174-224, 1977.

MACEDO, A. C. P. Similarities and differences in categorization behavior by Brazilian Portuguese and American English native speakers. **Delta**, v. 14, n.2, p. 467-481, 1998.

MARRAFA, P. **WordNet do Português: uma base de dados de conhecimento lingüístico**. Lisboa: Instituto Camões, 2001.

MARTIN, J.H. **A computational model of metaphor interpretation**. New York: Academic Press, 1990.

MARTINS, H.F. **Metáfora e polissemia no estudo das línguas do mundo: uma apresentação não representacionista**. Rio de Janeiro, 1999, 190f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

MILLER, G. Images and Models, Similes and Metaphors. In: ORTONY, A. (Ed.). **Metaphor and Thought**. New York: Cambridge University Press, 1993. p. 357-400.

MILLER, G.; FELLBAUM, C. Semantic networks of English. **Cognition**, v. 41, p. 197-229, 1991.

OLIVEIRA, R. P. **As faces do rosto**. Campinas, 1991, 172 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 1991.

_____. ‘A manhã é uma esponja’: um estudo sobre a engenhosidade semântica. **Delta**, v.13, n.2, p. 247-273, 1997.

_____. Cognitive semantics: in the heart of language. **Fórum lingüístico**, n.1, p. 83-119, 1998.

_____. Language and ideology: an interview with George Lakoff. **Theoretical cognitive approaches**, v.1, p.23-47, 2001.

OLIVEIRA, M.F. **Pressupostos teórico-metodológicos para a elaboração da base lexical de um thesaurus eletrônico**. Araraquara, 2002, 209f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2002.

ORTONY, A. Metaphor: a multidimensional problem. In: _____. (Ed.). **Metaphor and Thought**. New York: Cambridge University Press, 1979. p.1-16.

_____. Metaphor, language, and thought. In: _____. (Ed.). **Metaphor and Thought**. New York: Cambridge University Press, 1993. p. 1-16.

_____. The role of similarity in similes and metaphors. In: _____. (Ed.). **Metaphor and Thought**. New York: Cambridge University Press, 1993. p. 342-357.

PETRUCK, M. Frame Semantics. Disponível em:
<<http://framenet.icsi.berkeley.edu/papers/miriamp.FS2.pdf>>. Acesso em 5 ag. 2005.

POWELL, G. Underdetermination and the principles of semantic theory. In: ARISTOTELIAN SOCIETY, v. 102, n. 3, 2002, Londres. **Proceedings...** Londres: Blackwell Publishing, p. 271-278, 2002.

QUINE, W. V. A Postscript on Metaphor. In: SACKS, S. (Ed.). **On Metaphor**. Chicago: University of Chicago Press, 1978. p. 159-160.

RICOEUR, P. The metaphorical process as cognition, imagination, and feeling. In: SACKS, S. (Ed.). **On Metaphor**. Chicago: University of Chicago Press, 1978. p. 141-158.

RUMELHART, D. E. Some problems with the notion of literal meanings. In: ORTONY, A. (Ed.). **Metaphor and Thought**. New York: Cambridge University Press, 1993. p.71-82.

SADOCK, J. M. Figurative Speech and Linguistics. In: ORTONY, A. (Ed.). **Metaphor and Thought**. New York: Cambridge University Press, 1993. pp.42- 57.

SAINT-DIZIER, P.; VIEGAS, E. **Computational lexical semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

SCARUFFI, P. **Thinking about thought**. Disponível em:
<<http://www.thymos.com/tat/metaphor.html>>. Acesso em 24 abr. 2005.

SEARLE, J.R. Literal Meaning. **Erkenntnis**, v.13, p. 207-224, 1978.
_____. Metaphor. In: ORTONY, A. (Ed.). **Metaphor and thought**, 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 92-123.

SILVA, A.S. A Lingüística Cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em Lingüística. **Revista Portuguesa de Humanidades** v.1, p. 59 -101,1997. Disponível em
<<http://www.facfil.ucp.pt/lingcognit.htm>> Acesso em 10 out. 2005.

STERN, J. Knowledge by metaphor. **Midwest Studies in Philosophy**, v. 25, p. 187-226, 2001.

STEEN, G. From linguistic to conceptual metaphor in five steps. In: GIBBS, R.; STEEN, G. (Ed.). **Metaphor in Cognitive Linguistics**, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1997. p. 57-77.

TURNER, M. Figure. In: KATZ, A. N. et al. **Figurative Language and Thought**. New York, Oxford: Oxford University Press, 1998. p. 44-87.

VISUAL THESAURUS. Version 3.0.0.Thinkmap Inc., 2005.

VOSSSEN, P. Introduction to EuroWordNet. **Computers and Humanities**. Netherlands: Kluwer Academic Press, v.32, p.73-89, 1998.

VOSSSEN, et al. The top-down strategy for building EuroWordNet: vocabulary coverage, base concepts and Top Ontology. **Computers and the humanities**, v. 32, n. 2-3, p. 117-152, 1998.

WAY, E.C. **Knowledge representation and metaphor**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1991.

WEISZFLOG,W (Ed.). **Michaelis português- moderno dicionário da língua portuguesa** (Versão 1.0). São Paulo: DTS Software Brasil Ltda. 1998.

WIKIPEDIA. Disponível em:< <http://en.wikipedia.org/wiki/Wikipedia>>. Acesso em: 15 ago. 2004.

APÊNDICE A - Descrição da montagem do campo semântico de “argumentar”

Para a montagem do campo semântico de “argumentar” (representado na Figura 9) utilizamos duas fontes de informação lexical: *corpus* e dicionários. O *corpus*, que auxiliou na delimitação e precisão das glosas e na escolha das unidades lexicais constituintes de cada campo lexical, foi o corpus do NILC (Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional); os dicionários que serviram como ponto de partida para a montagem dos campos lexicais, foram: Aurélio (1999), Michaelis (1998), Houaiss (2001), Fernandes (1997), Barbosa (2000).

Apresentamos brevemente uma descrição do corpus utilizado ao longo de nosso percurso. O corpus do NILC, disponível para consulta on-line no endereço eletrônico <http://acdc.linguateca.pt/acesso/>, é composto de cerca de 35 milhões de palavras. Todos os textos do corpus estão na versão WORD/WINDOWS-TXT (somente texto), gravados em espaço simples, sem formatação, sem gráficos, tabelas, ilustrações, fórmulas ou quaisquer outros sinais que não sejam textos corridos. Apresenta apenas textos em prosa (integrais ou partes de textos) organizados em diferentes seções e subseções, conforme sejam literários, jurídicos, científicos, jornalísticos, didáticos, epistolar, de revistas e ensaios, o que permite ao pesquisador orientar e especificar sua pesquisa. É importante ressaltar que a granularidade da informação selecionada nesse *corpus*, ou seja, os diferentes tipos de registros (jurídico, literário, etc., os quais se encontram especificados na maioria dos dicionários) não foram utilizados como critérios seletivos ou distintivos para a seleção das unidades lexicais; não foi levada em consideração, do mesmo modo, a veracidade da proposição expressa nos co-textos selecionados.

O percurso para a escolha das unidades lexicais constituintes de cada campo lexical, conforme explicitado, iniciou-se nos dicionários; mencionamos que os dicionários Aurélio, Michaelis e Houaiss foram escolhidos por serem os dicionários tradicionais do português brasileiro, enquanto os outros dois dicionários foram aleatoriamente escolhidos. Evidenciamos que o *corpus* foi fundamental não apenas porque os dicionários trazem muitas inconsistências no que diz respeito a informações divergentes e muitas vezes conflitantes, tanto individualmente quanto se comparado uns aos outros, mas também porque, diferentemente dos dicionários, o *corpus* abarca, e este é o seu grande objetivo, as construções

lingüísticas em uso, ou seja, a linguagem da perspectiva funcional ou pragmática, o que não só ajuda a delimitar e precisar o sentido de cada unidade lexical, como também auxilia a verificar a frequência das unidades em circulação na língua. Assim, as frases-exemplo (contextos) contempladas no corpus, não apenas subsidiou a formação e o “fechamento” de cada campo, como também auxiliou a construção das glosas.

Após a montagem de cada campo lexical, verificou-se, por meio do critério distribucional, a substancialidade ou consistência de cada conjunto; critério, que no âmbito desta representação, consistiu em verificar a adequação semântica de cada campo, isto é, a adequação entre cada unidade lexical (constituente de cada campo lexical) e sua respectiva glosa.

Esse critério baseia-se na concepção de sinonímia relativa a um contexto (MILLER; FELLBAUM, 1991): duas expressões (A e B) são sinônimas num contexto lingüístico C se a substituição de uma pela outra (de A por B e de B por A) em C não alterar o valor de verdade em C. Em outras palavras, duas palavras são sinônimas se houver um contexto em que ambas possam ser substituíveis, sem que haja alteração substancial no sentido do contexto (CRUSE, 1986).

A representação gráfica foi baseada no modelo *Visual Thesaurus*, um software desenvolvido para representar graficamente informações de natureza semântico-conceptual como as registradas na rede WordNet. A versão on-line do *Visual Thesaurus* que contempla cerca de 140 mil palavras, sentidos e relações, está disponível no endereço eletrônico <http://www.visualthesaurus.com/>.